

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

RAPHAEL MIRANDA MEDEIROS CRUZ

**FEIRAS LIVRES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
NOVEMBRO - 2019

RAPHAEL MIRANDA MEDEIROS CRUZ

**FEIRAS LIVRES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - **UNIOESTE**, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Inovações socioambientais e ações extensionistas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. – Rosislene de Fátima Fontana

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ - BRASIL

NOVEMBRO – 2019

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA ELABORADA ATRAVÉS DO FORMULÁRIO DE
GERAÇÃO AUTOMÁTICA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIOESTE.**

**CRUZ, RAPHAEL MIRANDA MEDEIROS CRUZ FEIRAS LIVRES: LIMITES E POSSIBILIDADES
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL: FEIRAS LIVRES: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL / RAPHAEL
MIRANDA MEDEIROS CRUZ CRUZ; ORIENTADOR(A), ROSISLENE DE FATIMA FONTANA
FONTANA, 2020. 181 F.**

**DISSERTAÇÃO (MESTRADO), UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ,
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON, CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2020.**

**1. AGRICULTURA FAMILIAR. 2. FEIRAS LIVRES. 3. DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTAVEL. I. FONTANA, ROSISLENE DE FATIMA FONTANA. II. TÍTULO.**

A minha esposa Mariana, meus filhos Ana Laura e Joaquim.
Minha Mãe Helena, irmã Lorena, sobrinha Marina, meus tios, sobrinhos e primos.
Aos meus sogros, Maria Helena e Alfredo, minhas cunhadas e cunhado.
E em especial ao meu grande pai Antônio (em memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo amor e companhia em todos os momentos de acertos e principalmente nas dificuldades, onde sempre tive seu amparo e conforto.

À minha família por esta conquista desde o início com a educação proposta pelos meus pais, e minha esposa que sempre esteve ao meu lado me incentivando nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora e amiga Dra Rosislene Fontana grande idealizadora e parceira na construção deste projeto.

Ao meu amigo Chefe Anderson Thomazzoni pela dedicação que incansavelmente esteve presente na aplicação dos questionários aos produtores rurais na grande maioria das feiras livres visitadas.

Aos demais professores do programa, em especial aos participantes da banca de qualificação Professor Dr Clerio Plein e Professor Dirceu Basso com excelentes contribuições para esta conquista.

A CAPES pelo apoio na sustentação da estrutura do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aos meus companheiros de mestrado e doutorandos egressos turma 2018 e 2019, pelo incentivo e parcerias nos trabalhos realizados durante o curso.

À mestrandia Luciana Klein peja ajuda na composição dos mapas utilizados.

Ao Instituto Federal do Paraná e ao corpo docente do curso Técnico em Cozinha que possibilitaram no meu afastamento parcial para a realização dos estudos.

A minha cunhada Marta Helena Szadkoski que sempre se prontificou em auxiliar nas correções e formatações devidas.

Aos meus alunos, pelo incentivo e tolerância.

Aos meus amigos pela contribuição moral, afetiva e intelectual.

A todos os agricultores e agentes públicos dos municípios Lindeiros que participaram desta pesquisa

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram e me acompanharam durante toda a trajetória do mestrado.

“Os que confiam no Senhor serão como o monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre.”

(Salmo, 125:1)

Autor: Raphael Miranda Medeiros Cruz
Orientadora: Professora Doutora Rosislene de Fátima Fontana
Título: Feiras livres limites e possibilidades para o desenvolvimento sustentável.
(Cruz, Raphael 2020).

RESUMO

Esta pesquisa aborda dentro da conjuntura social da agricultura familiar e seu sistema produtivo, a interface de uma nova alternativa econômica distributiva, sua pluriatividade e o turismo rural de eventos como alternativa para desenvolvimento rural sustentável. Descobriu que as feiras rurais fortalecem os laços entre o urbano e rural, e o sujeito principal o produtor rural através da agricultura familiar encontra uma grande oportunidade de fortalecimento econômico no mercado local. Esta dissertação tem por objetivo analisar as feiras livres com a participação da Agricultura Familiar realizada nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, em relação ao desenvolvimento rural sustentável. Nesta perspectiva, propõe-se traçar um perfil histórico das feiras livres da região em estudo, identificar dentre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), quais se enquadram ao objeto de estudo e promovem o desenvolvimento sustentável da região Lindeira ao Lago de Itaipu. Trata-se de um estudo analítico amparado na bibliografia documental exploratória descritiva e estatística que aborda a relação entre sustentabilidade, desenvolvimento rural, agricultura familiar e feiras rurais, mais precisamente as feiras livres no ambiente urbano, complementado por pesquisa de campo com aplicação de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas para os produtores e organizadores dessas utilizando-se da escala Likert junto aos expositores rurais. Sendo assim destacou-se que a feira livre realmente é composta de expositores e na sua maioria produtores rurais e agricultores familiares, que também a feira livre pode ser considerada como uma alternativa de negócio para a agricultura familiar e o turismo rural, agindo como propulsora para o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que gera renda e amplia a oportunidade de oferta dos produtos comercializados, trazendo não somente retorno financeiro, como também social e ambiental para o pequeno produtor rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Feiras Livres Rurais; Desenvolvimento Rural Sustentável.

Author: Raphael Miranda Medeiros Cruz

Advisor: Professora Doutora Rosislene de Fátima Fontana

Title: Free fairs limit and possibilities for sustainable development .
(Cruz, Raphael 2020).

ABSTRACT

This research addresses within the social conjuncture of family farming and its productive system, the interface a new distributive economic alternative, its pluriactivity and rural tourism of events as an alternative for sustainable rural development, found that rural fairs strengthen the links between urban and rural. and the main subject the farmer through family farming finds a great opportunity for economic strengthening in the local Market. This dissertation aims to analyze the free fairs with the participation of Family Farming held in the municipalities Lindeiros to Lake Itaipu, in relation to sustainable rural development. In this perspective, it is proposed to draw a historical profile of the free markets of the region under study, identify among the 17 objectives of sustainable development (SDG), which fit the object of study and promote the sustainable development of the region Lindeira to Lake Itaipu. This is an analytical study supported by the descriptive and statistical exploratory documentary bibliography that addresses the relationship between sustainability, rural development, family farming and rural fairs, more precisely the free fairs in the urban environment, complemented by field research using a structured questionnaire. with open and closed questions for producers and organizers, using the Likert scale with rural exhibitors. Thus, using documentary information and interviews in the form of a questionnaire with the exhibitors and organizers, it was successful in the results found. The fair can also be considered as a business alternative for family farming and rural tourism, acting as a propeller for sustainable rural development, since it generates income and expands the opportunity to offer traded products, bringing not only financial return. , as well as social and environmental for the small farmer.

Key-words: Family Farming, Rural Free Trade Shows; Sustainable Rural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenho da Investigação	20
Figura 2 - Mapa Conceitual	20
Figura 3 - Dimensão da análise no questionário	22
Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	46
Figura 5 - Mapa dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	81
Figura 6 - Feira do Produtor Terra Roxa	86
Figura 7 - Feira do produtor de Marechal Cândido Rondon	88
Figura 8 - Feira de Pato Bragado	90
Figura 9 - Feira de Entre Rios do Oeste	92
Figura 10 - Feira do Produtor de Santa Helena do Oeste	95
Figura 11 - Feira do Produtor de Foz do Iguaçu	98
Figura 12 - Feira do produtor de Medianeira	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representatividade da amostra de estudo	25
Gráfico 2 - Perfil dos Feirantes	106
Gráfico 3 - Visualização de todas as médias em comparação os constructos sua importância, implementação e as feiras pesquisadas	132
Gráfico 4 – Análise das médias gerais de todos os constructos relacionando a Importância e Implementação de todas as feiras.	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escala utilizada no questionário aplicado aos expositores	23
Quadro 2 - Local e data das feiras nos Municípios Lindeiros pesquisados, com a participação da Agricultura Familiar	83

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Feirantes dos Municípios Pesquisados 26
- Tabela 2 - Participação da Agricultura Familiar em relação ao número dos feirantes
109
- Tabela 3 - Relação de produtos ofertados nas feiras 107
- Tabela 4 - Média de importância e implementação do constructo 'participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira'-Terra Roxa 164
- Tabela 5 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' – Terra Roxa 164
- Tabela 6 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' – Terra Roxa 165
- Tabela 7 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' – Terra Roxa 165
- Tabela 8 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' – Terra Roxa 165
- Tabela 9 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras - Marechal Cândido Rondon 166
- Tabela 10 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' - Marechal Cândido Rondon 166
- Tabela 11 - Média de Importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' - Marechal Cândido Rondon 166
- Tabela 12 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Marechal Cândido Rondon 167
- Tabela 13 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' - Marechal Cândido Rondon 167
- Tabela 14 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras - Pato Bragado 167
- Tabela 15 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' – Pato Bragado 168
- Tabela 16 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' - Pato Bragado 168
- Tabela 17 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Pato Bragado 168

Tabela 18 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' -Pato Bragado	169
Tabela 19 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras - Entre Rios do Oeste	169
Tabela 20 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' -Entre Rios do Oeste	169
Tabela 21 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' -Entre Rios do Oeste	170
Tabela 22 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Entre Rios do Oeste	170
Tabela 23 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' - Entre Rios do Oeste	171
Tabela 24 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras - Santa Helena do Oeste.	171
Tabela 25 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' -Santa Helena do Oeste.	171
Tabela 26 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica - Santa Helena do Oeste	172
Tabela 27 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Santa Helena do Oeste.	172
Tabela 28 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' -Santa Helena do Oeste	172
Tabela 29 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras - Foz do Iguaçu.	173
Tabela 30 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' - Foz do Iguaçu	173
Tabela 31 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' no município de Foz do Iguaçu	173
Tabela 32 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Foz do Iguaçu	174
Tabela 33 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' - Foz do Iguaçu	174
Tabela 34 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras -Medianeira.	175

Tabela 35 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' - Medianeira	175
Tabela 36 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' - Medianeira	175
Tabela 37 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' - Medianeira	176
Tabela 38 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' - Medianeira.	176
Tabela 39 - Síntese das médias de importância e implementação dos constructos analisados nas feiras objetos de estudo.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRATER	Empresa brasileira de assistência técnica e extensão rural
ELC.	Consórcio de Empresas Italianas para construção de ITAIPU
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECO.	Consórcio de Empresas Americanas para construção de ITAIPU
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
ONU.	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa de garantia de preços da Agricultura Familiar
PGPM	Programa de garantia de preços Mínimo
PNAE.	Programa Nacional de alimentação escolar
PROAGRO	Programa de garantia da atividade agropecuária
PRONAF	Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar
TRAF	Turismo e Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SEAF	Secretaria de Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
1.2	JUSTIFICATIVA	14
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
2	METODOLOGIA	17
2.1	TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA	17
2.2	DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	19
2.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	21
2.4	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA A SER PESQUISADO	23
2.5	PRÉ-TESTE E RECOLHA DOS DADOS	28
2.6	MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS	28
2.7	SÍNTESE CONCLUSIVA	29
3	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	30
3.1	DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	32
3.1.1	Dimensão Econômica	33
3.1.2	Dimensão Social	38
3.1.3	Dimensão Ambiental	39
3.2	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS	44
3.3	SÍNTESE CONCLUSIVA	48
4	AGRICULTURA FAMILIAR	50
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	50
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR	55
4.3	COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA PLURIATIVIDADE	58
4.4	SÍNTESE CONCLUSIVA	64
5	TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR - TRAF	65
5.1	FEIRAS	71
5.2	FEIRAS LIVRES/AGRICULTURA FAMILIAR	76
5.3	SÍNTESE CONCLUSIVA	78
6	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO	80

6.1	A REGIÃO ESTUDADA MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LADO DE ITAIPU	82
6.2	CALENDÁRIO DAS FEIRAS DOS MUNICÍPIOS LIDEIROS AO LAGO DE ITAIPU.....	83
6.3	PERFIS HISTÓRICOS DAS FEIRAS DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU	83
6.4	SÍNTESE CONCLUSIVA	104
7	LIMITES E POSSIBILIDADES: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS FEIRAS LIVRES NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS	105
7.1	PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES PESQUISADAS	105
7.2	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PESQUISADA	105
7.3	PERCEPÇÕES SOBRE AS FEIRAS DOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU: IMPORTÂNCIA DAS DIMENSÕES E INDICADORES	110
7.3.1	Percepções sobre a feira de Terra Roxa	110
7.3.2	Percepções sobre a Feira de Marechal Cândido Rondon	113
7.3.3	Percepções sobre a Feira do município de Pato Bragado	116
7.3.4	Percepções sobre a feira de Entre rios do Oeste	118
7.3.5	Percepções sobre a Feira do Município de Santa Helena do Oeste	121
7.3.6	Percepção sobre a Feira do Município de Foz do Iguaçu	123
7.3.7	Percepções sobre a feira do Município de Medianeira	126
7.4	COMPARATIVO ENTRE A PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	129
7.5	DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS	134
7.5.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	135
7.5.2	CONSTRUCTO AMBIENTAL	135
7.5.3	CONSTRUCTO ECONÔMICO	136
7.5.4	CONSTRUCTO SOCIAL	137
7.5.5	CONSTRUCTOS ANALISADOS EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	137
7.6	APLICABILIDADE DAS ODS EM RELAÇÃO AS FEIRAS LIVRES E O TURISMO RURAL	138
7.6.1	AS ODS E AS FEIRAS RURAIS SUSTENTÁVEIS	139

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO FEIRANTES	158
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ORGANIZADORES DAS FEIRAS	161
	APÊNDICE C: CHECK-LIST REALIZADO PELO PESQUISADOR (OBSERVAÇÃO DIRETA)	163
	APÊNDICE D: TABELAS REFERENTES AS PERCEPÇÕES DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS	164

1 INTRODUÇÃO

A discussão acadêmica sobre a legitimidade social e política da agricultura familiar vem ganhando espaço nas últimas décadas no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico (SCHENEIDER, 2000).

O ponto fundamental utilizado para discussão foi examinar dentro do conjunto social da agricultura familiar e seu sistema produtivo, ferramentas que identifiquem a interface das feiras livres com o desenvolvimento regional.

Neste sentido, dentro da organização do trabalho familiar encontrou-se no termo Pluriatividade¹, uma fonte econômica e social para o mundo rural explorar alternativas que fortaleçam seus laços com a terra e sociedade em geral.

Dentro deste contexto, propõe-se as feiras livres no espaço urbano e rural, caracterizado pela pluriatividade de práticas sustentáveis e o ajustamento de necessidades e demandas percebidas que compuseram os objetivos desta pesquisa.

A relevância de valorizar os eventos no formato de feiras, com venda direta de alimentos, dentro do universo participativo da agricultura familiar, e a possibilidade para o agricultor mostrar seu trabalho direto em prol de um reconhecimento social como principal fornecedor de alimento seguro, saudável e com a menor intermediação possível. Neste sentido, esta pesquisa busca conhecer a participação do homem do campo nas feiras de produtores selecionadas no território escolhido como objeto de estudo.

Pretendeu-se, com esta investigação, analisar os eventos, especificamente as feiras livres, no ambiente rural e urbano, por meio das dimensões econômica, sociocultural e ambiental, que norteiam o desenvolvimento sustentável, mensurando a real participação dos produtores da agricultura familiar nesse processo.

Com isso a questão que permeou o objeto de estudo foi:

Como o desenvolvimento a partir das feiras contribui para a sustentabilidade e

1

Refere-se a situações sociais em que indivíduos que compõe uma família com domicílio rural passam a dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas (SCHENEIDER, 2000).

os ODS?

Nesse sentido, buscando sanar tal inquietação, foram traçados os objetivos para o desenvolvimento desta pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as feiras livres em relação ao desenvolvimento sustentável.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar um perfil histórico das feiras livres da região em estudo.
- b) Analisar os atores sociais das feiras livres mais significativas dos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu.
- c) Identificar dentre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), quais se enquadram ao objeto de estudo e contribuem para o desenvolvimento sustentável da região Lindeira ao Lago de Itaipu.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as diferentes formas de conceituação do desenvolvimento, esta pesquisa aborda as principais dimensões da sustentabilidade (econômico, social e ambiental) que primeiramente serve de base teórica para discussão, e posteriormente a utilização como ferramenta de análise para um estudo empírico dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, relativo à territorialidade e espacialidade da agricultura familiar e a intensidade de comercialização de seus produtos nas feiras livres.

Esta pesquisa pretendeu, através da metodologia adotada, caracterizar a importância das feiras rurais e o papel das organizações políticas, públicas e privadas em relação a sustentabilidade dos novos canais de distribuição alimentar relevantes para a sociedade rural e urbana.

O estudo procurou possibilitar a compreensão da dinâmica atual da

territorialidade rural e agrária da região em estudo (municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu), relacionando os conceitos e ferramentas aplicadas na pesquisa com a análise da viabilidade das feiras livres e o real impacto na vida deste agricultor, enquanto desenvolvimento rural sustentável, com intuito de promover ainda, através do turismo rural uma alternativa para o urbano reconhecer o pequeno produtor rural.

Neste sentido, a região dos municípios que margeiam o Lago de Itaipu, objeto deste estudo, ainda é destaque no cenário nacional e internacional do turismo, no caso de Foz do Iguaçu, situa-se entre as cidades mais visitadas por turistas estrangeiros (CRUZ; CURY, 2016). Porém o turista de lazer busca em suas viagens aspectos regionais, tais como belezas naturais, peculiaridades da região, paisagens, histórias, pontos turísticos, souvenir, gastronomia, agronegócio e turismo rural (CRUZ; CURY, 2016). E neste último quesito, o oeste paranaense, com suas possibilidades, necessita de uma política que valorize o produtor rural na sua representatividade, com intuito de propor alternativas para o turista que favoreçam a economia, o social e ambiental do território em destaque.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para uma melhor compreensão da realidade do desenvolvimento rural e possibilite novos olhares para a questão da agricultura familiar, por meio das feiras livres realizadas na região de estudo.

Nesta perspectiva esta dissertação compartilha a visão do desenvolvimento e determinadas premissas (econômico, sociocultural, ambiental, participação das organizações públicas e privadas e, a relação dos produtos comercializados), posteriormente a integração nos espaços rurais. Através de um estudo sobre a abordagem orientada aos atores da agricultura familiar, busca identificar o papel das feiras na concepção do desenvolvimento e da sustentabilidade do rural.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para além desta seção de Introdução (capítulo 1), a qual apresentou uma contextualização da temática do estudo e de sua relevância, o problema de pesquisa, bem como descreveu os objetivos e justificativa da presente dissertação, segue-se com a apresentação da estrutura desta investigação, facilitando sua leitura e entendimento.

O Capítulo 2 traz todo o desenho da investigação, bem como a construção

dos questionários, definição de amostra, coleta e tratamento dos dados.

Os capítulos 3, 4 e 5 referem-se ao enquadramento teórico da investigação sendo que, no capítulo 3 aborda-se sobre o desenvolvimento rural sustentável, dando ênfase ao entendimento da ruralidade, das dimensões do desenvolvimento sustentável e ainda, dos objetivos do desenvolvimento sustentável; já o Capítulo 4 traz uma discussão sobre a agricultura familiar, bem como suas políticas públicas e a comercialização de produtos da agricultura familiar. O Capítulo 5 vem abordando o turismo rural e a agricultura familiar, discutindo sobre eventos, destacando as feiras enquanto contributo do TRAF.

Na sequência, o capítulo 6 refere-se ao estudo empírico realizado, sendo a caracterização, de forma sintética, da região delimitada para este estudo, bem como de suas feiras com a participação de agricultores familiares; já o capítulo 7 refere-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa.

O capítulo 8 desta investigação trata das considerações finais da dissertação, reunindo as principais conclusões da investigação, bem como é realizada uma análise dos resultados obtidos face aos objetivos propostos, além de apresentar as principais limitações para a realização do estudo, bem como linhas de investigações futuras.

2 METODOLOGIA

O conhecimento se adquire de muitas maneiras. Conhece-se certos fatos

graças ao método científico de aquisição de conhecimentos; estes emanaram de uma variedade de fontes que correspondem a graus diversos de precisão.

Conforme Fortin (2009), o conhecimento foi adquirido através de diversas fontes no decurso da história, tais como, as tradições, autoridades, experiências pessoais, tentativa e erro, raciocínio lógico e principalmente a investigação, e é através deste método racional, que nos possibilitará a aquisição de conhecimentos dotados de um poder descritivo e explicativo dos fatos e fenômenos.

Kerlinger (1973) definiu a investigação como um método sistemático, controlado, empírico e crítico que serve para confirmar hipóteses sobre as relações presumidas entre fenômenos naturais.

O método científico é, portanto, “[...] um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca de explicação ou da elaboração de previsões em relação às questões ou problemas específicos” (DENCKER, 2007, p. 29).

Neste estudo específico, a presente seção tem por objetivo descrever a metodologia utilizada nesta investigação, explicitando o modo de operacionalização do estudo, as atividades realizadas e onde estas se desenvolveram, como a população alvo, visando esclarecer o processo adotado e justificar as escolhas efetuadas.

Assim sendo, um desenho de investigação apropriado é definido, o instrumento para coleta de dados é o descrito questionário, bem como são estabelecidos critérios de seleção da população e amostra a ser inquirida. O processo de recolha de dados e os métodos de análise dos dados aplicados são também apresentados e descritos neste capítulo.

2.1 TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

No caso desta proposta de pesquisa utilizou-se de uma investigação, exploratória, sistêmica, empírica e aplicada sobre linhas convergentes que dialogam e descrevem suas interpretações do desenvolvimento (econômico, sociocultural e ambiental) e suas ruralidades, utilizado como principal sujeito, o

agricultor familiar, em uma perspectiva dentro do turismo rural.

A investigação exploratória procura descobrir novas perspectivas e aspectos presentes na realidade na visão do pesquisador, enquanto que a descritiva busca delinear as características de uma população ou área de interesse de forma sistemática, objetiva e precisa, sendo estas, portanto, as mais indicadas para a obtenção da melhor precisão e compreensão do tema abordado (TRIPODI *et al* *apud* FONTANA, 2017).

O arranjo metodológico caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo, com pesquisa bibliográfica e documental, complementado por pesquisa de campo com aplicação de questionários aos expositores rurais, aos gestores das feiras e por último um roteiro de observação direta realizado pelo próprio pesquisador.

Para Gil (2002), as pesquisas exploratórias proporcionam uma maior intimidade com o problema, com o objetivo de clarificá-lo, além de apresentar menor rigidez de planejamento pela característica de revelar uma visão mais ampla sobre o determinado fato. Ainda sobre a pesquisa descritiva, Gil (2002), expõe que seu principal objetivo é relatar características de determinada população, amostra ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações sobre variáveis, utiliza-se técnicas padronizadas de coletas de dados como questionário e observação sistêmica.

Inicialmente se realizou uma revisão bibliográfica e documental nas principais referências para a caracterização do tema, pois segundo Fortin (1996), a revisão da literatura é um processo que consiste em fazer o inventário e o exame crítico do conjunto de publicações pertinentes sobre o domínio de investigação. Neste caso, buscou-se material sobre o Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade, Agricultura Familiar, Turismo Rural e Feiras Rurais.

Desta forma, levando em consideração os argumentos a respeito da investigação exploratória e da revisão bibliográfica, o presente estudo se trata de uma pesquisa exploratória com estudos exploratório-descritivos.

Para a realização da presente pesquisa se utilizou uma abordagem de natureza qualiquantitativa. Neste sentido, o autor se utiliza tanto da abordagem qualitativa quanto quantitativa, sendo que a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, sendo essencial estudar o desenvolvimento histórico dos fenômenos relacionados para registrar

mudanças em sua aparência e também revelar a natureza da dinâmica da relação entre a aparência e essência destes fenômenos (RICHARDSON, 2015).

A abordagem quantitativa transforma as informações em elementos mensuráveis, podendo estabelecer relações entre eles (DENCKER, 1998; SCHLUTER, 2003), sendo de fundamental importância para a compreensão e análise do instrumento de coleta de dados (questionários) aplicado aos feirantes e organizadores das feiras das cidades escolhidas dentro de um arranjo territorial como objeto de estudo para complementação da presente investigação.

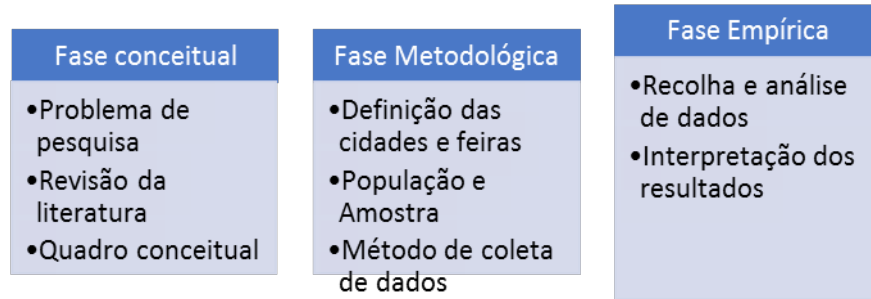
Complementando esta fase da pesquisa, o autor realizou contato com as Secretarias Municipais dos municípios Lindeiros com o objetivo de identificar as principais feiras significativas que indiquem a presença dos produtores da agricultura familiar, para estabelecer um plano de ação e adequação ao cronograma da pesquisa de campo.

Neste sentido, esta pesquisa busca um estudo comparativo, para promover uma análise dos dados entre as feiras dos produtores, a qual permite perceber as relações entre os principais fenômenos (SCHLUTER, 2003) e, portanto, conhecer as feiras rurais desses municípios através dos questionários dos Apêndices (A e B) para a coleta de dados da pesquisa exploratória.

2.2 DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O desenho de investigação é o plano lógico criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas “[...] O desenho é também um conjunto de diretivas associadas ao tipo de estudo escolhido” (FORTIN, 2009, p. 132). Sendo assim, o desenho para a presente investigação pode ser observado na figura a seguir:

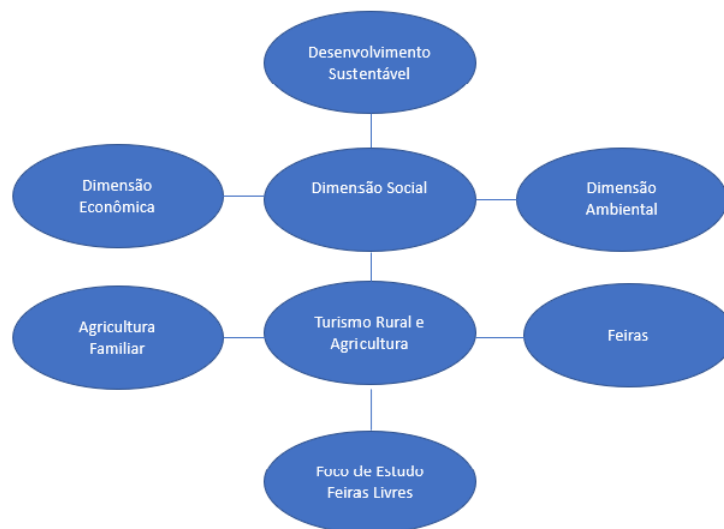
Figura 1 - Desenho da Investigação



Fonte: O autor (2019)

De acordo com o desenho da investigação apresentado, é possível verificar que, em uma fase conceitual do trabalho, tem-se na identificação do problema de pesquisa o ponto de partida para a presente investigação. Com a questão de partida elaborada, partiu-se para a realização do estado da arte – revisão de literatura, que permitiu a elaboração do quadro conceitual delineando ainda, os objetivos para o estudo.

Figura 2 - Mapa Conceitual



Fonte: O autor (2019)

Dentro da fase investigativa se desenvolveu a estrutura metodológica, iniciando-se pela escolha dos destinos a serem utilizados como objeto no presente estudo, seguindo-se da definição da população a amostra a ser recolhida. O passo seguinte foi a definição do método de recolha de dados que, após o estado da arte realizado considerando os métodos já utilizados nos trabalhos analisados, optou-se pelo questionário. Finalizando esta fase, foram definidos os métodos para a análise dos dados recolhidos.

Em um terceiro momento da investigação, chamado de fase empírica, houve a recolha e análise dos dados de acordo com os métodos especificados na fase metodológica e ainda, realizou-se a interpretação dos resultados obtidos.

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Esta fase da pesquisa teve por objetivo coletar informações sobre este contexto, procurou-se estabelecer instrumentos e maneiras de operá-los conforme a necessidade.

Para a presente investigação, optou-se pela elaboração de dois questionários (Apêndice A e B) o primeiro foi utilizado como instrumento para coleta de dados quantitativa, e o segundo como o instrumento para a coleta de dados qualitativa, uma vez que os mesmos têm a finalidade de obter, de maneira sistemática e ordenada, informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma amostra determinada (DENCKER, 2007).

O questionário é um dos métodos para o recolhimento de dados que necessita das respostas escritas por parte dos sujeitos entrevistados, traduzindo os objetivos de um estudo com variáveis mensuráveis (FORTIN, 2009).

Para tanto, como instrumento para a coleta de dados, criou-se um questionário estruturado com perguntas fechadas, aplicado aos expositores rurais presentes nos eventos, dividido em dois blocos, sendo o primeiro a caracterização do respondente e o segundo, perguntas relativas ao evento propriamente dito, por meio de cinco constructos visando analisar a participação das organizações públicas e privadas no auxílio na organização e gestão do evento, as dimensões ambiental, econômica e social do evento e ainda, os produtos comercializados, com intuito de estabelecer a relação das feiras rurais como proposta alternativa para a agricultura familiar e conseqüentemente, propulsora do desenvolvimento rural sustentável nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

Os constructos e indicadores foram definidos com base no referencial teórico consultado que, segundo Dencker (2007), devem ter o propósito de viabilizar o alcance dos objetivos específicos definidos na introdução do trabalho. Sendo assim, tendo em conta o objetivo principal que norteia a presente investigação – analisar as

feiras livres realizadas nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, enquanto promotoras do desenvolvimento rural sustentável - foram identificadas as principais dimensões de análise a serem consideradas no questionário.



Fonte: O autor 2019.

Estes cinco constructos, ou dimensões de análise, (Figura 3) foram incorporados ao questionário por meio de questões e visaram identificar a perspectiva objetiva dentro de uma relação com os principais fenômenos do desenvolvimento rural sustentável.

Foi elaborado, portanto, um questionário estruturado, com perguntas fechadas, visando mapear o grau de relação entre as feiras livres de comercialização de produtos da agricultura familiar e o desenvolvimento rural de cada município, pois a intenção era medir, dentro do universo dos produtores rurais, graus de importância e implementação, levantando opiniões dos entrevistados.

Dessa forma, a escala de Likert foi escolhida, levando em consideração que é a mais utilizada nos estudos verificados no estado da arte realizado e ainda, que esta quantifica as atitudes dos indivíduos baseada em uma ordem de importância numérica qualitativa, manifestando a concordância, ou discordância, em relação às dimensões e atitudes relacionadas ao objeto de estudo, ou seja, os sujeitos entrevistados indicam se estão mais ou menos de acordo ou em desacordo relativamente a um certo número de enunciados (DENCKER, 2007; FORTIN, 2009), escolhendo entre cinco respostas possíveis.

Quadro 1 - Escala utilizada no questionário aplicado aos expositores

Escala do Grau de Importância	Escala do Grau de Implementação
-------------------------------	---------------------------------

1= nada importante 2= pouco importante 3= medianamente importante 4= bastante importante 5= extremamente importante	1= nada implementado 2= pouco implementado 3= medianamente implementado 4= bastante implementado 5= totalmente implementado
---	---

Fonte: O autor 2018.

Tal questionário estabelece o grau de importância percebido para os itens mencionados, bem como para o grau de implementação de cada constructo enquanto propulsor do desenvolvimento rural sustentável.

Também se aplicou um questionário de perguntas do Apêndice B - semiestruturadas e abertas -, para os organizadores e realizadores do evento, com intuito de fundamentar o histórico desses eventos e relacionar o Desenvolvimento Rural Sustentável através da análise e implicação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS, verificando quais se configuram como alternativa, presente no referido evento.

2.4 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA A SER PESQUISADO

Deste universo a ser pesquisado, se descreve a população como uma coleção de elementos ou de sujeitos que partilham características comuns, definidas por um conjunto de critérios, a amostragem é o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenômeno, e de tal forma que a população inteira que nos interessa seja representada (FORTIN, 2009).

Neste sentido, na presente investigação, a população-alvo é constituída pelos feirantes rurais e urbanos ligados às feiras dos produtores rurais dos principais municípios lindeiros do Lago de Itaipu, e as organizações públicas e privadas que tem papel organizacional das feiras, sendo que esta pesquisa diz respeito, portanto, aos produtores rurais dos municípios, agricultores familiares, moradores urbanos que comercializam seus produtos artesanais nas feiras, gastrônomos que comercializam alimentos, produtores de pesque-pague, produtores orgânicos, artesãos, associações, sindicatos rurais e prefeituras, como partes interessadas na composição e gestão desses eventos rurais.

A amostra populacional é composta de sete (7) municípios dentre os dezesseis (16) - universo, que compõem o território dos Lindeiros do Lago de Itaipu.

Definiram-se quatro critérios investigativos para compor a amostra de pesquisa:

- a) O município Lindeiro obrigatoriamente ter uma ou mais feira com a comercialização de produtos agrícolas e a participação da Agricultura Familiar.
- b) A resposta das Secretarias de Agricultura dos municípios, após o envio de um correio eletrônico específico informado o conteúdo e solicitando a referida pesquisada.
- c) Municípios mais significativos no contexto populacional e com maior presença de feirantes.
- d) Logística para a pesquisa - em alguns municípios não foi possível realizar a pesquisa pela distância e tempo, tornando inviável visitar e pesquisar as feiras locais que compõe a população deste universo pesquisado.

Segundo Richardson (2015), cada unidade de uma população ou universo, denomina-se elemento e o conjunto desses elementos denomina-se amostra. E para a definição de amostra não probabilística intencional, o qual os elementos que formam a mostra relacionam-se intencionalmente de acordo com as características estabelecidas no plano de trabalho.

Deste modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo pelo fato de entrevistarmos quase todos os feirantes das cidades mencionadas (RICHARDSON, 2015).

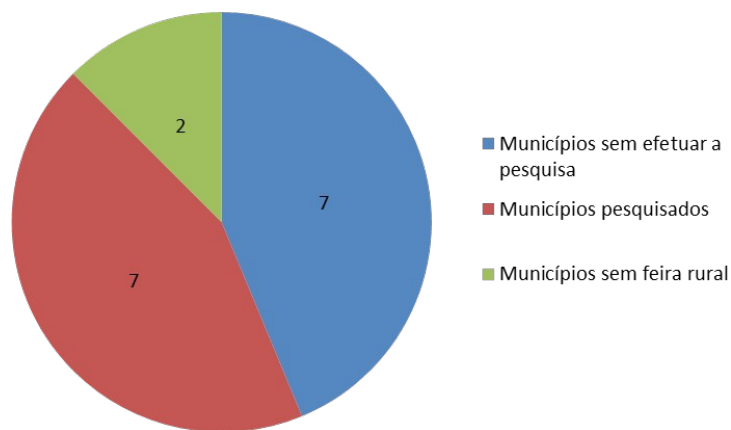
Os 16 (dezesseis) municípios Lindeiros do Iguaçu que compõe a área de abrangência e delimitação desta pesquisa são: Município de Guaíra; Município de Terra Roxa; Município de Mundo Novo; Município de Mercedes; Município de Marechal Cândido Rondon; Município de Pato Bragado; Município de Entre Rios; Município de Santa Helena; Município de Missal; Município de Itaipulândia; Município de São Miguel do Iguaçu; Município de Santa Terezinha de Itaipu; Município de Foz do Iguaçu.

Depois de identificar os 16 (dezesseis) municípios e entrar em contato com todas as secretarias de Agricultura, Prefeituras e Associações de trabalhadores rurais, identificou-se que o município de Diamante do Oeste e São José dos

Palmares não possuem feiras de produtores rurais com a participação da agricultura familiar. Nos demais municípios criou-se um calendário de visitação e metas para a coleta de dados e aplicação dos questionários com a maioria dos feirantes participantes.

No Gráfico 1, tem-se a representatividade da amostra em relação ao objeto total dos municípios Lindeiros.

Gráfico 1 - Representatividade da amostra de estudo



Fonte: O autor 2019.

O Gráfico 1 demonstra uma validação de 50% dos municípios Lindeiros: Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste Santa Helena do Oeste, Foz do Iguaçu e Medianeira.

Neste sentido optou-se por escolher os municípios mais significativos popularmente e com maior presença de feirantes, porém por motivos de logística e cercania os municípios de Guaíra e Mundo Novo não foram contabilizados.

Portanto, foram visitados apenas 07 (sete) dos 16 (dezesesseis) municípios, onde foram aplicados e validados os questionários na totalidade de 63 (sessenta e três) produtores rurais, dos 87 (oitenta e sete), ou seja, 72% dos produtores destes municípios foram entrevistados.

A seguir, na Tabela 1 pode-se observar a quantidade de feirantes dos municípios, e a quantidade respondente de cada município que compõe o objeto de estudo.

Tabela 1 - Feirantes dos Municípios Pesquisados

Município	Amostra	Quantidade	Porcentual
Terra Roxa	Participantes da feira	20	100%
	Respondentes	19	95%
M.C.R.	Participantes da feira	18	100%
	Respondentes	9	50%
Pato bragado	Participantes da feira	3	100%
	Respondentes	3	100%
Entre Rios do Oeste	Participantes da feira	4	100%
	Respondentes	3	75%
Santa Helena do Oeste	Participantes da feira	14	100%
	Respondentes	9	64%
Foz do Iguaçu	Participantes da feira	8	100%
	Respondentes	5	62%
Medianeira	Participantes da feira	20	100%
	Respondentes	15	75%

Fonte: O autor (2019).

De acordo com a Tabela 1, no município de Terra Roxa, dos 20 participantes da feira, apenas 1 não foi entrevistado por não ter comparecido à feira no dia da entrevista alegando não ter produtos para expor. Todas as entrevistas com os produtores foram realizadas no dia de visitação e comercialização da feira. A entrevista do (Apêndice B), no referido município foi realizada via correio eletrônico com a Diretora de Assuntos Comunitário Agrários da Secretaria de Agricultura Sra. Naiane Mateucci.

No município de Marechal Cândido Rondon as entrevistas foram realizadas na terç -feira dia da feira, e três fatores impediram a totalidade de entrevistas; grande popularidade e movimento da feira, quantidade de feirantes e tempo destinado para realização da entrevista, apenas 50% dos feirantes responderam o questionário. Todas as entrevistas foram realizadas com produtores rurais pertencentes à agricultura familiar do município. O questionário referente aos organizadores da feira foi aplicado ao Sr. Lotario Lohmann atual presidente da associação dos feirantes, na própria feira.

No município de Pato Bragado se conseguiu a totalidade de entrevistas com os feirantes. Todas as feirantes são caracterizadas produtoras rurais, produzem

produtos agroecológicos e são pertencentes à agricultura familiar do município. O questionário do (Apêndice B) foi aplicado à Sra. Classi presidente da associação a feira, em uma entrevista aberta na própria feira.

No município de Entre Rios as entrevistas do (Apêndice A), foram realizadas no local do espaço do produtor; dentro desta amostra foram entrevistadas duas produtoras rurais e uma artesã, uma feirante não compareceu no dia da pesquisa porque não tinha quantidade mínima para expor e comercializar seus produtos (Hortifrútiis). Em entrevista referente ao (Apêndice B) a Diretora de Departamento de Formação e Capacitação Profissional Sra. Márcia Shuster, funcionária de carreira da prefeitura, respondeu atenciosamente todas as questões referentes aos organizadores das feiras.

No município de Santa Helena as entrevistas foram realizadas na quarta-feira no horário da feira, e três fatores impediram a totalidade de entrevistas: grande popularidade e movimento da feira, quantidade de feirantes e tempo destinado para realização da entrevista. Apenas 64% dos feirantes responderam ao questionário, totalizando 7 produtores rurais, 1 produtor urbano de panificados e 1 proprietário de pesque pague que se destina à venda de pescados.

Aplicou-se neste mesmo dia o questionário do (Apêndice B) ao Senhor Ricardo, atualmente presidente da associação dos feirantes.

No município de Foz do Iguaçu os questionários do apêndice A foram entregues ao Sr. Ney Rafael Viera, tesoureiro administrativo da APROFOZ, que replicou aos feirantes obtendo as respostas mencionadas no próximo capítulo. No qual, foi o responsável em responder pessoalmente no Instituto Federal do Paraná, (IFPR), as questões do (Apêndice B) por ser um dos organizadores da feira. A feira de Foz tem uma peculiaridade ela funciona no sistema de economia solidária e nem todos os feirantes comparecem à feira realizada nas sextas-feiras, por isso nem todos os produtores rurais responderam ao questionário, no entanto os 8 feirantes são enquadrados na agricultura familiar e fornecem produtos para a Coafaso e participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município.

No município de Medianeira as questões do apêndice A foram aplicadas pelo colaborador Anderson Thomazzoni, professor do IFPR e residente na cidade de Medianeira, conseguindo uma alta participação nas entrevistas com os produtores participantes na feira. A entrevista do (Apêndice B) foi realizada na quarta feira, dia 07 de maio 2019, com o presidente em exercício da Associação dos Agricultores

Familiares de Medianeira (AAFEMED), Sr. José Bussolo.

Como se tratou de uma amostra diversificada, constituída por participantes que diretamente fazem parte da construção das feiras, ou organizações públicas, ou líderes de associações, acredita-se que a sua inquirição contribuiu para proporcionar uma visão bastante realista do papel dos produtores da agricultura familiar em relação às feiras livres nos municípios analisados.

2.5 PRÉ-TESTE E RECOLHA DOS DADOS

O pré-teste é uma fase da pesquisa que permite avaliar a adequabilidade dos instrumentos construídos para recolher os dados (DENCKER, 2007). Sendo assim, após o desenho do questionário, foi realizado um pré-teste do mesmo, com o objetivo de analisar a Feira do Peixe Vivo enquanto propulsora do desenvolvimento rural sustentável em Foz do Iguaçu-PR, permitindo medir a sua capacidade para recolher a informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa. Portanto, a validação do questionário fez-se por meio da aplicação do pré-teste que considerou uma amostra de 8 expositores cujas características se aproximavam das da população em estudo, por se tratarem de um estudo exploratório descritivo, com pesquisa bibliográfica e documental, complementado por pesquisa de campo com aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas, utilizando-se da escala Likert junto aos expositores rurais.

2.6 MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a recolha de dados por meio de aplicação de questionários junto à amostra dos feirantes produtores rurais, produtores artesanais e urbanos dos 7(sete) municípios citados, ocorrida no período entre março e junho de 2019, procedeu a análise de dados, dentro do software Excel para tratar as planilhas e gráficos, sendo que no primeiro momento procedeu-se a análise descritiva para cada bloco do questionário (Apêndice A).

Em segundo momento avaliou o grau de importância para cada item relacionado nos constructos individualmente para posteriormente, efetuar uma

grande relação entre todas as feiras com intuito de averiguar as principais características para a obtenção de análise conclusiva (Apêndice A).

E, por fim, utilizou-se uma análise qualitativa tendo como base os Apêndices (B e C) para caracterização das feiras, descrição do histórico, fatores do desenvolvimento rural de cada município e ações que podem ser identificadas conforme os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, (ODS) estabelecidos para a convenção de Paris em 2030.

2.7 SÍNTESE CONCLUSIVA

Nesta seção, buscou-se descrever os procedimentos adotados no presente estudo de investigação, detalhando os métodos e técnicas utilizados. Descreveu-se ainda o processo de construção dos instrumentos de pesquisa (os questionários) bem como municípios averiguados. Também foi realizada na presente seção, uma explanação dos métodos utilizados para o tratamento dos dados recolhidos.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo tem a finalidade de discutir as dimensões do desenvolvimento e

sua estrutura de sustentabilidade. Com o propósito de estabelecer uma relação conexa de pensamento sobre a contextualização da ruralidade e suas características próprias apresentadas, através de uma revisão entre alguns autores, estabelecer a linha cronológica escolhida para este referido trabalho. Neste sentido esta pesquisa promove uma visão do desenvolvimento nos espaços rurais destacando a interação entre o econômico, social e ambiental.

A história tem evidenciado que a ideia de desenvolvimento tem uma força mobilizadora que não pode ser subestimada. Em nome do desenvolvimento lideranças mobilizam grupos, municípios, nações ou continentes (FROEHLICH; DIESEL, 2006). Em seu nome também as propriedades justificam suas prioridades e em função de uma visão econômica onde se visa o lucro e crescimento, beneficiam-se a alguns e prejudicam-se a outros.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade, como pobreza, tirania, carência de oportunidades e destruição sistemática do social. Ressalta-se como a violação de liberdade interfere diretamente na negação de políticas públicas, direitos civis por regimes autoritários e de restrições impostas que impossibilitam a participação da vida social, política e economia da comunidade (SEN, 2000).

Na visão do desenvolvimento como liberdade, destaca-se a capacidade do mercado global e seus mecanismos em contribuir para o elevado crescimento econômico, no entanto sucede a importância do reconhecimento da liberdade direta que os indivíduos têm de trocar palavras, bens ou presentes, essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e integram a sociedade. É difícil pensar no processo do desenvolvimento substancial e mercadológico, sem excluir o papel do custeio social, da regulamentação pública e boa condução dos negócios pelo Estado sem empobrecer a vida humana (SEN, 2000).

Nesta economia global, dominada por grandes centros urbanos que concentram grande parte da população e das atividades econômicas, existe uma vasta extensão geográfica de territórios rurais. As áreas rurais apresentam duas características distintas que diferenciam-se em: o grande produtor com pouca diversificação de plantio e voltado exclusivamente para o desenvolvimento econômico, e o pequeno agricultor (agricultura familiar) onde apresenta uma grande diversidade, sendo grande parte delas caracterizada pelo êxodo contínuo e abandono progressivo das atividades tradicionais ligadas ao setor primeiro (CRUZ;

FONTANA, 2018). Assim, nestes territórios a qualidade de vida das populações bem como as perspectivas de desenvolvimento econômico são bastante reduzidas, o que a médio e longo prazo, pode resultar no seu abandono e venda da propriedade.

Nestas condições, Souza e Elesbão (2011) sugerem as razões para desenvolver um território rural viável envolvem aspectos ambientais, socioculturais e econômicos. Esses aspectos incluem garantia e fiabilidade dos alimentos produzidos, preservação dos recursos naturais e a biodiversidade e principalmente uma matriz cultural própria e distinta das matrizes tendencialmente globalizadoras das áreas mais urbanas.

Adiciona-se o respeito pelas pessoas, que torna um dos principais elementos a ser considerado em qualquer estratégia de desenvolvimento e na concepção de qualquer inovação técnica (SOUZA; ELESBÃO, 2011). As políticas públicas e gestores que promovem esses projetos devem estar comprometidos em respeitar os direitos fundamentais destas ruralidades, suas tradições e identidades culturais (SOUZA; ELESBÃO, 2011).

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise minuciosa para uma compreensão mais plena, é inadequado afirmar como objetivo básico a maximização da renda ou da riqueza, o desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhora de vida e principalmente o desfrute de liberdade (SEN, 2000).

A expansão desta liberdade serve para a valorização da vida e sua riqueza despreendida, com a transformação em seres sociais mais completos, e sua interação com o mundo em que nele habita (SEN, 2000).

Para compreender nestes termos o processo de desenvolvimento devemos levar em conta a importância do estoque de bens e recursos de que uma sociedade dispõe para estabelecer fluxos dinâmicos, idealizando as articulações entre o meio ambiente, estruturas sociais e principalmente as instituições envolvidas; aspectos que infelizmente são enfatizados de maneira isolada por tradições disciplinares concorrentes ou linhas de pensamentos que enfatizam suas ciências como a econômica, social ou geográfica (SEN, 2000).

Este trabalho de pesquisa não se propõe em discutir e analisar o atual momento das questões agrárias e suas reflexões, e sim descrever alguns fenômenos como, a relação do desenvolvimento rural na agricultura familiar e a atividade turística no formato de feiras urbanas e seus movimentos no meio social,

para promover uma reflexão contemporânea do mundo rural e situação da agricultura familiar.

3.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Os atores sociais e suas ações adquirem legitimidade política e autoridade para comandar comportamentos sociais e políticas de desenvolvimento por meio de prática concreta (RATTNER, 1999). A discussão teórica, portanto, revela uma luta disfarçada pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição hegemônica, para ditar diretrizes e endossar representações simbólicas de sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência do planeta ou de comunidades autossuficientes e autônomas (RATTNER, 1999).

Sustentabilidade também nos remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado, presente e futuro. O primeiro serve como parâmetro de sustentabilidade, enquanto o último requer a definição do estado desejável da sociedade no futuro (RATTNER, 1999).

Experiências políticas passadas, que tentaram impor às gerações presentes os sacrifícios necessários para construir o futuro revelam o relacionamento conflituoso e complexo subjacente a um problema aparentemente simples conceitual ou taxonômico (RATTNER, 1999).

Enquanto as práticas dominantes na sociedade (econômica, política, cultural) são determinadas pelas elites de poder; essas mesmas elites são também as principais referências para a produção e disseminação de ideias, valores e representações coletivas. Assim, a força e a legitimidade das alternativas de desenvolvimento sustentável dependerão da racionalidade dos argumentos e opções apresentadas pelos atores sociais que competem nas áreas política e ideológica. Cada teoria, doutrina ou paradigma sobre sustentabilidade terá diferentes implicações para a implementação e o planejamento da ação social (RATTNER, 1999).

Esta análise sobre a sustentabilidade do desenvolvimento rural fundamenta a base científica abordada e necessária para dar conta de explicar os principais

fenômenos relativos à sociedade humana, sua estrutura, e possíveis alterações em seu meio decorrente do aumento populacional e utilização dos recursos próprios. Neste campo fundamental da teoria de desenvolvimento rural, faz essencial a ligação das necessidades do meio social e natural, propondo um balanço sustentável através de seus caracteres fundamentais.

Em face às dimensões destacadas - dimensão econômica, dimensão social e dimensão ambiental -, apesar de terem corpos teóricos específicos, se propõe uma descrição individual primeiramente e logo um diálogo específico com o objetivo de diagnosticar e caracterizar esta linha multidisciplinar de pesquisa.

3.1.1 Dimensão Econômica

Para realizar uma discussão sobre o desenvolvimento e crescimento econômico se faz necessário realizar um apanhado nas teorias ideológicas e consagradas as quais, explicam essas mudanças econômicas e processos que, no decorrer da história, se tornaram parâmetros nesta perspectiva. Dentre essas teorias se destacam inicialmente a Clássica como importante referencial: A Riqueza das Nações de Adam Smith, onde a economia tende a equilibrar-se sem a regulamentação do estado (mercantilismo), ou seja, a livre competição define a produção, atendendo as necessidades de distribuição de renda nasce o termo '*laissez faire*'² (DROUIN, 2008).

O nascimento do *laissez faire* provocou um choque na visão que o homem civilizado tinha de si próprio, com o surgimento da economia liberal provocou uma reação em cadeia do homem perante a máquina. Simples mercados isolados converteram em sistemas autorreguladores de mercados e com essa nova economia surgiu uma nova sociedade (SMITH 2017).

Polany (1978) afirma que o passo crucial foi a transformação do trabalho e da terra (sua força de trabalho em mercadoria) tratados e produzidos para a venda.

2

Expressão criada por Adam Smith (1723 - 1790), um filósofo e economista clássico que defendia o princípio do *laissez-faire*. De acordo com o liberalismo econômico, o Estado deve "deixar o mercado fazer", sem interferir no funcionamento deste se limitando apenas a criar leis que protejam os consumidores e os direitos de propriedades (SMITH, 2017).

Neste sentido, com a compra e venda livre de trabalho e terra, intervíram no mecanismo do mercado, com a oferta e surgimento do trabalho estabeleceu-se o salário e por consequência, o preço de mercado para o uso da terra denominou-se renda.

O verdadeiro alcance de um passo pode ser entendido se nos lembramos que trabalho é apenas um outro nome para homem e terra para a natureza. A ficção de que eram mercadorias confiou o destino do homem e da natureza ao funcionamento caprichoso de um autômato marcando pelos seus próprios pés e governando-se pelas suas próprias leis (POLANY, 1978, p. 4).

Conforme o fim do sistema feudal o trabalho e a terra não se encontravam mais confiados ao mercado faziam parte de uma estrutura orgânica da sociedade. Em seguida surge a corrente Marxista (com O Capital como grande referencial de Karl Marx), corrente crítica com os paradigmas ao liberalismo econômico, onde relaciona a estrutura produtiva da sociedade e as lutas de classe entre os exploradores e os explorados (DROUIN, 2008).

Polany (1978) efetuou críticas a esse movimento econômico que acreditava ser baseado em falácias em sua essência, a fome e o ganho não são mais econômicos que o amor ou o ódio, orgulho ou preconceito, nenhum motivo humano é econômico. O fator econômico está subjacente a toda vida social onde determina a produção em uma atividade coletiva não individual (POLANY, 1978). Se um indivíduo tem fome é dado como circunstância social não natural, sendo que o que levou o século XIX a pensar a fome e o ganho econômico foi a organização da produção sob a égide de uma economia de mercado (POLANY, 1978).

Em meados do século XIX a partir do desenvolvimento da teoria marginal de valor surge a teoria Neoclássica, e suas premissas, fenômenos econômicos são explicados pela medição do momento, seu campo de ação baseada na microeconomia, unidades econômicas individuais e levam em conta os aspectos subjetivos na tomada de decisões econômicas (DROUIN, 2008).

E por último, conhecida como a Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda (Keyniana ou Keynesiana), publicada em 1936 por Keynes; essa escola influenciou os países industrializados após a Segunda Guerra Mundial, defendendo que o mercado não é perfeito, e que a intervenção do estado nas atividades econômicas é necessária e essencial (DROUIN, 2008).

Neste enfoque, autores como Rostow (1974), descrevem o desenvolvimento

econômico estabelecendo etapas. Inicialmente se baseiam na sociedade tradicional e em suas funções de produção limitadas, com alguma inovação tecnológica voltada ao comércio, melhoramento das obras de irrigação entre outras. Porém, a área e o volume do comércio flutuavam conforme as turbulências sociais e políticas e principalmente a eficiência do governo central e do bom estado das vias de comunicação.

Rostow (1974) descreve as precondições do arranco e seus processos de transições, explorando os frutos da sociedade moderna e seus juros compostos, para assim descrever sobre a era do consumo e finalizar com a teoria dinâmica de produção.

Ao examinar os grandes delineamentos de cada etapa do desenvolvimento econômico, estuda-se não simplesmente a estrutura de cada setor, mas como se transformam em direção ao crescimento nas opções feitas pela sociedade, referente ao emprego e seus recursos e sua renda em relação ao preço e demanda (ROSTOW, 1974).

Neste sentido Abramovay um autor que segue a linha Marxista, em sua obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, descreve que a economia contemporânea e a questão da racionalidade possuem um peso importante. O fato de terem uma base teórica da sociedade capitalista não impede os neoclássicos na construção de modelos significativos, onde procuram razões endógenas de um determinado comportamento e os marxistas, determinações de natureza social como necessárias e suficientes; assim a dominação política torna-se fatores explicativos: compreender o campesinato é examinar as funções que ele desempenha na reprodução de um sistema global. Já os neoclássicos procuram na própria família camponesa elementos determinantes de sua conduta (ABRAMOVAY, 1992).

Partindo para uma análise geopolítica, Santos (2006) afirma que o meio geográfico pode se dividir entre: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico informacional. Sendo que, o meio natural representa a evolução do homem até a I Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, até esse período a relação do homem com o espaço geográfico era harmoniosa e não havia grandes impactos ambientais, visando o uso e a conservação da natureza. O meio técnico se dá a partir da I Revolução Industrial até meados da década de 40, trata-se do período no qual houve a maior intervenção humana na natureza por meio de mecanização, gerando uma lógica instrumental a qual originou diversos problemas

socioambientais. O meio técnico-científico-informacional deu-se dos anos 70 até os dias de hoje, a partir da junção entre ciência e técnica, sob a égide de um mercado globalizado onde ciência, tecnologia e informação são a base da produção e do uso do espaço e território (SANTOS, 2006).

Sachs (1998) também parte dessa separação histórico-geográfica fazendo um balanço deste meio século, chamado por Santos (2006), de meio técnico-científico-informacional, discorrendo sobre o período pós Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria de 1945 à 1991, alguns conflitos locais e genocídios principalmente na África e Europa, a descolonização e emancipação dos países dependentes, o desmoronamento do socialismo real em 1989, o subdesenvolvimento, a mundialização, os contrastes e as desigualdades sociais, a degradação do meio ambiente e a má organização social e política, elencando que questões como o progresso tecnológico e a modernidade geraram problemas que levaram a uma crise social generalizada.

Abramovay (1992) propõe outro viés, no qual a questão da racionalidade camponesa e seu peso significativo estarem primeiramente vinculados à sociedade capitalista, e faz uma análise sobre as duas principais correntes e assinala as construções de importantes modelos neoclássicos e marxistas. Onde os neoclássicos procuram razões endógenas para identificar comportamentos no meio rural, e em contrapartida os marxistas buscam determinações de natureza social focada nas ações individualizadas.

Assim, a análise do trabalho e a dominação política tornam-se fatores explicativos para compreender o campesinato, sendo necessário examinar as funções que ele desempenha na reprodução de um determinado sistema global. Já os neoclássicos centrados no problema de tomada de decisões, procuram na própria família camponesa os elementos determinantes de sua conduta (ABRAMOVAY, 1992).

No entanto, Sachs (1998) discute e estabelece a pluralidade das vias de desenvolvimento não somente a econômica devendo respeitar a diversidade e especificidades de cada local. Em seu contexto histórico e cultural, que o desenvolvimento deve ser aprendido em sua dinâmica processual. No contexto ecológico, onde traduz a diversidade climática e biológica, desenvolvimento sem destruir o capital da natureza face à importância da cultura para a sociedade em respeito do conhecimento sobre seu meio natural. E por fim, o contexto institucional

que reflete a organização da sociedade humana. Ainda, neste sentido, o autor afirma que deve ser pensado em um planejamento a médio e longo prazo, buscando ter flexibilidade, diálogos, contextualização e contratos (SACHS, 1998).

Neste ponto de vista, o desenvolvimento ressalta-se como um conceito pluridimensional, colocando em evidência o uso de diversos adjetivos que acompanham questões ligadas ao econômico, social, político, cultural, durável, viável e humano. Partindo da ideia de hierarquização onde o social está no comando, o ecológico possui algumas restrições assumidas e busca-se recolocar o econômico em seu papel instrumental, procurando harmonizar esses objetivos um tanto contraditórios (SACHS, 1998).

Além do volume econômico baseado na industrialização principalmente em progresso técnico e abundância na utilização sem controle dos recursos naturais, produziu um número infinito de problemas ambientais e sociais referidos como 'custos sociais' (SACHS, 1998). Apenas durante as últimas décadas, a sociedade civil começou a resistir e a exigir a internalização dos custos ambientais causados pelas atividades econômicas. Para construir uma sociedade sustentável, é essencial entender que um meio ambiente saudável é condição necessária para nosso bem-estar, o funcionamento da economia e, enfim, a sobrevivência da vida na terra (SACHS, 1998).

Sendo assim, este diálogo literário elenca a dimensão econômica dentro do objeto de estudo, feiras livres, para o desenvolvimento rural sustentável dos municípios Lindeiros.

Sugere à relação de ambas as escolas, onde definem a importância do sujeito (agricultor familiar) e sua relação com o trabalho, e conseqüentemente a produção e distribuição.

A representatividade da comercialização em relação ao lucro anual do agricultor e a importância econômica deste canal de distribuição nortearam o questionário aplicado.

No entanto, para diagnosticar e definir o desenvolvimento é fundamental elencar a vida individual e social dos agricultores relacionados com características fundamentais que promovam a sustentabilidade do meio através da cooperação, participação nas decisões locais e qualidade produtiva, valores esses vitais para sobrevivência.

3.1.2 Dimensão Social

Embora boa parte da crítica social à ideia de desenvolvimento esteja focada em redução ao crescimento econômico, alguns autores trazem a questão social como centro de seus modelos explicativos.

Sen (2008) promove e descreve a importância do desenvolvimento econômico contraposto com o desenvolvimento social e sugere o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdade, onde as pessoas possam desfrutar. O enfoque na liberdade humana contrasta com visões clássicas do desenvolvimento, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de renda individual das pessoas, avanço tecnológico, industrialização e modernização social. O autor dialoga entre a importância do crescimento do PIB, com outras formas de liberdade, onde os indivíduos necessitam de disposição social, econômica, saúde, educação e garantia de seus direitos civis (SEN, 2008).

O desenvolvimento humano requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade, como pobreza, tirania, carência de oportunidades e destruição sistemática do social (SEN, 2000). Na economia global, dominada por grandes centros urbanos que concentram grande parte da população e das atividades econômicas, existe uma vasta extensão geográfica de territórios rurais. Apesar das áreas rurais apresentarem duas características fundamentais e opostas, sendo: o grande produtor com pouca diversificação de plantio e voltado exclusivamente para o desenvolvimento econômico (agronegócio) e, o pequeno agricultor (agricultura familiar) que apresenta diversidade de produção formando a base alimentar.

Assim, nestes territórios, a qualidade de vida das populações, bem como as perspectivas de desenvolvimento econômico, são bastante reduzidas, o que a médio e longo prazo, pode resultar no seu abandono e venda da propriedade (SEN, 2000).

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise minuciosa para uma compreensão mais plena; é inadequado afirmar como objetivo básico a maximização da renda ou da riqueza, o desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhora de vida e principalmente o desfrute de liberdade (SEN, 2000).

A relação da melhoria da qualidade de vida da população, ou mesmo as

características apresentadas do desenvolvimento social com liberdade intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento econômico como observado, porém, com a condicionante de sustentabilidade nota-se a crescente demanda urbana por alimentos saudáveis, preservação das paisagens, do solo, da água e da biodiversidade emana a necessidade de caracterizar o desenvolvimento ambiental ou ecológico (SEN, 2000).

Nesta dimensão foi possível observar a importância da qualidade de vida na construção de um desenvolvimento sustentável, e questões como a liberdade de escolha, interferem na relação das feiras e novos negócios para o produtor rural, além de fortalecer as feiras perante a sociedade, prioriza a cultura de consumo dos produtos locais e artesanais, contribui para fixação do agricultor no campo.

Tomamos como exemplo a agricultura familiar (fenômeno discutido no próximo capítulo), um processo decorrente do fenômeno social, econômico e ambiental, que dependente de múltiplos fatores endógenos e externos que resume e configura a construção do desenvolvimento humano ideal do meio rural.

3.1.3 Dimensão Ambiental

As relações entre desenvolvimento e meio ambientes têm sido crescentemente teorizadas nas diferentes disciplinas das ciências sociais.

A questão ambiental ultimamente muito discutida na civilização humana contemporânea e, provavelmente, o de maior potencial de questionamento e transformação na trajetória do processo civilizatório. A hermenêutica do saber ambiental se estabelece como um campo de significações que fazem proliferar os sentidos do ambiente e projetam a complexidade para a construção de um mundo aberto para a diferença e a alteridade (LEFF, 2003).

Trata-se de um processo que, além de transmitir conhecimento para uma gestão racional do ambiente, reflete sobre o problema de reconhecimento e a reapropriação do mundo (LEFF, 2003).

Uma reflexão prática que se colocam a valoração dos serviços ecológicos, dos recursos naturais e das culturas autóctones como condição de sobrevivência, princípio de diversidade e valor democrático, que formula a relação entre

racionalidades e valores, interroga o poder no saber e coloca a reconstituição das identidades, sua fixação em novos territórios e a reconstrução das formas de habilidade e convivência (LEFF, 2003).

A complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento, remete a suas origens, à compreensão de suas causas, e ver os erros da história que se arraigaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos (LEFF, 2003).

A questão ambiental aparece, em Beck, como um risco global, como um dos conflitos da modernidade. A separação entre a natureza e a sociedade é negada à medida que há tempos a natureza foi socializada e à medida que a natureza do social foi internalizada na crise do padrão civilizatório. No entanto, cabe a sociedade dominar a técnica e a ciência que incidem e operam a natureza e sua sustentabilidade global (BECK, 1992).

A crise ambiental é o resultado do desconhecimento da lei (entropia) que desencadeou no imaginário economicista uma mania de crescimento, de uma produção sem limites (LEFF, 2003). A complexidade ambiental é uma nova compreensão do mundo, incorporando o limite de conhecimento e a incompletude do ser (LEFF, 2003).

Com a escassez dos recursos naturais, passa a haver uma nova consciência em torno do 'valor' destes recursos. A busca pela sustentabilidade, em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais, tornou-se objetivo de políticas públicas que buscam integrar a concepção do agronegócio com as necessidades socioambientais (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Esta complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer, sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza (LEFF, 2003). Mas também questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo, abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral, entre a racionalidade formal e a racionalidade substantiva (LEFF, 2003).

Neste sentido, aprender a aprender a complexidade ambiental implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova

racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia; um reconhecimento do mundo que habitamos (LEFF, 2003).

A educação ambiental é um processo no qual todos nós somos aprendizes e professores. Os bons mestres sempre foram aprendizes até alcançar a maestria de artes e ofícios (LEFF, 2003). Mas esse processo de transmissão de saberes sempre se deu dentro das relações de poder de quem detém um saber, de relações de dominação mestre-aluno, de relações de autoridade e de prestígio pela propriedade de um saber codificado, certificado (LEFF, 2003).

No Brasil, observa-se que as políticas de desenvolvimento agropecuário e a política ambiental foram historicamente desenvolvidas em paralelo, sem a necessária integração, resultando, muitas vezes, em ações conflitantes. As primeiras, em diversos casos, atuaram na promoção da insustentabilidade, ao estimular o desmatamento, o uso inadequado de produtos químicos, a ocupação de espaços mais frágeis, entre outras ações. Enquanto isto, a política ambiental teve seu foco principal na limitação de atividades potencialmente poluidoras, a partir de instrumentos típicos de comando e controle, como o licenciamento ambiental e a aplicação de sanções disciplinares (SAMBUICHI *et al.*, 2014). Neste contexto, as abordagens agroambientais surgem como uma tentativa de integrar e articular estas duas políticas setoriais, de modo a corrigir as distorções e criar uma maior sinergia entre elas (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Sendo assim, a legislação ambiental brasileira está construída na concepção do espaço rural associado e confundido com a atividade agrícola, e isto é perceptível nas políticas públicas adotadas no país. Entretanto, as transformações do espaço agrário contemporâneo têm se caracterizado pelo transbordamento do urbano sobre o rural (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Silva (1999) descreve que o resultado de tal processo é a radical diferenciação da população, sendo cada vez maior o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Assim, a tradicional vinculação mecânica entre o rural e a atividade agrícola torna-se pouco esclarecedora (SILVA, 1999). Neste panorama o espaço rural assume múltiplas funções como lazer, turismo, residência para trabalhadores urbanos ou prestadores de serviço, comércio e indústria (SILVA, 1999).

A configuração de um desenvolvimento sustentável aponta para a

necessidade de se criar mecanismos e instrumentos de gestão ambiental, que sejam capazes de dar respostas aos problemas colocados, em sintonia com o contexto social, econômico e agroecológico onde estes se manifestam, e adequados às diferentes categorias e atores sociais presentes no rural (NEUMANN; LOCK, 2002).

O teor dessa exposição propõe a pergunta: que tipos de problemas são os mais críticos para o desenvolvimento sustentável e como a ciência pode mobilizar melhor para dar-lhes respostas. Os desafios que a ciência enfrenta na busca da sustentabilidade não são somente de tipo técnico, assim os aspectos empíricos e de metodologia científica são desafios fundamentais ao alcance de um melhor entendimento de nosso meio natural e dos sistemas complexos do planeta (LEFF, 2003).

Finalmente existem também aspectos de tipo moral e de procedimentos na definição do rol do conhecimento científico e das inovações que afetam a governabilidade das origens ambientais e tecnológicas, em relação a uma gestão sustentável dos ecossistemas e a uma comunicação efetiva da informação científica, no logro desses fins (LEFF, 2003).

Assim muitos dos resultados obtidos no processo de incremento da produtividade dentro da indústria agroalimentar dependem de uma permanente utilização de pesticidas químicos, fertilizantes, sementes híbridas ou geneticamente modificadas assim como os outros inputs de capital. Estes desenvolvimentos tecnológicos podem afetar sobremaneira a vulnerabilidade dos sistemas de produção alimentar ante as mudanças tecnológicas, naturais ou econômicas (LEFF, 2003).

A produção intensiva está ocasionando também, em muitas regiões, consequências negativas para a qualidade das águas e dos solos, sendo sua produtividade afetada a longo prazo (LEFF, 2003). Deveremos aceitar que a relação entre os avanços ocorridos na ciência e nas tecnologias científicas, por um lado, e no desenvolvimento sustentável por outro, é complexa, ambígua e apresenta múltiplos aspectos (LEFF, 2003).

Colocar em prática este conceito, como diria Sachs (1998), significa recriar os instrumentos de gestão. Necessita-se, assim, de um sistema de gestão ambiental estratégico, que, apoiado em um conhecimento rigoroso do espaço de intervenção, seja flexível, dialógico, que funcione por meio da negociação e que viabilize o estabelecimento de contratos entre todos os atores envolvidos no processo.

Neste sentido, as orientações normativas de desenvolvimento sustentável devem guiar o trabalho científico para inovações tecnológicas que respeitem os valores fundamentais de sustentabilidade, tais como a resistência dos ecossistemas locais, a mitigação dos impactos provocados pela mudança, climática, a eficiência energética e a segurança alimentar impulsionando, ao mesmo tempo, a capacidade das populações locais de influir nos processos de resoluções de problemas (SACHS, 1998).

Uma parte importante das ideias aqui sugeridas se dirige ao esboço e implementação de processos de acordos sociais, com o fim de assegurar a qualidade do conhecimento científico e das aplicações tecnológicas (LEFF, 2003). Isto conduz a emergência de novas instituições sociais que tenham como função assegurar a qualidade. Neste tipo de ciência, o conhecimento de um lugar específico e o recurso das comunidades locais terá que ser integrados de forma complementar ao conhecimento universal e à prática científica tradicional (LEFF, 2003).

A configuração de um desenvolvimento sustentável conforme Neumann e Loch (2002) apontam para a necessidade de se criar mecanismos e instrumentos de gestão ambiental, que sejam capazes de dar respostas aos problemas colocados, em sintonia com o contexto social, econômico e agroecológico onde estes se manifestam, e adequados às diferentes categorias e atores sociais presentes no rural.

Esta pesquisa estabelece relação entre todas as dimensões econômica, social e ambiental, além de promover o debate entre o grau de implementação e importância para a relação de comercialização no espaço das feiras estabelecidas.

Colocar em prática este conceito, como diria SACHS (1998), significa recriar os instrumentos de gestão. Necessita-se, assim, de um sistema de gestão ambiental estratégico, que, apoiado em um conhecimento rigoroso do espaço de intervenção, seja flexível, dialógico, que funcione por meio da negociação e que viabilize o estabelecimento de contratos entre todos os atores envolvidos no processo.

Compreender estes termos provoca a discussão dos processos de desenvolvimento e sugere a constatação da importância em gerenciar os estoques de bens e recursos de uma sociedade e, a disposição para estabelecer os fluxos dinâmicos do conhecimento científico e tecnológico equacionando as ações provenientes do econômico e social em defesa do humano cultural e principalmente do meio ambiente.

Os argumentos até aqui levantados definem e estruturam uma parte do desenvolvimento e suas dimensões relacionadas - econômica, social e ambiental -; no entanto, sentiu-se a necessidade de incluir outras duas dimensões que por sua vez, vem estruturar a pesquisas de campo: a importância da participação das organizações públicas e privadas e a gestão dos produtos comercializados pelos agricultores.

Para além da discussão já realizada sobre as dimensões da sustentabilidade, a seguir tem-se a apresentação dos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como forma de complementação da ideia até aqui apresentada.

3.2 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Quando o assunto é Desenvolvimento Rural Sustentável surge a necessidade de retomar e conceituar o que vem a ser a chamada sustentabilidade. Para Boff (2012), trata-se de ações tomadas com o objetivo de manter as condições energéticas e físico-químicas que sustentam a Terra Viva e todas as formas de vida existentes, sejam elas animal, vegetal ou humana. Sendo fundamental atender as necessidades tanto da geração presente quanto da futura, o autor chama de capital natural, por se tratar de uma riqueza imensurável o que a natureza pode proporcionar, porém tendo consciência que ela precisa se recuperar, se refazer (BOFF, 2012).

Muito se argumenta sobre as condições dos recursos naturais, o risco que se findem. Essas discussões vêm acompanhando as preocupações mundiais já fazem algum tempo. Historicamente o discurso mais evidente e importante sobre sustentabilidade ocorreu em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento ocorrido no Rio de Janeiro, mais conhecido como Eco 92. Porém nesse primeiro momento não houve consenso entre os governantes presentes. Foi então que a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, assumiram o desafio de elaborar a chamada Carta da Terra, visto que os textos anteriores apresentados não eram suficientemente elaborados. Em 1997, sob coordenação de Maurice Strong representante da ONU e Mikhail Gorbachev representante da Cruz Verde Internacional que foi redigido o primeiro esboço da

Carta da Terra, seguido por Steven Rockefeller que em 1999 escreve o segundo esboço, mas só em 2000 que ela foi finalizada (BOFF, 2004).

Segundo Boff (2012), a Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para uma sociedade justa, sustentável e pacífica; trata-se de despertar a consciência dos povos para uma relação de interdependência e responsabilidade compartilhada, buscando que no século XXI a humanidade pense no bem-estar de todo tipo de vida no planeta, e que isso não pode findar, mas que deve permanecer para as futuras gerações. Como é uma relação global, a Carta da Terra tem sua comissão formada por integrantes de diversos países, sendo Leonardo Boff o representante da América Latina.

Em sua redação, a Carta da Terra traz quatro princípios básicos, sendo eles (BOFF, 2012):

- a) Respeitar e cuidar da comunidade de vida
- b) Integridade ecológica
- c) Justiça social e econômica
- d) Democracia, não-violência e paz.

Esses princípios mostram claramente que é essencial cuidar da terra como um todo, de todas as formas de vida que nela existem, tem-se aí a chamada ética do cuidado. Conforme Boff (2012), em todas as atitudes está o cuidado, pois cuida-se do que se ama, e ama-se o que se cuida, assim como é de conhecimento o risco que há sobre a continuidade da Terra e da vida nela existente, é preciso cuidá-la. O autor define que cuidado é proteção pessoal, social e até mesmo ambiental, e ainda, que o ser humano é um ser racional e sabe das consequências benéficas ou maléficas que suas ações podem representar (BOFF, 2012). Portanto o cuidado está diretamente ligado à vida, assim más ações podem representar sua extinção, para evitar que isso ocorra é preciso garantir a sustentabilidade na Terra, que ele e tantos outros autores chamam de Casa Comum.

Francisco (2016) fala sobre a necessidade de consciência sobre o cuidado com a Casa Comum, ou seja, com a Terra, com toda a vida existente nela e com seus recursos naturais. Ele diz que felizmente cresce a sensibilidade sobre o cuidado com o meio ambiente e com a natureza, pois há uma preocupação da sociedade com o que está acontecendo com o planeta, e que há muita coisa que não pode mais ser deixada de lado (FRANCISCO, 2016).

Seguindo essa realidade sobre a preocupação e a conscientização da sociedade, que surgiu em 2015 a Agenda 2030, na qual, líderes mundiais reunidos na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, decidiram sobre um plano de ações com objetivo de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas tenham paz e prosperidade. Esse documento contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, chamados de ODS, apresentados na Figura 4, os quais listam metas a serem cumpridas até 2030 para garantir um caminho sustentável para as futuras gerações (ANDRADE, 2018).

Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: ITAMARATY *apud* Andrade (2018).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) forneceu um relatório, onde apresentou uma proposta de adequação das metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira, e em sintonia com a sua missão de fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas nacionais de desenvolvimento (ANDRADE, 2018). E em sintonia a esta realidade e compromisso, o Brasil necessita adequar as metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o eixo central da Agenda 2030, orientando as ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental –, as metas indicam os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem adotadas para promover o seu

alcance. Na escala global, os ODS e as metas são acompanhados e revisados a partir de um conjunto de indicadores desenvolvidos pelo Grupo Interagencial de Peritos sobre os Indicadores dos ODS (*Inter-Agency Expert Group on SDG Indicators – IAEG-SDG*). Indicadores esses que foram analisados e validados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas. As metas e os indicadores globais são fundamentais para assegurar a coordenação, a comparabilidade e o monitoramento dos progressos dos países em relação ao alcance dos ODS, por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) (ANDRADE, 2018).

Tal acompanhamento permite a essa instituição identificar os países e as áreas temáticas que necessitam de maior assistência dos organismos internacionais e de maior cooperação para o desenvolvimento (ANDRADE, 2018).

É nesse contexto que o Brasil empreende esforços para promover a adaptação a sua realidade das metas estabelecidas globalmente. As características e especificidades da nação brasileira são tantas que, muitas vezes, não se veem representadas de maneira satisfatória em acordos globais. Em alguns casos, o Brasil já alcançou as metas estabelecidas; em outros, essas referem-se a problemas que não são observados internamente, ou não contemplam questões de grande relevância para o país (ANDRADE, 2018).

Ademais, na Federação Brasileira, os compromissos com os ODS e com a implementação das políticas públicas requeridas para o seu alcance precisam ser assumidos e implementados nas suas três esferas: União, estados e municípios (ANDRADE, 2018). É necessário, portanto, adaptar as metas de tal forma que os entes federados se sintam contemplados nas prioridades nacionais (ANDRADE, 2018).

Essa preocupação dos países com a sustentabilidade e a qualidade de vida no planeta, deve ser levada em consideração e as ações devem ser obrigatoriamente tomadas para que os objetivos sejam alcançados. Porém, a conscientização real demorou a acontecer, embora muitos documentos e leis já viessem discorrer sobre isso há muito tempo. Exemplo disso é Constituição Brasileira de 1988, onde no artigo 225 já se falava que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, com qualidade de vida, inclusive as futuras gerações, e que isto deveria ser defendido, garantido e preservado pelo Poder Público (ANDRADE, 2018).

Isto mostra que no fim da década de 80 existia uma preocupação, mas que

somente em 2015, essas ações foram colocadas em pauta e tratadas com o cuidado que merecem, ou seja, tem-se aí mais de 25 anos de atraso, pois neste tempo, certamente muita coisa já poderia ter sido recuperada, e a realidade seria diferente (ANDRADE, 2018).

Muito fala-se também sobre a qualidade da água, no passado acreditava-se até mesmo que se tratava de um bem infinito. Em 1997, o Brasil cria uma lei que fundamenta esse bem essencial para a vida e que corre diariamente o risco de acabar, trata-se da Política e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos lei nº 9.433/1997, na qual cria-se mecanismos para garantir a qualidade da água, a recuperação das matas ciliares e proteção as bacias hidrográficas (ANDRADE, 2018).

O que pode ser observado tanto na Constituição de 1988 quanto na Lei nº 9.433/97 é a lentidão com que as medidas são tomadas para garantir a sustentabilidade, nesse exemplo tem-se praticamente uma década de diferença entre elas, aí já é notável o quanto o processo é demorado, mesmo sabendo que a situação da Terra, nossa Casa Comum, é emergencial.

Mas, felizmente, há exemplos de medidas realizadas, as quais tiveram sucesso, e podem ser consideradas como modelo para outras futuras ações.

3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

O desenvolvimento e sua sustentabilidade em sua manifestação de características generalistas tratam de dominar um mundo de fenômenos e acontecimentos. Dentro do meio rural mais especificamente, analisa as interdependências entre o meio ambiente, instituições públicas ou privadas e as estruturas sociais individuais ou coletivas que compõe está racionalidade econômica.

As principais questões discutidas neste capítulo sugerem, para o fortalecimento do homem do campo, o reconhecimento de sua mão de obra econômica e seu inerente contexto social com liberdade de escolhas, uma maior participação e estruturação política sobre todos os seus impactos na área rural e urbana.

Sem dúvida a importância de acesso a crédito e tecnologias para a produção e manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias justas para a comercialização de seus produtos agrícolas determinará as reais condições de desenvolvimento.

Neste propósito o próximo capítulo tratou de uma discussão entre o referencial teórico significativo para esta linha de pesquisa, sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural utilizando o tripé da sustentabilidade como proposição de constructos de análises. Na sequência do entendimento segue um diálogo entre a definição da agricultura familiar, os recentes programas de políticas públicas que servem de suporte para as distintas formas de comercialização através das cadeias de distribuições dos produtos artesanais agrícolas.

4 AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo fundamentalmente caracteriza o sujeito e principal foco de nossa pesquisa; o homem dentro do seu contexto rural, organizacional e político como agente reorganizador do espaço, sua transformação de acordo com suas necessidades históricas, imprimindo características marcantes de sua cultura de sobrevivência e possíveis alternativas de comercialização de seus produtos e

alternativas que possam desenvolver, fixar e auxiliar sua atividade agrícola.

Para definir e posteriormente discutir o papel da agricultura familiar e sua relação com esta proposição de pesquisa, notou-se a importância de definir e contextualizar o próprio termo, agricultura familiar, e posteriormente identificou uma das principais características: a pluriatividade como grande alternativa de subsistência frente ao atual modelo econômico.

Para tanto, foram escolhidos alguns teóricos e definições que dialogam entre si, e forneceram definições precisas no campo de análises que delimitou nosso objetivo de estudo.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família, segundo Lamarche (1993), colabora com a interdependência desses fatores no funcionamento da terra; a exploração do trabalho coletivo engendra necessariamente noções abstratas e complexas, como também a transmissão do patrimônio e reprodução da exploração.

Este mesmo autor utiliza o modelo de exploração camponesa e recorre a um conceito de análise que define um modelo de funcionamento particular descrito e analisado, por Tchayanov, baseado no modelo camponês (LAMARCHE, 1993):

- a) Promove a inter-relação entre a organização da produção a as necessidades de consumo;
- b) O trabalho é familiar e não avaliado como lucro, pois o custo do trabalho familiar (mão de obra) não é qualificável;
- c) Os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

Nesta compreensão a relação organizacional produtiva e as necessidades da unidade familiar se inter-relacionam e podem ser gerenciadas como fonte motivadora para a perpetuação deste sistema.

Sendo assim, a exploração agrícola é o mecanismo de funcionamento dessa sociedade, e essas características são inteiramente transponíveis para as unidades de produção agrícola que estruturaram o fenômeno social e econômico da agricultura familiar.

A expressão agricultura familiar segundo Schneider (2003), vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil. Atualmente o termo vem sendo utilizado com frequência nas diversas áreas que relacionam o meio social rural, especialmente pelos órgãos governamentais e pelos cientistas sociais que dissertam sobre a agricultura e seu contexto rural.

Até o início da década de 70 o enfoque teórico marxista que analisava a questão agrária foi bastante influente no pensamento crítico brasileiro, sendo substituído crescentemente por teorias calçadas na hipótese de predominância da chamada produção familiar (SHENEIDER, 2003).

Neste contexto afirma-se que a agricultura familiar foi descrita teoricamente em dois pontos de vistas diferentes. A primeira conduz uma linha interpretativa na tradição de Chayanov, que trata a agricultura familiar como um espaço organizado e produtivo dotado de uma lógica própria capaz de resistir ao capitalismo; esta concepção desenvolveu-se basicamente nos países europeus (SHENEIDER, 2003).

Uma segunda vertente, originária dos Estados Unidos, onde o produtor familiar assume um papel de pequeno capitalista, empreendedor, ousado e inovador representado na agricultura pelo *farmer*. O culto da produção familiar é na realidade, uma referência ao pequeno produtor capitalista e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês presente na colonização americana (GERMER, 1996).

Nesta discussão, para Germer (1996), o conceito chaynoviano cristaliza-se na figura do camponês semifeudal e o conceito norte-americano acompanhou a evolução tecnológica e financeira da produção capitalista agrária, onde esta versão americana define a produção familiar explicitamente como uma produção capitalista e sua sobrevivência econômica na capacidade de acompanhar os padrões técnicos e econômicos deste sistema.

No entanto, o termo agricultura familiar no Brasil está ligado diretamente com os estudos e pesquisas sobre a reforma agrária e seus movimentos de tomadas e retomadas na história do nosso país (SHENEIDER, 2003).

Após o golpe militar de 1964, a discussão sobre a reforma agrária foi enfraquecida pela repressão e medo da época. Somente a partir da década de 1980, com o início da abertura democrática retomou-se as discussões sobre o tema. Porém, somente com a Constituição de 1988 e início dos nos anos noventa,

a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), voltaram a ocupar espaço no cenário político nacional (SCHNEIDER, 2003).

Segundo Germer (1996), o enfoque europeu da questão agrária baseada na superioridade da produção familiar predominou no Brasil, durante os anos 70/80 enquanto o enfoque americano parece prevalecer a partir dos anos 90. Assim atualmente na complexa estrutura agrária brasileira é mais expressivo o grande empresário capitalista (denominado de *farmer*) que o pequeno produtor tradicional, e conseqüentemente os encaminhamentos políticos.

Nesta análise acadêmica, a política e o social da questão agrária nos remetem a alguns itens relevantes como: a produção agropecuária, os sistemas produtivos, o comércio e as trocas agrícolas, a tecnologia, a estrutura fundiária, a inversão do capital, e principalmente os mecanismos que levariam ou não os habitantes do mundo rural a se inserirem na economia globalizada de mercado.

No presente, o estudo do mundo rural obrigatoriamente passa por essa política da estrutura agrária, porém não se discute o verdadeiro papel da família rural neste contexto.

A agricultura familiar exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado. No Brasil existem milhões de pequenos produtores que compõe a agricultura familiar; fazem dela um setor em expansão e de vital importância, produzindo a maioria dos alimentos que são consumidos nas mesas dos brasileiros (DAMASCENO *et al.*, 2011). Além disso, contribui para criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural (DAMASCENO *et al.*, 2011).

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime é perfeitamente compreensível, tendo em vista que os diferentes setores sociais constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultor familiar, para fins de atribuição de crédito (ABRAMOVAY, 1992). A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso.

Schneider (2003) realizou um ensaio das contribuições teóricas do pensamento social que tem sido influente para discutir as sociedades rurais e a agricultura, onde acertadamente aponta o marxismo como uma das principais

vertentes analíticas; sobretudo quando analisarmos a agricultura familiar, suas relações econômicas e as formas sociais de trabalho vigente no mundo rural. O próprio referencial epistemológico com o qual o autor opera a teoria social crítica, privilegia o estudo das relações sociais e econômicas, seus comportamentos e suas representações individuais.

O autor identifica como um objetivo interpretar a pluriatividade como uma característica da agricultura contemporânea, e esta apresenta argumentos que sustentam essa preposição e guiam essa perspectiva analítica (SCHNEIDER, 2003).

Onde determinado momento através da bibliografia específica sobre a agricultura familiar, no caso, a produção neomarxista, percebeu a pluriatividade ou a opção pelas atividades não agrícolas como uma possibilidade de afirmar essa forma social na estrutura agrária do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER, 2003).

O desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de 'economia da qualidade' (SCHNEIDER, 2010). A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social (*embeddedness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais (SCHNEIDER, 2010).

Importante destacar o papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, pois esse segmento tem potencial ratificado por sua diversidade e qualidade produtiva: é gerador de alimentos, cuida do meio ambiente, preocupa-se com a geração de renda, porém, mantendo o 'rural com gente' e garantindo condições alternativas de organização social e econômica aos grupos sociais (ZANCO *et al.*, 2017).

Um exemplo são as atividades pluriativas que podem ser de natureza permanente ou temporária, em tempo parcial ou integral, define Schneider (2003). Essas funções são uma alternativa de trabalho importante para os pequenos produtores nas áreas rurais, principalmente durante os períodos de menor demanda nas atividades agrícolas.

Em seu livro 'A pluriatividade na agricultura familiar', Schneider (2003) propõe uma revisão das principais contribuições que abordam os temas relacionados a sociedade rural e encontra no marxismo uma forte vertente analítica e mais significativa em relação a dedicação para esses objetivos. O predomínio do instrumental analítico marxista é ainda mais significativo em relação às análises

mais específicas sobre a agricultura familiar e as formas de trabalho vigentes no mundo rural (SHNEIDER, 2003)

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda não possui contornos definidos. O maior mérito desses estudos talvez tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2003).

O autor destaca um fenômeno importante, que é o caso da pluriatividade das famílias rurais e do crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural parecem descortinar dimensões sociais, econômicas e culturais que ganham proeminência na estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003).

Ao mesmo tempo, esta pluriatividade a essas atividades não agrícolas, que ocorrem no meio rural, pode estar contribuindo para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção vislumbre novos caminhos de garantia de produção material e, até mesmo, a ampliação de sua importância na estrutura social (SCHNEIDER, 2003).

Neste sentido, esta investigação busca a análise da pluriatividade a partir do ambiente familiar, focado nos aspectos organizacionais do processo produtivo, as formas de uso e alocação de trabalho familiar, o investimento e o destino da renda e principalmente a relações de gênero em função de sua capacidade de adaptação ao mercado e sua dinâmica capitalista. Trata, portanto, de um estudo dos indivíduos familiares que residem no espaço rural e suas variadas estratégias de reprodução frente ao determinado contexto de oportunidades e as políticas proposta pelas instituições.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

Este trabalho não tem o intuito de discutir a teoria metodológica e científica das políticas públicas no setor agrícola brasileiro, nem sua concepção ideológica, mas sim descrever sobre os principais programas que contribuem com as abordagens presente na conjuntura política do meio rural, fundamentando a lógica investigatória relacionada à agricultura familiar e as oportunidades relacionadas à

pluriatividade descritiva no contexto agro familiar.

Diante da importância socioeconômica que a agricultura familiar passou a obter, o Estado brasileiro reconheceu a especificidade deste segmento social e criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Decreto Presidencial nº 1.946, em 1996. Deste momento em diante a agricultura familiar passou a ser percebida e ganhou destaque, tanto no que se refere aos resultados bem-sucedidos da aplicação do crédito rural quanto dos estudiosos e pesquisadores. Não há dúvidas de que o PRONAF se firmou como o programa de referência para as questões ligadas ao desenvolvimento rural (BASSO et al, 2019).

Percebe-se que o papel do Estado em sua reflexão, interfere obrigatoriamente sobre as decisões e direitos políticos dos governantes e governados em decorrência do próprio desenvolvimento político da sociedade e das formas de governo que se consolidam ao longo do tempo (TUDE *et al*, 2010).

Políticas Públicas, tradicionalmente, compreende o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal. Em determinada área (saúde, educação, transporte, reforma agrária, etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil (TUDE *et al*, 2010).

Secchi (2013) descreve que a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, consiste uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação estabelecem a política pública; no entanto, essa possui elementos fundamentais em sua internacionalidade a fim de responder a um problema público, determina-se o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente e relevante.

Contudo, entende-se por ações executadas por um ente estatal a partir de demandas captadas, negociadas e transformadas da sociedade, como afirma Tude *et al*. (2010) que, diversos são os atores sociais interessados na discussão de Políticas Públicas, seja na formulação, na implementação ou na avaliação. Esses mesmos atores procuram influenciar dentro do jogo político, onde divididos entre interesses de estatais ou privados são responsáveis e determinantes na construção do sistema político.

A partir do processo de democratização no Brasil, foi proposta uma reorganização das políticas públicas direcionada ao meio rural. Instrumentos

geraram aumento da produção, promoveram divisas para o desenvolvimento econômico e contribuíram com a política de substituição de importações.

Em termos de política agrícola, sua atuação concentrou-se em cinco instrumentos principais: financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia Preços Mínimos (PGPM), transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) (GRISA, 2010).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, ofertando crédito rural em condições distintas, marcou o reconhecimento do Estado à agricultura familiar e à necessidade de delinear políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades socioeconômicas (GRISA, 2010). Esta política de crédito foi um marco importante para o desenvolvimento não somente do pequeno agricultor economicamente, como também o tornou publicamente reconhecido para a sociedade como agricultor familiar, sendo que até o momento da história não existia nenhuma política com abrangência nacional voltada particularmente a este segmento social (SCHENEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

Para Delgado (2001), os programas da década de 1990 marcaram uma virada institucional, promoveram o desenvolvimento rural e representaram a integração da política agrícola e agrária, sendo usualmente dirigidos a seguimentos empobrecidos da agricultura e não integrados a modernização produtiva. A orientação principal é desenhar políticas que atendam às demandas particulares desses públicos, tendo incorporado também preocupações com a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural.

Posteriormente ao PRONAF, outras políticas públicas foram elaboradas com foco nessa mesma categoria social como, por exemplo, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Garantia Safra (GRISA, 2010).

O reconhecimento da agroindústria familiar está vinculado com seu carácter diferenciado, atividade distinta dos esquemas tradicionais de produção de *commodities*, uma vez que os produtores passam a desenvolver de forma conjunta a

produção de matéria prima, a agroindustrialização da produção e a comercialização do produto final (MALUF, 2001).

Em operação desde o ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) articula a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares com ações de segurança alimentar e nutricional. O governo federal adquire os alimentos a preço de referência imposto pelo mercado e distribui as pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendendo igualmente a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, instituições sociais, assistenciais e escolas ou ainda a formação de estoques reguladores (GRISA, 2010).

Em meio às discussões promovidas para a estruturação do Programa Fome Zero (PFZ), surgiu a ideia de aliar as ações de política agrícola voltadas para a agricultura familiar com a política de segurança alimentar e nutricional pela compra de produtos diretamente dos agricultores para doação e formação de estoques estratégicos do governo (MÜLLER, 2007).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal, surgiu em 1955, com o Decreto no 37.106, que criou a Campanha da Merenda Escolar; este programa atua de forma complementar ao valor investido pelos estados e municípios para custear a alimentação servida nas escolas da rede pública (SAMBUICHI, 2014).

As experiências do PAA e do PNAE vêm mostrando na prática o poder que os mercados institucionais têm para promover mudanças no sentido da sustentabilidade. Por meio das compras públicas, o governo pode usar a força do mercado para incentivar estratégias de produção mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, como vem acontecendo no caso destes dois programas. A inovação trazida pelo PAA abriu portas para que a agricultura familiar pudesse ter acesso a este importante mercado de compras públicas de alimentos, inicialmente para doação às populações carentes e depois, ampliado para as compras da alimentação escolar e mercados institucionais em geral (SAMBUICHI, 2014). Mesmo com todas as dificuldades decorrentes da burocracia inerente à máquina estatal, a experiência mostrou que, havendo vontade política, as soluções e flexibilizações podem ser encontradas para adequar os processos de modo a viabilizar este tipo de ação pública (SAMBUICHI, 2014).

Ao olhar especificamente para o mercado, é possível afirmar que o fomento ao apoio político e financeiro aos pequenos agricultores aumentou o vínculo entre o

produtor e consumidor final e caracteriza um dos principais meios de inserção mercantil. Apesar das políticas públicas representarem uma ação indireta, tornou um instrumento de grande importância para as redes agroalimentares, alternativas que será discutida no próximo item deste capítulo.

4.3 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA PLURIATIVIDADE

Dando sequência a este capítulo diagnosticou-se a importância de propor uma discussão sobre o modelo de produção, comercialização e consumo dos alimentos na nossa sociedade atual, apresentando o recente conceito de cadeias curtas e rede agroalimentar como a alternativa proposta para agricultura familiar. O objetivo é encaminhar a discussão proposta nos capítulos anteriores para a prática dialética entre os sujeitos do nosso objeto de estudo, em particular os pequenos produtores dos municípios limneos ao lago de Itaipu, e o turismo rural.

Segundo Gazolla e Scheider (2017) as cadeias agroalimentares de abastecimento podem ser compreendidas pela vontade dos atores envolvidos em construir uma nova forma de interação entre produção e consumo, com o objetivo de resgatar a identidade e procedência dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios culturais, ética e ambiental. Com isso, os autores definem as cadeias curtas em uma dimensão central das economias de proximidade e de interações entre o espaço e a atividade.

Wilkinson (2003) descreve que os estudos sobre a dinâmica e funcionamento da agricultura familiar apresenta polivalência entre seu eixo comercial. Entre os limites da necessidade e subsistência, à entrada em sistemas produtivos especializados, identifica-se uma interessante combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, vendas diretas e atividades que incorporam circuitos formais de comercialização e distribuição, até aquelas relacionadas com a agroindústria, por meio dos contratos de integração.

As principais cadeias curtas são identificadas com a venda direta nas propriedades, feiras locais, lojas de agricultores, mercados dos agricultores, as vendas de porta em porta, colheita direta pelos consumidores nas unidades

produtivas, comércio eletrônico, formas de codivisão dos riscos de produção de alimento entre consumidores e produtores, grupos de consumidores coletivos, e diversas associações entre produtores e consumidores, exemplos como *SLOW FOOD* na Europa e dos grupos de associações solidárias (GAS) na Itália (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

No início as cadeias curtas eram entendidas como uma estratégia de resistência camponesa, contra a globalização e seu sistema agroalimentar (PLOEG *et al.*, 2000). Em seguida surgiu uma corrente motivada de consumidores urbanos por alimentos naturais, frescos e sem agrotóxicos - os orgânicos, fortalecendo os mercados locais valorizando os produtores, seus valores culturais e o modo de preparo tradicional (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Estudos recentes no Brasil e Europa sinalizam a crescente comercialização de alimentos com base na experiência da agricultura familiar como uma alternativa ao sistema agroalimentar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Esse sistema apresenta algumas irregularidades de mercados nacionais de alimento, por exemplo: o aumento de preços dos alimentos e as crises alimentares, a crescente oligopolização dos mercados e principalmente o não cumprimento das regras de preservação ambiental (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Gazolla e Schneider (2017) sugerem um contra movimento que nasceu com as experiências agroalimentares dos próprios atores e suas redes alternativas, na qual, uma das alternativas é a rede de cadeias curtas de comercialização, onde faz menção ao verdadeiro processo de desenvolvimento rural buscando, sobretudo a aproximação dos agricultores e suas organizações aos consumidores de forma mais sustentável e responsável.

Segundo descreve Clara Pierrim (2019) a taxonômica, com a ressalva de que podem estar vinculados em diferentes níveis de integração, os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser classificados em quatro: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição e mercados institucionais. Na economia familiar, também são muito importantes as formas não-monetárias de comércio, apesar de o assunto ser pouco estudado (PIERRIM, 2019).

A autora defende que as vendas diretas resultam das operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, tais como: entregas ao domicílio tele entregas, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais

promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade (PIERRIM, 2019).

A Integração vertical sugere as vendas de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (os principais produtos no Brasil são leite, fumo, tomate, suínos e aves) (PIERRIM, 2019).

E por último as vendas para distribuição: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação (PIERRIM, 2019).

Neste sentido, com intuito de ampliar os conhecimentos de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar, se evidencia a dinâmica e oportunidade da comercialização de alimentos processados das agroindústrias familiares pelos próprios atores sociais e demonstram uma oportunidade de escoar seus alimentos pelas próprias vias das cadeias curtas agroalimentares.

Os canais de comercialização existentes foram agrupados segundo Gazolla e Schneider (2017), em uma tipologia dinâmica de seis tipos: (a) os canais institucionais, (b) cadeias curtas ou venda direta agricultor – consumidor, (c) venda em eventos, (d) as cadeias longas, (e) as vendas formais, (f) os canais coletivos e em redes.

Atualmente no Brasil, os canais institucionais programas PAA e PNAE deram um novo alento para os agricultores. Anteriormente a estes programas, os agricultores, segundo a pesquisa efetuada por Gazolla e Schneider (2017), tinham grande dificuldade em comercializar seus produtos e atualmente a dificuldade passou a ser a produção para atender a demanda de mercado em função do cumprimento dos 30% obrigatórios de compra da agricultura familiar estabelecido pelo PNAE.

O interessante desta dinâmica é o fortalecimento deste canal entre os agricultores, os municípios e o desenvolvimento da agroindústria, fortalecendo as atividades produtivas principalmente a economia das famílias, o estímulo de novos produtos e fortalecimento dos circuitos locais de produção e consumo.

A venda direta entre agricultores e consumidores finais, é considerada, segundo Gazolla e Schneider (2017), como o principal canal de distribuição dos alimentos da agroindústria, porque geralmente essas vendas ocorrem na própria agroindústria, nas ruas, locais de trabalho, entrega em domicílio, feiras do produtor entre outros pontos alternativos de venda direta.

Outro ponto que favorece a prática de venda informal é o não interesse dos agricultores em formalizarem suas vendas com intuito de evitar custos de produção, comercialização e impostos. Além de agilizar o escoamento produtivo devido a relação de proximidade e confiança com os clientes habituais.

As cadeias longas, segundo Schneider (2017), se caracterizam em virtude de os produtos necessariamente percorrerem grandes distâncias, entre o local de produção e o local de comercialização. Essas vendas são destinadas a suprir as grandes redes de supermercados, atacadistas, CEASAS e entrepostos de abastecimentos alimentares. Esta prática é vista como pouco sustentável do ponto de vista ambiental e econômico, pois o custo de transporte é considerado alto para o transporte de alimentos.

Esta prática deriva de uma escala de produção maior, onde mercados bem sedimentados tem como objetivo suprir a grande demanda de consumo, entretanto este relacionamento inspira cuidados aos agricultores, porque normalmente os contratos firmados de fornecimento beneficiam exclusivamente os grandes impérios agroalimentares, reduzindo as margens, ampliando os prazos de pagamento e exclusividade no fornecimento.

Por outro lado, os pontos de venda formais consistem em pontos de comercialização ou de consumo como supermercados, locais, bodegas bares, restaurante, hotéis. Muitos agricultores não conseguem se inserir neste mercado por não possuírem suprimentos em escala com fluxo contínuo de produção e efetivo padrão de qualidade (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Os canais coletivos em rede são constituídos por cooperativas, associações, feiras de produtores, quiosques ou grupos de agricultores. Funcionam como centrais de distribuições, com uma organização social única, formam uma rede territorial coletiva ligada à agricultura familiar onde, na coletividade, conseguem barganhar recursos frente ao Estado, políticas públicas e legislações que defendam seus interesses e manutenção da subsistência (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

O canal de eventos, no entanto, em sua maioria é composto pela venda direta do agricultor ao consumidor final. Em suma, realizado em feiras urbanas e rurais, eventos festivos, exposições locais, entre outros eventos desta natureza que fomenta a relação da produção do campo e o urbano. Configura-se um fenômeno de cadeia curta pela proximidade das relações estabelecidas entre os sujeitos e sua característica em apresentar canais formais e informais transformados em um misto

de situações entre as instituições reguladoras (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

A aproximação dos consumidores com o rural proporciona uma possibilidade de comprar alimentos com qualidade e preços justos, assegurado pela territorialidade regional e manutenção dos hábitos alimentares e culturais de consumo.

Dentro da perceptiva de oportunidades e garantia de valorização social ambiental e sustentabilidade da ruralidade, a pluriatividade presente neste universo de possibilidades, assegura o desenvolvimento econômico e social através do fortalecimento das cadeias curtas, o turismo rural, e principalmente as feiras ofertadas pela agricultura familiar como uma alternativa positiva a sociedade em geral.

Souza e Elesbão (2011) sugerem que as razões para desenvolver um território rural viável envolvem aspectos ambientais, socioculturais e econômicos. Esses aspectos incluem garantia e fiabilidade dos alimentos produzidos, preservação dos recursos naturais e a biodiversidade e, principalmente, uma matriz cultural própria e distinta das matrizes tendencialmente globalizadoras das áreas mais urbanas.

Neste sentido, a valorização da atividade turística como uma estratégia do desenvolvimento rural foi adotada no Brasil desde o início dos anos 1990, e se deu, principalmente, em razão da necessidade de buscar novas alternativas na promoção da melhoria das condições sociais e econômicas do campo. Desta forma, para Souza e Elesbão (2011), o turismo no espaço rural busca dinamizar a economia das pequenas propriedades rurais, preservando o patrimônio cultural daquela população. Mais precisamente as festas e feiras rurais determinam o patrimônio da população rural, despertando o interesse dos agentes promotores do desenvolvimento, dos gestores municipais e pesquisadores (SOUZA; ELESBÃO, 2011).

Segundo Flores (2002), o fortalecimento como expressão social, econômica e política, significa rediscutir o modelo de desenvolvimento do mundo rural, com todos os seus impactos sobre a área urbana. Sendo a produção familiar a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras, está precisa ser fortalecida, pois o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante.

É preciso garantir a eles acesso a crédito, condições e tecnologias para a produção e para manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias

para a comercialização de seus produtos agrícolas (LIMA; ILKINSON, 2002).

Surge, portanto, como alternativa, o meio rural ser um espaço diferenciado, não mais apenas um lugar de produção agropecuária, como também, de ser espaço para formas de lazer ligadas ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2002).

Para Carneiro (2005), é a vez da cidade se voltar para o campo, seja através do deslocamento físico, possibilitado pela facilidade de acesso aos locais rurais, bem como a intercomunicação de valores e da expansão do sistema viário, como da intercomunicação de valores, símbolos e práticas pertencentes a universos culturais distintos. Sendo assim, o turismo rural é uma atividade que deve ser vista e entendida como sendo um complemento às atividades agrícolas das propriedades rurais, de tal forma que o cotidiano da vida rural, em menor ou maior intensidade, continue a existir (FONTANA; DENCKER, 2006).

No contexto do turismo no espaço rural, surgem as feiras comerciais. As feiras oferecem a oportunidade de comércio em escala crescente, que propicia o desenvolvimento das atividades produtivas, estabelecendo as redes entre produtores e consumidores (MATIAS, 2001).

Sendo assim, tem-se nas feiras o fomento da atividade comercial impulsionada pelo turismo de eventos e, mais precisamente no meio rural, servindo muitas vezes de oportunidade de escoamento da produção agrícola e garantia de incremento da renda para agricultores familiares.

4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

A discussão apresentada neste capítulo teve como objetivo elucidar o debate mais geral sobre o desenvolvimento da agricultura familiar e a importância de alternativas para o agricultor encarar dentro das dificuldades do mercado, indicando soluções inerentes aos principais programas das políticas públicas e alternativas de escoar a produção e abastecimento de alimentos.

A implementação de um instrumento de crédito para agricultura familiar no final da década de 1990, foi um marco nas políticas públicas para o espaço rural

brasileiro. Caracterizou e identificou o elemento de nossa pesquisa; o homem dentro do seu contexto rural e familiar, organizacional e político como agente reorganizador do espaço e sua transformação de acordo com suas necessidades históricas, onde foi possível reconhecer a importância em definir sua cadeia de distribuição e comercialização de seus produtos agrícola.

Por último considera-se que os estudos do desenvolvimento rural, em geral aqueles sobre agricultura familiar e a pluriatividade encontrada nas cadeias produtivas destacou-se o fenômeno do Turismo Rural, precisamente as feiras livres destacando seu foco para os valores e motivações que orientam sua prática cotidiana de consumo que legitimam o social, econômico e cultural.

5 TURISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR - TRAF

Este capítulo tem a finalidade de abordar alguns autores que discutiram sobre o turismo rural como forma de desenvolvimento local para subsidiar o objetivo de analisar as feiras livres realizadas nos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, enquanto promotoras do desenvolvimento rural sustentável. Com isso, obtêm a necessidade de recorrer à estrutura contextual aplicada dentro do entendimento sobre o Turismo Rural e Eventos, representado pelas feiras livres com a real

participação da Agricultura Familiar.

Entende-se que após detalhar a linha do desenvolvimento e discutir a ruralidade dentro do panorama da agricultura familiar, esta seção apresenta o aporte do Turismo Rural e Agricultura Familiar (TRAF), precisamente as feiras rurais, como uma oportunidade concreta de pluriatividade econômica discutida no capítulo anterior.

A partir de meados da década de 1990, as discussões e pesquisas em torno das formas de ocupação de força de trabalho nos espaços rurais do Brasil passaram a incorporar as termas das atividades não agrícolas e da pluriatividade (SCHNEIDER; FIALHO 2000).

As atividades agrícolas tradicionais já não correspondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural; como concluíam os pesquisadores de emprego no meio rural, essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações entre outras (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Entre essas atividades destaca-se o turismo rural, mais precisamente as feiras como uma proposta indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997; BASALDI, 1997; DEL GROSSI, 1997).

O turismo rural é uma modalidade no Brasil, sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais com o rótulo de turismo rural, ocorreram no município de Lages localizada no planalto catarinense, na fazenda Pedras Brancas (RODRIGUES *apud* ALMEIDA; REIDL, 2000). Em 1986, a fazenda propôs acolher visitantes para passar um dia no campo, oferecendo o pernoite e a participação nas lidas do campo como um atrativo turístico (RODRIGUES *apud* ALMEIDA; REIDL, 2000). As iniciativas multiplicaram-se rapidamente não somente em Lages, mas em todo o território brasileiro, mais precisamente nas regiões Sul e Sudeste e posteriormente migrando para as demais regiões (RODRIGUES *apud* ALMEIDA; REIDL, 2000).

O turismo é amplamente considerado como um meio para alcançar o desenvolvimento em áreas, localidades e região, além de geralmente estar associado ao benefício de países ou regiões, contribuindo também para a criação de oportunidades para o desenvolvimento de áreas rurais (REIS, 2012). Isso, porque se considera que o turismo é uma forma de aproveitar os recursos do território, pretendido como uma das melhores atividades para alcançá-lo e também pode constituir um fator importante para o desenvolvimento, dependendo das especificidades de cada região e da maior ou menor relevância atribuída a ele

(REIS, 2012).

Ao mesmo tempo, entende-se que o desenvolvimento do turismo deve ajudar a comunidade a atingir objetivos de alto nível como o bem-estar da população, estando relacionada às coerências em termos de ambiente espacial (MACHADO; COELHO; BRÁZIO, 2011). Entendendo-se que o turismo é, segundo Vieira (2007), em sua essência, a experiência de emoções proporcionada pelo gozo dos elementos das diversas características com a diversidade de sua natureza e é condicionada pela experiência pessoal e pelas expectativas de todos os turistas em todas essas perspectivas, pode-se considerar também que os eventos são, dessa forma, um instrumento fundamental no processo turístico, e sua contribuição não (VIEIRA, 2007).

A atividade turística “tem um impacto direto no crescimento e desenvolvimento das sociedades, sendo impulsionada, entre outros aspectos, pelos avanços sociais e as novas tecnologias que possibilitaram melhorias nos transportes, comunicações e na administração desses sistemas” (NAGILDO; FONTANA, 2016, p. 2).

Em meio às diversas formas de turismo disponibilizadas para o lazer, entretenimento e descanso do turista, têm-se percebido um crescente interesse pela atividade turística localizada no meio rural. Essa tendência aparece para os produtores rurais como uma oportunidade de agregar valor a seus negócios, sendo muitas vezes responsável por um aumento das oportunidades de trabalho no campo e permitindo uma maior oportunidade de emprego e renda para os habitantes das zonas rurais (FONTANA; DENCKER, 2006, p. 2).

O turismo rural proporciona uma atividade que une a exploração econômica que provoca a valorização do ambiente rural e promoção do sociocultural regional. Esse conceito genérico pode englobar modalidades como turismo ecológico, aventura, cultural, de negócios, destinado para jovens, social, de saúde e turismo esportivo (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Deve-se destacar que definições sobre o espaço rural vêm sofrendo alterações não somente pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e a cultura que estão contribuindo para a redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana (ALMEIDA; RIEDL, 2000).

Neste sentido este trabalho visa enfatizar o potencial da agricultura familiar aliada a pluriatividade econômica para o meio rural através do desenvolvimento do turismo rural como uma alternativa sustentável, sem deixar de lado os aspectos culturais bem desenvolvidos, o que implica oferecer aos turistas opções de feiras livres que além de produtos regionais, uma gastronomia característica e, principalmente, que a população local conserve seus hábitos e costumes, tornando a região atraente em todo seu potencial.

O turismo rural estimula a valorização do regionalismo onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e sua diversidade natural de uma região, além de conservar o patrimônio cultural e natural. Dentre essas alternativas destaca a reorganização social e econômica uma vez que a população local se beneficia da atividade turística (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Outro potencial de extrema importância inerente para esta pesquisa é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos de uma região com qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional, discutido no capítulo anterior. Exemplo bem-sucedido é a venda de produtos orgânicos que enfatiza a qualidade e estimula o consumo de alimentos naturais. Neste contexto se desenvolve ações relacionadas ao turismo rural, onde pode ocorrer uma aproximação direta entre o consumidor e o agricultor, que favorece a ambos em termos dos preços praticados eliminando a fase de circulação de mercadoria (ALMEIDA; RIEDL, 2000).

O turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais e com especificidades inerentes a cada local e conseqüentemente, pode construir um dos vetores do desenvolvimento local, desde que haja controle, por atores sociais locais, das atividades por ele desencadeadas, permitindo assim que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados (CAMPANHOLA; GRAZIANO, 1999).

O contexto e as formas de desenvolvimento local surgem no interior dos municípios brasileiros; este patrimônio cultural, formado por recursos naturais, gastronomia típica e diversas manifestações de cultura regional, estão criando novas oportunidades de trabalho. Com a associação do turismo rural e propriedades da agricultura familiar, provoca e estimula o empreendedorismo rural, valoriza as

atividades não agrícolas, transformando em um ponto fundamental e estratégico para o desenvolvimento local.

Neste processo de desenvolvimento do Turismo Rural e Agricultura Familiar (TRAF) deve ocorrer com um planejamento regional, com o envolvimento e participação de todos os atores sociais devidamente representados, e com avaliação criteriosa do potencial turístico, cadeia produtiva, apoio logístico e estrutural, tendo como referência a cultura local (CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000).

No caso das tradições culturais, as festas, feiras e eventos religiosos são as mais frequentes, com ocorrência variando de 81% a 95% em relação ao total de municípios por região, no entanto as festas folclóricas têm ocorrência em 66% a 84% dos municípios por região, dependendo da região; e as festas populares e o artesanato têm oferta em 59% a 90% dos municípios em cada região (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

As potencialidades oferecidas por esses atrativos representam melhores perspectivas de renda para a população rural brasileira e muitos deles estão localizados no meio rural ou têm com ele alguma forma de relação (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA; 2000).

Percebe-se que o grande e habilidoso desafio para incentivar o TRAF é como fazer com que os pequenos agricultores se tornem empresários do turismo, comerciantes, organizadores de eventos e ainda estabeleçam um plano local de desenvolvimento rural integrado com o poder público e as suas próprias demandas sócias, econômicas e respeitando o meio ambiente.

Um ponto inicial para o planejamento do desenvolvimento local é a elaboração de um calendário ou inventário de eventos de um destino ou região, sendo esta peça fundamental para determinar o potencial turístico, pois é uma excelente oportunidade para enfrentar a sazonalidade, dinamizar e divulgar os atrativos e equipamentos turísticos (WATT, 2004). Watt (2004), por exemplo, chama a atenção para o fato de que os eventos são importantes para outras ações, como a revitalização urbana, melhoria da imagem das cidades e; no nosso caso, aumentar um vínculo de abastecimento alimentar entre o urbano e rural.

O evento é um gerador de demanda para o núcleo turístico, gera empregos e incentiva o investimento público e privado, gera tributos e promove circulação entre os polos geradores e receptores (CANTON, 2001). Neste sentido, os eventos locais fomentam o crescimento econômico provocado pela circulação de turistas,

reestrutura benefícios sociais, inerentes ao que é chamado de desenvolvimento e sustentabilidade local (CANTON, 2001).

O segmento de eventos é propulsor do desenvolvimento turístico de uma região, além de ser um elemento estabilizador que preenche os espaços ociosos nos períodos de baixa estação, e neste contexto sugere-se o consumo de alimentos regionais criando uma relação cooperada entre os agricultores, os prováveis produtos potenciais da estação, dentro das características encontradas na cultura alimentar desta região.

Getz (2001) reforça a discussão sobre os eventos realizados em comunidades tradicionais e autênticas, e descreve os passos para a criação de um plano objetivo que estabelece uma programação e avaliação desses eventos tradicionais: primeiramente interpretar a comunidade para promover a educação e formação das principais necessidades; gerenciar os interesses específicos individuais e coletivos para fomentar os recursos do desenvolvimento econômico; estruturar o turismo; organizar o desenvolvimento comunitário; criar uma política de promoção e marketing local na mesma sintonia; estabelecer a geração de renda, e por fim, promover o pertencimento e orgulho local da comunidade.

O reconhecimento e autenticidade dos eventos se dão através do controle da comunidade e sua aceitação, a identificação e promoção dos significados culturais e finalmente a perspectiva do turista (GETZ, 2001). Importante salientar que os eventos criados e orientados para o turismo podem vir a ter significado cultural relevante e alguma autenticidade com o passar do tempo (GETZ, 2001).

A autenticidade dos eventos é preservada quando as comunidades assumem o controle do processo, nesta perceptiva para a obtenção da autenticidade o evento deverá ser um fruto da própria comunidade (GETZ, 2001).

Melo Neto (2003), por sua vez, sugere que os eventos em sua interface com a revitalização do patrimônio histórico-cultural fortalecem a agregação de valor social, político, econômico e cultural para o desenvolvimento da comunidade.

Outro ponto importante para a pesquisa é tratar o evento como uma ação pluriativa, sustentável para o meio rural e urbano, unindo e preservando as comunidades, o meio ambiente, cativando a valorização do agricultor e principalmente os produtos e serviços oferecidos nesses eventos.

Sendo assim, os eventos devem valorizar os aspectos culturais e sua relação com o regionalismo, divulgando a localidade através das promoções do seu

artesanato, sua gastronomia, e todas as ações que englobem manifestações culturais e tradições típicas de forma que a identidade local seja preservada e conseqüentemente proporcione divisas para a comunidade que os operacionaliza (TASSIS, 2009).

O turismo tem uma excelente capacidade de diversificar a economia, aproveita-se da sazonalidade para trabalhar questões produtivas regionais e transformá-las em potencialidades estratégicas (TASSIS, 2009). Ressalva a importância de estar ligada a um cronograma turístico comprometido com os interesses do coletivo social, para que esta comunidade celebre sua singularidade, promova o orgulho local e aumente as divisas dos benefícios econômicos e turísticos proporcionados pelos eventos específicos e feiras características (TASSIS, 2009).

No caso das festas e feiras rurais, além do visitante entrar em contato com a cultura local, a população pode valorizar a qualidade dos produtos oferecidos na feira e conseguir preços melhores que em centros de distribuições alimentícios. Uma festividade, seja ela rural ou não é uma modalidade de evento, sendo que o evento de forma geral, de acordo com Kunsch (2003), é um excelente meio de comunicação dirigida aproximativa, entre todos os públicos envolvidos.

Mais precisamente as festas e feiras rurais determinam o patrimônio da população rural, despertando o interesse dos agentes promotores do desenvolvimento, dos gestores municipais e pesquisadores (SOUZA; ELESBÃO, 2011). As festas rurais são democráticas, são entendidas como um código sociocultural e simbólico impresso e produzido no espaço geográfico (SOUZA; ELESBÃO, 2011).

No contexto do turismo no espaço rural, surgem as feiras comerciais. As feiras oferecem a oportunidade de comércio em escala crescente, que propicia o desenvolvimento das atividades produtivas, estabelecendo as redes entre produtores e consumidores (MATIAS, 2001).

As feiras livres fomentam a atividade comercial e caracteriza-se como um fenômeno do turismo de eventos e no caso específico das feiras com a participação do meio rural garante muitas vezes a oportunidade de escoamento da produção agrícola e servem de incremento econômico e ganho social para agricultores familiares.

5.1 FEIRAS

Considerada um tipo de cadeia curta, as feiras livres de venda direta abrangem um emaranhado de relações e modo de funcionamento que caracteriza um mercado social amplo e diferenciado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Espaços de comercialização de produtos e circulação de cultura, as feiras e mercados guardam traços culturais marcantes da cidade, desempenham papel de importância social e cultural tanto para visitantes como para feirantes (WANDERLEY, 2002).

Segundo Pierre (2010), ao comparar as feiras aos supermercados, ou hipermercados, conclui que nem todos os produtos podem ser obtidos em espaços de comércio standardizados, diferentes das feiras onde há relações de proximidade, afetividade e troca de saberes. No caso em que as interações sociais são responsáveis por gerar confiança, nas feiras livres, este processo está intimamente conectado aos valores que são mobilizados para justificar o acesso a esses mercados de consumo de alimentos (CASSOL; SCHNEIDER, 2017).

A alimentação motivou a necessidade de fixação territorial, de trocas e comercialização de produtos agrícolas, de grandes conquistas comerciais causadoras de ampliação de fronteiras e de guerra ao longo da história. As feiras de rua foram os primeiros espaços de comercialização dessa produção agrícola (LEITE, 2018).

As atividades comerciais transformaram as aldeias e pequenas cidades em centros cujos produtores ali se reuniam, em certas épocas do ano, para trocarem ou venderem seus excedentes e adquirirem o que necessitavam; com esse movimento, nasceram as cidades-feiras, pequenos antepostos comerciais, cuja importância variava em razão direta do tamanho e da área de atração, e onde fixavam as mais diversas atividades artesanais (MAGALHÃES FILHO, 1978). Em outros casos o desenvolvimento urbano era provocado pela localização estratégica às margens ou no cruzamento de rotas comerciais marítimas ou terrestres (MAGALHÃES FILHO, 1978, p. 70).

Já nos primeiros séculos do feudalismo os elementos característicos do comércio são as feiras locais e mercados ambulantes. A maior parte da produção é consumida dentro dos feudos onde é produzida (MAGALHÃES FILHO, 1978). As pequenas cidades e vilas eram, por sua vez, abastecidas pelos produtores vizinhos,

que vendiam diretamente ao consumidor (MAGALHÃES FILHO, 1978).

Leite (2018) descreve que a história das feiras está ligada diretamente ao comércio. Mott (1976), Araújo (2005) e Rau (1982), concordam que é na Idade Média, que surgiram as feiras com a essência do comércio da época medieval. Rau (1982) completa que as feiras se originam na necessidade de os homens do campo irem as cidades realizarem trocas de produtos, tornando-se “um dos aspectos mais importantes da organização econômica da Idade Média” (RAU, 1982, p. 33). Para Magalhães Filho (1978), a feira mais antiga surge no século IX; é a feira de Saint-Denis localizada próximo a Paris na França. Porém, acrescenta que as grandes feiras se desenvolvem três séculos depois quando passam a acontecer nas cidades localizadas nas proximidades das principais rotas comerciais, ficando a região de Champanha, também na França, como destacado ponto de encontro dos grandes mercadores (LEITE, 2018).

O mercador ambulante, segundo Magalhães Filho (1978), era o elo da rede comercial da Europa feudal que seguia de feira em feira comprando em uma para revender em outra. Alguns se especializaram e passaram a vender grandes quantidades de um mesmo produto. A partir do século XII, com a evolução do transporte fluvial, o trânsito e comércio de mercadorias foram facilitados, colocando as feiras locais e os pequenos mercadores atendendo diretamente o consumidor (MAGALHÃES FILHO, 1978).

A partir do século XIV as grandes feiras passam a ser somente para a exposição de amostras dos produtos uma vez que seu transporte estava onerando e conseqüentemente desestimulando a atividade (LEITE, 2018).

Bakhtin (1993) remete-se as feiras como parte das festas na Idade Média ao discorrer sobre a vida cotidiana do homem medieval como representação popular cômica, pública e tradicional, onde os ritos e espetáculos cômicos levavam ao riso se referiam a vida particular e cotidiana.

Rau (1982, p. 59) apresenta em seu estudo entre mercados e feiras, que “o mercado mantinha a população e a feira contribuía para o desenvolvimento populacional onde se realizava”. Leite (2018) descreve que nos séculos XV e XVI, portugueses e espanhóis lançaram-se em busca de novos caminhos marítimos para a Ásia. Eram motivados pela busca de especiarias a preços mais vantajosos, de grande apreciação pelos europeus para apurar o sabor dos alimentos e para conservá-los e pelo interesse em descobrir novas fontes de ouro e de pedras

preciosas. O resultado foi a descoberta da América em 1492, da Índia em 1498 e do Brasil em 1500. Assim como ocorreu o intercâmbio de produtos e receitas a tradição das feiras foi levada para essas colônias. Dessa forma as feiras livres brasileiras são heranças das feiras medievais portuguesas (LEITE, 2018).

Quando portugueses chegaram ao Brasil, a economia dos índios era do tipo de subsistência. As trocas realizadas entre as tribos limitavam-se a artigos como pedra e plumas para enfeitar o corpo (LEITE, 2018). Com a chegada dos portugueses o comércio entre portugueses e índios se diversificou e intensificou, tornando-se abusivo por parte dos portugueses a tal ponto que em 1534 D. Manuel I, rei de Portugal, ordenasse que as relações comerciais ocorressem através dos povoadores da localidade (LEITE, 2018).

Segundo Mott (1976), para que fosse comercializado apenas o que os índios tivessem ou quisessem, por volta de 1548 D. João III ordena que fossem realizadas no mínimo um dia de feira nas vilas da Bahia. Ainda segundo o mesmo autor essa ordem não foi efetivada prontamente. As hortaliças eram indispensáveis na alimentação do colonizador português. Os produtos plantados e colhidos eram comumente utilizados pelos portugueses exemplos como: cebola, alho, coentro, hortelã, cravo, cominho, manjerição, alfavaca, couve, repolho, agrião, rábanos e nabo foram trazidos de Portugal e plantadas no Brasil para o consumo diário (MOTT, 1976).

Os portugueses por intermédio de sua colonização levaram seus hábitos alimentares na bagagem, mantiveram sua tradição natal das quintas, e conseqüentemente, não podiam viver sem as hortaliças ao redor das casas, criando um cinturão verde dos mantimentos vegetais circundando vilas, como Olinda ou cidades como a do Salvador, característica que se multiplicou no Brasil colônia (CASCUDO, 2004).

Com o aumento demográfico e diversificação econômica da Colônia, surge em 1732 a primeira feira, onde eram comercializados principalmente a bovinocultura. “Provavelmente a primeira, senão uma das primeiras feiras a serem instituídas na colônia foi a de Capoame, situada na parte norte do Recôncavo Baiano” (MOTT, 1976, p. 85). Para Mott (1976) essa é a primeira referência do que viriam a ser as feiras ou mercados no Brasil.

Além do comércio na praça, existiam as lojas que vendiam produtos importados e, também com muito apelo cultural ‘as negras de tabuleiro’ como eram

chamadas as ambulantes. Produção e comércio predominantemente atividade do gênero feminino, as negras de tabuleiros eram, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2019), escravas libertas ou não que vendiam quitutes pelas ruas, praças, feiras e festas da cidade de Salvador (INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO NACIONAL, 2019).

As primeiras feiras do Brasil Colônia, no século XVIII, desenvolveram-se da mesma forma que tantas outras na Europa. Elas localizavam em grandes pátios em frente a um marco nessas localidades, como uma igreja ou um largo, e rodeadas por inúmeras casas comerciais, sendo vendidos os produtos da região (IPHAN, 2019).

As quitandas, “aglomeração de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos, para a venda de produtos de pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica” (MASCARENHAS, 2005, p.7), estavam presentes nas cidades brasileiras desde o início da colonização como maneira de sobrevivência de indivíduos pobres e formas populares de sociabilidade. No final do século XVIII o Rio de Janeiro possuía cerca de 180 barracas de quitandeiras, segundo Mascarenhas (2005).

Minas Gerais até metade do século XVIII era abastecida, inclusive por gêneros primários, oriundos da Europa, Bahia e São Paulo. Esta localidade estava mais preocupada com o extrativismo do que com a subsistência, pagando altos preços por insumos básicos. Poucos eram os que praticavam a produção de subsistência (ABDALA, 2007). Segundo Abdala (2007), o comércio ambulante, ou não, até o declínio da mineração, era caracterizado pela venda de alimentos feita predominantemente por mulheres; negras vendiam seus quitutes (doces, bolos, queijo, leite e hortaliças) nas minas promovendo solidariedade entre a população pobre e escrava.

Em 1904 é criada oficialmente, no Rio de Janeiro, pelo decreto 994 destinado a feiras ou mercados livres (MASCARENHAS, 2005). Antes disso as feiras ocorriam de forma informal aos domingos e feriados ficando os mercados com a função de abastecer as cidades (MASCARENHAS, 2005). Para Mascarenhas (2005), as feiras no Rio de Janeiro se espelharam nos centros urbanos europeus desempenhando então a função de organizar e controlar os espaços públicos da cidade promovendo a vivência da cidade moderna e o abandono de comportamentos do período colonial. Possuíam maiores valores simbólicos do que de abastecimento.

De acordo com Feiras do Brasil (2014) o Calendário de Feiras do Brasil 2014

apresenta aproximadamente mil feiras e eventos internacionais, nacionais e regionais que ocorreram no país no ano de 2014.

No Brasil, em geral, as feiras balizaram importantes linhas de fluxo de transporte, que mais tarde vieram a orientar traçados básicos dos planos brasileiros de viação. Feira de Santana, por exemplo, na Bahia, Juazeiro e Paulo Afonso, e várias outras cidades nordestinas, têm feiras típicas de interesse local e turístico marcante. Campina Grande na Paraíba e Caruaru em Pernambuco surgiram de feiras oriundas da passagem de viajantes entre o Litoral e o Sertão (BURNETT, 2014). Paragens para tropeiros, mascates e tangerinos, no Agreste nordestino, região intermediária do Litoral úmido para o Sertão (BURNETT, 2014).

Ao final do século XX apresentou-se um canal de comercialização dos gêneros alimentícios mais complexos na cidade de São Paulo, considerada a capital econômica do Brasil e a cidade mais populosa, definido por Guimarães (1969), como uma trama que se inicia nas propriedades agrícolas, passam por intermediários e chegam ao consumidor nas metrópoles através dos estabelecimentos varejistas (mercearias, quitanda, supermercado, empório, peixaria, feiras, ambulantes, entre outros).

É importantíssima a participação das feiras livres na distribuição de gêneros alimentícios ao consumidor, mesmo porque a sua clientela é das mais variadas, no tocante às classes sociais. Tal fato é possível porque há grandes diferenças nos artigos e nos preços encontrados de acordo com o dia em que se realiza, com a sua localização na cidade, e até com o horário em que é frequentada. Na feira são comercializados todos os gêneros alimentícios, industrializados ou não, exceto a carne fresca (GUIMARÃES, 1969). É o tipo de comércio varejista que mais se aproxima do consumidor (GUIMARÃES, 1969).

Na atualidade as feiras livres, permanentes, diárias, semanais, mensais ou anuais transcendem a função mais importante de sua origem, a de abastecer as cidades. Seja como forma de comercializar produtos da agricultura familiar, seja como possibilidade de emprego e renda, seja como forma de ocupação dos espaços públicos, fato é que as feiras se fazem presentes nas grandes cidades até os dias de hoje.

Diríamos, então, que as feiras livres são uma espécie de nicho de acolhimento dos atores sociais de origem agropastoril no cenário laboral urbano ou rural, mas, também, espaços de expressão cultural e social desses atores

extremamente envolvidos.

5.2 FEIRAS LIVRES/AGRICULTURA FAMILIAR

Através do turismo rural apresentado, por intermédio das festas e feiras rurais, esta atividade surge como uma opção não agrícola e propõe uma excelente alternativa para o produtor escoar sua produção sem intermediários, e por sua vez, garantindo melhores retornos financeiros para quem produz e conseqüentemente qualidade para quem compra. No caso das festas e feiras rurais, além do visitante entrar em contato com a cultura local, a população pode valorizar a qualidade dos produtos oferecidos na feira e conseguir preços melhores que em centros de distribuições alimentícios.

Thompson (1998) explica que os atores sociais da Inglaterra rural do século XVIII tinham o costume de exercer suas relações econômicas e sociais através de mercados nos quais eles faziam trocas diretas de produtos primários. Para o autor (THOMPSON, 1998, p.44), “essas feiras não só propiciavam um nexos econômico, mas também um nexos cultural, além de um grande centro para informações e troca de novidades e boatos”.

A promoção dos eventos rurais e seu desenvolvimento provoca a relação direta com as práticas agropastoris do pequeno agricultor familiar rural e com o mercado improvisado, temporário e itinerante das feiras livres, espaço emblemático das sociabilidades agrestinas (CASSOL; SCHNEIDER, 2017). Neste sentido, o entendimento e a interpretação desta diversidade de tendências alimentares parecem estar ligados ao contexto, e com os valores praticados pelos agricultores através de seus produtos e compartilhado pelos consumidores, onde justifica suas ações, retifica as relações e promovem a confiança mútua.

A feira promovida pela agricultura familiar consiste em um tipo de cadeia curta, por promoverem a venda direta e abrangem um emaranhado de relações e modos de funcionamentos que caracterizam enquanto mercado diferenciado (CASSOL; SCHNEIDER, 2017).

De acordo com Marsden *et al.* (2000), um dos principais tipos de cadeias curtas são aquelas nas quais as relações entre os atores ocorrem diretamente

através de interações face a face. Nesta tipologia de mercado o importante é a autenticidade dos produtos e a garantia da confiança, que está intimamente ligada e associada às interações pessoais decorrentes da possibilidade de os consumidores comprarem os alimentos diretamente dos agricultores, sem qualquer forma ou meio de intermediação (CASSOL; SCHENEIDER, 2017). Ademais promovem o desenvolvimento local por considerar um fenômeno de expressão local e concreta da vida econômica.

Estas feiras livres representam importante papel de inserção social dos pequenos agricultores, nelas é possível encontrar uma diversidade social, econômica e cultural que compõem um emaranhado de circuitos e redes acessados pelos seus atores que fazem parte desta estrutura enquanto forma de comércio local e particular, além disso são mantenedoras de produtos típicos, tradicionais de sua região promovendo sua identidade cultural (CASSOL; SCHENEIDER, 2017).

Neste sentido esta legitimidade social conquistada pela agricultura familiar promove uma discussão sobre a importância da geração de eventos rurais dentro de uma estrutura organizacional bem planejada e sua importância política, que vem sendo atribuída a esses eventos.

Essa importância pode ser verificada em estudo de Cassol e Scheneider (2017), que apontam no Brasil a existência de 5.119 feiras nos 1628 municípios pesquisados, sendo que em 72%, desses foram encontradas feiras livres que acontecem semanalmente e estão disponíveis em sua maioria em capitais e cidades com população maior que 200 mil, porém analisando a quantidade média de feiras existentes por mil habitantes, destacam-se os pequenos municípios (menos de 50mil habitantes) nos quais as feiras alcançam uma maior cobertura populacional. Conclui-se que apesar das feiras estarem mais concentrada nas capitais, as feiras têm uma capacidade de alcance muito maior em pequenos e médios municípios, propiciando acesso a alimentos saudáveis, com bons preços para boa parte de seus moradores (CASSOL; SCHENEIDER, 2017).

É possível analisar as feiras rurais através do referencial teórico apresentado, pela construção do raciocínio do desenvolvimento econômico, social, ambiental, político e a relação com os mercados, na perceptiva da agricultura familiar, problematizando a importância da estrutura organizacional do turismo rural para realizações dos eventos agroalimentares dentro do universo urbano.

As feiras livres são eventos arquitetados por um conjunto de atores e

instituições que interagem na forma de redes para concretizar novos espaços e novas relações de produção e consumo alimentar baseados em argumentos utilizados pela provocação de interação entre organizadores, produtores e consumidores, onde acabam compartilhando os mesmos valores econômicos, sociais, culturais e ambientais responsáveis pela geração de confiança entre todos participantes.

No caso das feiras livres de venda direta, o que ocorre conforme Cassol e Schneider (2017), é que a confiança acaba resultando da familiaridade atribuída pelos consumidores às relações pessoais, baseadas em valores como reputação, interconhecimento, amizade e experiência, que são valorizadas enquanto mecanismos de reconhecimento legitimidades atribuídas ao alimento.

Esse é o caso do objeto de estudo proposto nesta investigação, ou seja, as feiras livres de venda direta pela agricultura familiar, na qual, são consideradas atividades de cadeias curtas, pela interação face a face entre agricultor e consumidor, no qual, introduz em seu contexto; valores sociais e culturais (além do mercantil).

5.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

As discussões apresentadas neste capítulo tiveram como objetivo elucidar um debate inicialmente mais geral sobre o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) e Eventos (Feiras Livres), tratando em seu contexto a importância da pluriatividade como alternativa para o pequeno agricultor no aspecto social e econômico como estratégia de viabilidade para o desenvolvimento sustentável. Explorou-se o contexto das feiras livres como forma de comércio alternativo e destacou seu potencial tradicional de cadeia curta. Destacou-se as relações de sociabilidades possibilitadas pelas interações diretas entre produtores e consumidores. São essas relações mercantis concretizadas nesses espaços que proporcionam as relações de confiança e diferenciação dos produtos ofertados.

Os dados apresentados demonstram que esta rede alimentar é pautada por uma representação social específica, que é compartilhada pelos produtores e consumidores faz referência ao passado rural e produtos culturais, originários da roça, que se apoiam no modo de vida tradicional e colonial.

Apesar de ancestrais, as feiras livres vêm sendo valorizadas a partir do seu potencial em servir como espaços de inserção social para a pequena agricultura. Seu papel enquanto mercado vem ganhando destaque à medida que se reconhecem neles espaços nos quais os alimentos locais podem ser acessados abertamente, contribuindo para as trocas de valores sociais e culturais que vão além da questão econômica.

Contudo, os mecanismos de organização e execução desses eventos rurais, devem ser mais valorizados pelas instituições públicas e privadas participantes, para que essas relações de confiança se perpetuem e que conseqüentemente estabeleçam solidez nas relações mercantis. Neste processo é importante para o agricultor entender a diferença entre a unidade produtiva (o sítio como um espaço para a organização produtiva familiar) e a feira rural, como espaço para as práticas socioeconômicas e culturais. Sobretudo, a importância da criação ou fortalecimento dos laços das unidades cooperadas, garantindo direitos e solidez de abastecimento.

6 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

A história da Região Oeste do Paraná demonstra interesse em suas movimentações e desdobramentos, por esse motivo, desde algumas décadas atrás têm sido objeto de estudo dos cientistas e acadêmicos. Notadamente o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade do Oeste Paranaense, UNIOESTE, concentra boa parcela de suas dissertações e teses neste objeto de estudo referente ao desenvolvimento e a sustentabilidade do Oeste Paranaense.

Dentro do Oeste Paranaense encontramos a bacia do Paraná 3 localizada na mesorregião Oeste do Paraná, entre as latitudes 24° 01' S e 25° 35' S e as longitudes 53° 26' O e 54° 37' O e se estende em áreas dos municípios de Cascavel, Céu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste, perfazendo 28 (vinte e oito) municípios (IAP, 2019).

É uma região intensamente explorada por agricultura intensiva mecanizada, com poucos, mas com diferentes níveis de ocupação em função de condições de relevo e características locais. A Mesorregião Oeste destaca-se pela presença do associativismo e das cooperativas, as quais são responsáveis pelas estratégias de agro industrialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. Além de possuir uma agroindústria dinâmica e em expansão centralizada em alguns municípios polos. Desta forma, seu crescimento tem sido heterogêneo, com municípios em fase de expansão populacional e municípios com crescimento populacional mínimo ou mesmo crescimento negativo (IAP, 2019).

Neste sentido esta dissertação adotou como propósito do estudo empírico os municípios Lindeiros a Usina hidrelétrica de ITAIPU dentro da Bacia do Paraná 3. No Sul do Brasil, mais precisamente oeste do Paraná, uma região com 16 municípios se desenvolve no segmento agrícola e turístico junto as águas da maior usina Hidrelétrica do mundo: o Lago de Itaipu (FASUL, 2005).

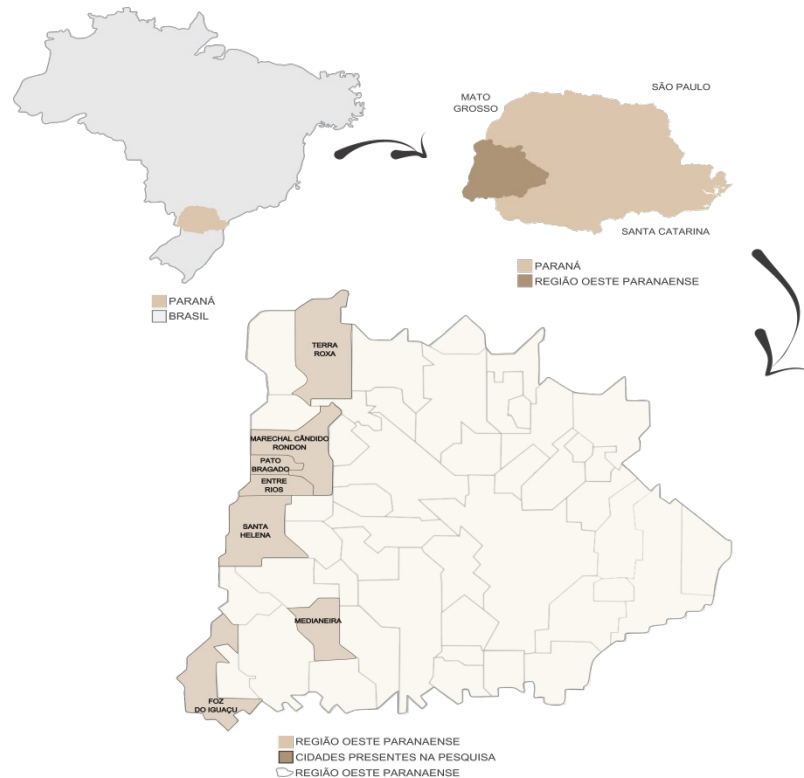
A integração do homem e da natureza proporcionou o fortalecimento desta região, estabeleceu uma série de práticas antigas desenvolvida neste território como, a agricultura, lazer, pesca e turismo.

A pesquisa contribui para o entendimento da dinâmica das feiras nos municípios estudados, sendo possível perceber que, além da venda de produtos mais saudáveis e frescos relaciona a interface do pequeno agricultor com a sociedade urbana. Estudar como todos esses aspectos interagem em algumas feiras da região Oeste pode representar uma contribuição importante no sentido de compreendê-las, não apenas como lugar de interseção entre o rural e o urbano – este limite tão tênue na contemporaneidade – mas também o encontro de

identidades e conexões culturais e simbólicas (CAVALI, 2018).

Com cento e setenta quilômetros de comprimento, entre Mundo Novo no Mato Grosso e Guaira No Paraná, até Foz do Iguaçu (FASUL, 2005), no entanto, a Figura 5 retrata da localização dos 7 municípios que determinam o objeto de estudo entre os municípios Lindeiro ao lago de Itaipu.

Figura 5 - Mapa dos municípios pesquisados Lindeiros ao Lago de Itaipu – amostra de estudo



Fonte: Elaborado por Klein, 2019.

6.1 A REGIÃO ESTUDADA MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LADO DE ITAIPU

Entre as principais bacias hidrográficas da América do Sul, a bacia do Paraná, destaca-se na área de represamento para a geração de energia. A usina Itaipu é resultado de imensas negociações entre países, que ganharam impulso na década de 60. Em 22 de junho de 1966, os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Serapa Pastor, assinaram a Ata do Iguaçu, uma declaração conjunta que manifestava a disposição para estudar o aproveitamento dos recursos hídricos pertencentes em condômino aos dois países, no trecho do Rio Paraná 'desde inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu'. Em fevereiro do ano seguinte foi criada a Comissão Mista Brasil-Paraguai para

implementação da Ata do Iguaçu, na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento do Rio Paraná (FASUL, 2005).

Em 1970, o consórcio formado pelas empresas dos Estados Unidos da América, (IECO) e consorcio de empresas da Itália, (ELC), venceram a concorrência para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra. O início do trabalho se deu em fevereiro de 1971 (FASUL, 2005).

Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países. Em maio de 1974, foi criada a entidade Binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O início efetivo das obras ocorreu em janeiro do ano seguinte (FASUL, 2005).

Em 14 de outubro de 1978 foi aberto canal de desvio do Rio Paraná, que permitiu secar um trecho do leito do rio original, para ali ser construída a barragem principal, em concreto (FASUL, 2005). Em 13 de outubro de 1982, com a conclusão das obras da barragem de Itaipu, as comportas do canal de desvio foram fechadas e começou a ser formado o reservatório da usina. O lago de Itaipu com área de 1.350 km foi formado em apenas 14 dias. Nesse período, as águas subiram 100 metros e chegaram as comportas do vertedouro as 10 horas do dia 27 de outubro (FASUL, 2005).

Durante a formação do reservatório, equipes do setor ambiental de Itaipu percorreram em barcos e lanchas toda a área que seria alagada, salvando centenas de espécies animais da região, em uma operação denominada como Mymba Kuera (um tupi-guarani quer dizer pega bicho) (FASUL, 2005). Por fim, em 5 de maio de 1984, entrou em operação a primeira unidade geradora de Itaipu (FASUL, 2005).

6.2 CALENDÁRIO DAS FEIRAS DOS MUNICÍPIOS LIDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

Esta seção tem o objetivo de caracterizar o primeiro objetivo específico, apresentar o perfil histórico das feiras dos municípios que fazem parte desta investigação.

E neste contexto visitou-se 7 (sete) municípios Lindeiros do Iguaçu que compõe a área de abrangência e delimitação desta pesquisa, sendo eles: Município de Terra Roxa; Município de Marechal Cândido Rondon; Município de Pato Bragado;

Município de Entre Rios; Município de Santa Helena do Oeste; Município de Foz do Iguaçu e Município de Medianeira.

Quadro 2 - Local e data das feiras nos Municípios Lindeiros pesquisados, com a participação da Agricultura Familiar

Município Lindeiro:	Feira local:	Data (dia da semana) / local.
1. Terra Roxa:	Feira do pequeno produtor rural	Quarta-feira e sábado, das 16:00 as 18:00
2. Marechal Cândido Rondon:	Feira do Produtor:	Terça e Quinta-feira das: 17:00 as 19:00
3. Pato Bragado:	Feira do Produtor:	Sextas das 13:00 as 17:00
4. Entre Rios do Oeste:	Feira do produtor, no barracão do produtor e artesão	Sexta-feira das 17:00 as 19:00
5. Santa Helena:	Feira do Produtor:	Quarta-feira 17:00 as 21:00
6. Foz do Iguaçu:	Feira dos Produtos da Agroecologia	Sexta-feira das 17:00 as 21:00
7. Medianeira	Feira do Produtor	Quarta Feira e sábado

Fonte: O autor (2018).

6.3 PERFIS HISTÓRICOS DAS FEIRAS DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

Esta seção tem o intuito de discutir o primeiro objetivo específico trazendo os perfis históricos de todas as feiras pesquisadas e, na sequência, comenta-se sobre suas principais características e participação da agricultura familiar e por fim, sua correlação com os ODS.

O município de Terra Roxa, localiza-se na Região Oeste do Paraná, cuja posição geográfica consiste na latitude 24°09'24"S, longitude 54°05'49" O, estando em uma altitude de 217 metros no ponto mais baixo e em um cume de 417 metros. A população estimada para 2016 é de 17.573 habitantes, segundo o IBGE. A área territorial do município é de 800,72 km² (IBGE em 2019).

A economia do município está baseada na agropecuária, com predominância de grandes culturas (soja, milho, mandioca), na produção leiteira e de gado de corte, na indústria de confecções infantis e prestação de serviços (PLAMSAN, 2018).

A Feira do Pequeno Produtor Rural Tradição do município de Terra Roxa teve sua origem no ano de 1985. São 32 anos de história iniciada por 16 produtores rurais. No ano de 2009, devido ao crescimento da feira, os produtores viram a

necessidade de organizar melhor a forma de atuação criando assim a Associação dos Pequenos Feirantes Rurais. Atualmente a Feira do Pequeno Produtor Rural conta com a participação de 22 feirantes atendendo ao público em um local próprio inaugurado em 2017, denominado Pavilhão da Feira do Pequeno Produtor Rural Pe. Valdir Alexandre Bisognin, na praça da Igreja Matriz e com infraestrutura para o trabalho dos mesmos e o atendimento aos clientes. Desta forma, é uma fonte de renda potencial aos pequenos produtores rurais, além de representar um importante espaço de comercialização hortifrutigranjeira oferecendo acesso a produtos frescos e de qualidade a população (PLAMSAM, 2018).

Segundo a entrevista com a Diretora de Assuntos Comunitário Agrários da Secretaria de Agricultura Naiane Mateucci, detectou-se a periodicidade da Feira, sendo que a mesma ocorre todas as quartas-feiras e sábados, realizada das 17:00 as 19:00. A feira tem por principal objetivo de incentivar os agricultores a comercializarem seus produtos diretamente ao consumidor, aumentando a renda familiar e conseqüentemente proporcionando melhores condições de vida as famílias dos produtores.

Os principais envolvidos em ações ligadas a Feira são: Prefeitura Municipal, EMATER e Sindicato Patronal Rural. Cada uma das entidades com grau de importância e participação; o sindicato patronal foi o grande agente incentivador em formar a associação de agricultores para a realização da feira do produtor; a prefeitura como grande responsável em construir o pavilhão coberto onde é realizada e a EMATER, como responsável na assistência técnica para os agricultores.

Atualmente o Município disponibiliza uma funcionária que os acompanha regularmente nas questões burocráticas e participa de todas as reuniões verificando os anseios do grupo. Existe também uma agrônoma que faz acompanhamento aos produtores que necessitam, desenvolvendo um projeto direcionado a agricultura orgânica.

Foram disponibilizadas à Associação dos Feirantes, 25 barracas que são montadas para a exposição dos produtos que são vendidos, e foi construído um barracão de aproximadamente 14x40 metros, com 03 banheiros femininos e 03 banheiros masculinos, além de 01 banheiro masculino para cadeirante e 01 banheiro feminino para cadeirante. As despesas de água e energia são custeadas pela Prefeitura Municipal.

Um dos requisitos principais para participar da feira do pequeno produtor Rural é a comprovação de enquadramento na agricultura familiar, desta forma 100% dos participantes são agricultores familiares.

Em relação ao último bloco de perguntas entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) feira de Terra Roxa proporciona a população acesso a produtos frescos, de boa qualidade a com preços inferiores comparados aos oferecidos em supermercados, (ODS 3 Saúde e Bem Estar, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsável, ODS 15 Vida sobre a Terra) . Com a participação da feira, melhorou a renda coletivamente do pequeno produtor, os produtores estão sempre buscando participar de cursos através de parceria entre o Sindicato Patronal Rural que os impulsiona a diversificação na produção agrícola e incentiva as esposas a participarem de cursos de culinária, fazendo com que essas mulheres aprendam a transformar os seus produtos agregando valor, (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 2 Fome Zero, ODS 4 Educação de Qualidade, ODS 5 Igualdade de Gênero, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução das desigualdades, ODS 16 Paz e Justiça e Instituições Fortes).

Figura 6 - Feira do Produtor Terra Roxa



Fonte: O autor (2019).

O município de Marechal Cândido Rondon está localizado na Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense e na Microrregião de Toledo, entre as coordenadas 24° 26' e 24° 46' de latitude sul e 53° 57' e 54° 22' de longitude oeste (IBGE,2019). Limita-se ao norte com o município de Mercedes, a nordeste com Nova Santa Rosa, a leste com Quatro Pontes, a sudeste com Toledo, Ouro Verde do Oeste, a sudoeste

com Pato Bragado, ao sul com São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste e com a República do Paraguai (Lago de Itaipu) a oeste. (IBGE, 2019).

O município de Marechal possui uma forte influência da cultura germânica, demonstrada na arquitetura e pelo idioma (alemão). Estima-se que 80% da população sejam desta descendência, e conseqüentemente muito presente nos produtos e costumes apresentados na Feira do produtor (IBGE, 2019).

A feira municipal de Marechal Cândido Rondon, é realizada na região central da cidade, realizada nas terças e sextas feiras, das 17:00h até as 19:30h. O espaço da feira é um barracão construído pela prefeitura sobre um terreno cedido pelo sindicato rural, onde os expositores se colocam nas laterais e o público circula pelo corredor central.

As atividades desenvolvidas consistem em venda direta de hortifrúti, leite e derivados como queijo, requeijão e manteiga. Produtos da agroindústria como panificados e derivados de carnes como embutidos e produtos gastronômicos como: pastéis, waffles, espetinhos e churros. Percebeu-se a presença de um produtor com produtos orgânicos e cadastrados na Rede Ecovia como forma organizacional e associado.

O questionário referente aos organizadores da feira foi aplicado ao senhor Lotario Lohmann atual presidente da associação dos feirantes, onde identificou duas prioridades atender bem o cliente local e satisfazer as necessidades econômicas dos feirantes. O entrevistado comenta que a feira tem 25 anos de existência e conta com 18 produtores 100% da agricultura familiar. Que desde o início contou com parceiros importantes que participaram na realização e manutenção da feira: Emater como assistência técnica no auxílio aos agricultores, a prefeitura junto com a secretaria da agricultura firmou um convênio com o sindicato rural, e como um sistema de condôminos os feirantes pagam todas as despesas de manutenção e custos fixos do espaço.

Conforme o senhor Lotário existe uma grande procura de novos produtores urbanos principalmente produtores de bolacha com interesse de participar na feira, porém o espaço cedido pela prefeitura não comporta mais e também os feirantes acreditam que a gama de produtos ofertados agrada e supre as necessidades dos clientes. Segundo o presidente da associação os feirantes estão bem satisfeitos com a estrutura, produção e comercialização de seus produtos, que conseqüentemente proporciona um excelente ganho econômico e uma ótima



o do agricultor no meio rural

Em relação ao último bloco de perguntas entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) observou-se que a feira de Marechal fomenta o patrimônio cultural diagnosticado através da influência germânica e aproxima o rural do urbano, um incremento e melhora na renda de todos os feirantes participantes proporcionado pela credibilidade e confiança estabelecida pela política de cadeias curtas (ODS 8 Emprego Digno e Crescimento econômico, ODS 11 Comunidades Sustentáveis. ODS 12 Consumo e Produção Responsável,). Conforme comentou o entrevistado, a feira necessita de mais apoio público e amparo para o desenvolvimento rural do município, no sentido de mais apoio fiscal e auxílio na emissão de notas do produtor para a futura obtenção de crédito e planificação econômica, um auxílio maior na emissão de certificação e registro dos produtos comercializados, onde na visão do presidente aumentará a credibilidade e qualidade dos produtos ofertados, e por último promover um projeto que venha estabelecer a feira como atrativo turístico e gastronômico.

Figura 7 - Feira do produtor de Marechal Cândido Rondon

Fonte: Página do Facebook da Cidade, e Autor ,(2019).

O Município de Pato Bragado considerado lindeiro ao lago de Itaipu se estende por 135,3 km² e contava com 4 822 habitantes no censo de 2015. A densidade demográfica é de 35,6 habitantes por km² no território do município. Faz divisa com os municípios de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste e São José das Palmeiras. Pato Bragado se situa a 19 km a Sul-Oeste de Marechal

Cândido Rondon considerada a maior cidade da região (Cidade-Brasil. 2019).

Situado a 282 metros de altitude, de coordenadas geográficas: Latitude: 24° 37' 40" Sul, Longitude: 54° 13' 34" Oeste (Cidade-Brasil. 2019).

A feira do produtor rural do município de Pato Bragado localiza-se as margens da rodovia em frente à praça central Vili Brati. Segundo a Senhora Classi presidente da associação a feira conta com três anos de existência, é realizada todas as sextas-feiras das 15:00 as 19:30.

Inicialmente a feira começou com sete participantes, porém no momento contam com três expositores distribuídos em barracas que oferecem em torno de vinte produtos variados, entre verduras frutas e legumes, produtos panificados, cárneos como salame costelinha de porco defumada, laticínios como: nata, queijos colônias, requeijão e manteiga e, por fim, produtos panificados entre cucas bolachas pães e bolos. As feirantes recentemente em 2018 receberam do prefeito em exercício, Dirceu Anderle, a permissão de uso de três tendas à Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado (Apop). O ato ocorreu na praça, local em que são realizadas as feiras para comercialização da produção dos associados.

De acordo com o secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Ageu Fidler, as tendas são um compromisso do plano de governo e a intenção é manter a aproximação com a Apop, para fortalecer os produtores e a feira em si. “É uma produção local diferenciada que envolve o trabalho de diversos produtores familiares, gerando renda e, acima disso, qualidade de vida à população” (PREFEITURA PATO BRAGADO, 2019).

Neste sentido a presidente afirma que o principal motivo da feira é aumentar e gerar uma renda extra para os agricultores que participam da associação. A feira mantém-se com o recurso próprio tanto na realização quanto na limpeza e organização do espaço e atualmente contam com o apoio da ITAIPU e a Biolabore de Santa Helena com o apoio técnico na parte de engenharia de alimentos para o desenvolvimento de produtos agroindustriais.

Em relação ao último bloco de perguntas entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a feira de Pato Bragado na visão das feirantes o Agronegócio e a agricultura com a prática extensiva prejudicam o meio ambiente e conseqüentemente desenvolvimento rural do município, principalmente na oferta de alimentos para o consumo com o excessivo apêndice de venenos que prejudicam as plantações e a saúde dos habitantes do meio rural e urbano. O

principal cliente da feira é o turista que passa pela rodovia que corta a cidade, conseqüentemente aproveita para comprar os produtos oferecidos melhorando a renda do agricultor. Mesmo tendo esta característica a feira não faz parte do programa de turismo do rural município (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 3 Boa Saúde e Bem Estar, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução da Desigualdade, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 Combate as Alterações Climáticas ODS 15 Vida sobre a Terra, ODS 16 Paz Justiça e Instituições Fortes) .

E por fim as feirantes comentam que o potencial agrícola do município é mal aproveitado pelos produtores por não acreditarem na agregação de valor dos produtos orgânicos, e por outro lado, o consumidor não tem a real informação sobre a qualidade dos alimentos fornecidos optando por alimentos mais baratos muitas vezes com adição de agrotóxicos.

Figura 8 - Feira de Pato Bragado



Fonte: Site de notícias da Prefeitura de Pato Bragado, (2019).

O Município de Entre Rios do Oeste situa-se no extremo oeste do Estado do Paraná, na margem oriental da represa de Itaipu, possui uma área de 122,071 Km², subdivididos em 103,11 Km² de área rural e 3 Km² de área urbana. Seus limites são ao Norte: Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon; Sul: Santa Helena; Leste Marechal Cândido Rondon; Oeste: Rio Paraná (divisa internacional com o Paraguai).

Um dos mais jovens Municípios da região Oeste do Estado, Entre Rios do Oeste possui, segundo o IBGE em 2010, uma população de 3.926 habitantes, subdivididos em 2.642 habitantes na área urbana e 1.284 habitantes na área rural. Suas coordenadas geográficas são: em torno do ponto 24° 43' de Latitude Sul e 54° 14' de longitude oeste e uma altitude média de 260 metros sobre o nível do mar e está situada no 3º Planalto ou Planalto de Guarapuava (PREFEITURA DE ENTRE RIOS, 2019).

A Rodovia Estadual PR 495, que atravessa o Município de norte a sul, constitui-se na principal via de acesso, interligando os Municípios de Pato Bragado, ao norte e Santa Helena, ao Sul (Prefeitura Entre Rios do Oeste 2019). Nesta mesma PR 495 na praça central da cidade encontra a casa do Artesão espaço destinado para exposição de artesanato e as sextas-feiras realiza-se a feira do produtor rural no mesmo local.

A feira do Município de Entre Rios do Oeste é realizada no espaço cedido pela prefeitura, onde o produtor rural não paga aluguel nem luz e água. Segundo informações passadas pela prefeitura o espaço passará por uma reforma para adequações. Diariamente conta com a presença de uma artesã que comercializa os produtos, sendo também responsável pela limpeza e organização do local.

Nas sextas-feiras o local a partir das 16:00 até as 19:00 três produtoras da agricultura familiar comercializam seus insumos, em sistema de economia solidaria onde diversos produtores enviam seus produtos para serem comercializados na feira e o resultado da venda depois é repassado para os produtores.

Entre os produtos comercializados encontra-se: panificados, bolachas caseiras, variedade de cucas e bolos, salgados, salame, cárneos defumados, lácteos como queijo e requeijão. Em entrevista com a Diretora de Departamento de Formação e Capacitação Profissional Senhora Márcia Shuster, funcionária de carreira da prefeitura, aplicou-se o questionário do Apendesse B destinado aos organizadores das feiras. Destacou que a feira é realizada a quatro anos e o principal motivo é agregar valor aos produtos da cadeia da agricultura familiar com intuito de gerar uma renda extra para o produtor rural e fomentar o turismo e a agroindústria do município.

Além da feira citada, existe um projeto de construção de calendário turístico para eventos, onde contêm a feira semanal (sexta feira), e inclusão de uma feira maior com adesão de mais produtores realizada, a cada, segunda quarta feira de



culturas. Através de uma parceria municipal as condições à produção agrícola variada garantiu-se, assim, 100% dos feirantes participantes oriundos da agricultura familiar, determinando o foco no desenvolvimento rural do município, onde por sua vez, busca promover a diversidade produtiva e consequentemente a criatividade na confecção de novos produtos agroalimentares estreitando a relação do urbano com o rural.

Em relação ao último bloco de perguntas relacionado as ODS a senhora Marcia alegou que um fator importante para a contribuição da diminuição da pobreza no município e melhora na renda do pequeno agricultor é a agregação de valor nos produtos oriundos da agricultura familiar, erradicando a fome e principalmente contribui com a melhora da qualidade de vida local do homem do campo e proporciona um alimento de qualidade para toda comunidade. Com o incremento econômico percebe-se a satisfação das feirantes e consequentemente o movimento de fixação no campo e a sucessão rural onde toda a família rural se envolve no contexto de produção e comercialização dos produtos ofertados (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 2 Fome Zero, ODS 3 Boa Saúde e Bem Estar, ODS 5 Igualdade de Gênero, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução da Desigualdade, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 Combate as Alterações Climáticas ODS 15 Vida sobre a Terra, ODS 16 Paz Justiça e Instituições Fortes).

Um dos pontos observados é a importância da preservação das origens e do patrimônio cultural presente na influência europeia (alemã), principalmente na produção dos panificados e doces caseiros expostos. E por fim a funcionária comentou que os produtos ofertados na feira também são oferecidos no mercado da cidade, justamente por ser uma cidade pequena existe esta facilidade e possibilidade para os consumidores encontrarem os produtos artesanais.

Figura 9 - Feira de Entre Rios do Oeste

Fonte: O autor, 2019
Fonte: Foto do autor

O município de Santa Helena do Oeste se estende por 758,2 km² e contava com 23 425 habitantes no último censo de 2015 IBGE. A cidade é vizinha dos municípios de Entre Rios do Oeste e Diamante D'Oeste, situa-se a 44 km de Marechal Cândido Rondon a maior cidade da região. Situado a 227 metros de altitude, de Santa Helena tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 24° 51' 51" Sul, Longitude: 54° 19' 49" Oeste.

A Feira Livre teve início em 2004 quando um pequeno grupo de agricultores iniciou as vendas em barracas improvisadas de madeira, o local era ao lado da rádio comunitária na Av. Rio Grande do Sul. E em 04 de abril de 2008 foi regulamentada e a Feira passou a ser na quarta-feira e no sábado na Avenida Brasil em frente à praça Orlando Webber e Antônio Thomé. Onde foram cedidas aos feirantes como forma de incentivos, barracas adequadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, 2019).

Segundo o site da prefeitura a Feira Livre Municipal (2019) tem por objetivo:

- I. Incentivar as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais de Santa Helena, bem como aquelas que, em área urbana desenvolvem atividades, não industrializados.
- II. Proporcionar a comercialização de mercadorias e produtos hortifrutigranjeiros, agro industrializados e produtos resultantes da manipulação e transformação de matérias primas e artesanatos produzidos em suas respectivas propriedades rurais;
- III. Divulgar os diversos produtos que são produzidos na área rural e urbana do Município de Santa Helena;
- IV. Incentivar a diversificação de produtos rurais e os desenvolvidos em área urbana não industrializados;
- V. Melhorar a qualidade de vida na zona rural e urbana;
- VI. Agregar, através da comercialização, valores, aumentando a renda familiar, consequentemente proporcionando melhores condições de vida às famílias.

Observou-se no dia 03 de abril de 2019 que na feira livre a maioria dos feirantes são produtores rurais, e com característica gastronômica. Encontrou-se produtos como espetinhos variados (peixe, carne e queijo), pastel, foundi de chocolate, peixes fritos ofertado pelo pesque pague da cidade, venda de embutidos e panificados (bolos, bolachas e cucas) e, por fim, duas barracas de hortifruti completando a feira. Aplicou-se neste mesmo dia o questionário do Apêndice B ao Senhor Ricardo, atualmente presidente da associação dos feirantes de Santa Helena, que comenta que o principal motivo da feira para o pequeno produtor é inserir seus produtos no comércio local de Santa Helena através da feira. Atualmente a feira conta com a presença de 14 barracas entre elas não são todos 100% produtores rurais, existem feirantes do perímetro urbano que se adequaram a feira.

A feira conta hoje com o envolvimento da prefeitura, através da secretaria de agricultura, a EMATER com o apoio técnico para os feirantes e existe um interesse do sindicato rural em aumentar e estabelecer uma parceria maior. Não tem um número certo de quantos produtos são comercializados na feira, fica em torno de 50 a 60 produtos comercializados, até porque existe uma sazonalidade agrícola de insumos e também as estações do ano contribuem com essa variação.

Segundo Ricardo um grande problema da feira é a chuva, principalmente com vento, onde os expositores ficam totalmente expostos e as vendas caem bastante, porém existe uma solicitação dos feirantes e apelo junto a câmara de vereadores que é o cobrimento total da quadra solucionando assim o problema climatológico. Existiu sugestão de mudança de local da feira, porém como a Praça Antônio Thomé é a praça onde se realiza todos os eventos culturais de Santa Helena, os feirantes são contra esta mudança sem um planejamento ou uma eventual separação da feira com as atrações culturais. O presidente da associação comenta que a feira é o grande ganha pão dos pequenos produtores, até porque, a maioria das propriedades rurais são pequenas e os ganhos são insuficientes para a manutenção de toda família, e assim a feira contribui com a qualidade de vida local do produtor.

E para as pessoas que residem na zona urbana os produtos e insumos comercializados na feira estão livres de agrotóxicos melhorando a qualidade alimentar dos indivíduos do meio urbano e conseqüentemente valoriza economicamente e socialmente o meio rural. Através da implementação da feira,

segundo Ricardo, o produtor rural se obrigou a oferecer um produto diferenciado, e por meio de cursos oferecidos pela EMATER, SEBRAE, Sindicato rural buscou melhorar seus produtos priorizando a qualidade com foco na satisfação dos clientes.

Em relação ao potencial agrícola e produtos ofertados na feira, o entrevistado comenta que além do já ofertado, existe uma demanda de produção frutífera na região e com isso por intermédio do CAPA existe um grande incentivo para o pequeno produtor aumentar sua produção e fornecer a região com uma variedade maior, além do que já é ofertado. E por fim, em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a feira de Rua de Santa Helena, contribui com a sustentabilidade do pequeno agricultor familiar melhorando sua renda, ofertando produtos de qualidade e livres de agrotóxicos, beneficiando toda a comunidade pelas: receitas gastronômicas que fazem parte do patrimônio histórico e cultural representada nos pães caseiros, salame, cucas, doces, chimias, peixes produzidos na região (tilápia) e o tradicional frango caipira, onde reforça e valoriza as cadeias curtas possibilitando ao urbano não esquecer suas origens rurais (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 2 Fome Zero, ODS 3 Boa Saúde e Bem Estar, ODS 5 Igualdade de Gênero, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução da Desigualdade, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 Combate as Alterações Climáticas ODS 15 Vida sobre a Terra, ODS 16 Paz Justiça e Instituições Fortes).

Figura 10 - Feira do Produtor de Santa Helena do Oeste



Fonte: O autor, (2019)

O município de Foz do Iguaçu se estende por 617,7 km² e contava com 256 081 habitantes no último censo (CIDADE – BRASIL, 2019)

Situado a 174 metros de altitude, Foz do Iguaçu tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 25° 32' 49" Sul, Longitude: 54° 35' 18" Oeste.

O município faz fronteira com mais dois países, Paraguai e Argentina caracterizando a Tríplice Fronteira, também faz divisa com outro município Lindeiro ao Lago de Itaipu que está a 19 km, Santa Terezinha do Iguaçu.

Foram identificadas no município de Foz do Iguaçu cinco feiras e um anteposto no Terminal de Transporte Urbano TTU, que contam com a presença da agricultura familiar. Consiste em: A feirinha da J K realizada aos domingos presentes em uma importante avenida da cidade. A feira do Peixe vivo realizada na semana santa e as três feiras organizadas pela APROFOZ (Associação de Produtores Rurais Orgânicos de Foz do Iguaçu), que são realizadas na UNILA, UNIOESTE e no Gramadão da Vila A.

Neste sentido escolheu-se a Feira do Gramadão da vila A para a aplicação dos questionários no município de Foz do Iguaçu: 'A Feira Agroecológica da Agricultura Familiar' é realizada semanalmente toda as sextas-feiras no Gramadão da Vila A das 16:00 às 21:00.

Informações retiradas do questionário do apêndice B destinados aos organizadores das feiras aplicado ao Sr. Ney Rafael Viera tesoureiro administrativo da APROFOZ e um dos organizadores da feira foi o responsável em contestar e voluntariamente também auxiliou na aplicação dos questionários aos demais feirantes de Foz do Iguaçu. A feira é composta por associados da APROFOZ e outros produtores rurais integrados no município. Para o produtor rural participar da feira é essencial que todos seus produtos sejam produzidos no sistema agroecológico ou orgânico.

A feira é realizada com recursos próprios dos agricultores no espaço cedido pela Itaipu. Contam com dois anos de existência e com a presença de nove produtores que se alternam para a venda direta de produtos, onde utilizam o sistema da economia solidaria (onde os feirantes vendem diversos produtos próprios ou de produtores vizinhos) trabalhando na confiança e variedade de produtos.

Um dos principais objetivos da feira é escoar a produção da Agricultura Familiar que se dedica a produção agroecológica. Contam com algumas entidades que auxiliam na produção e comercialização como a Rede Ecovia, Grupo Eco Iguaçu, Unioeste, Itaipu, Secretaria de Agricultura, CAPA e Biolabore. Atualmente são comercializados na feira hortifrutis, panificados, ovos de galinhas caipiras, lacte-

os, doces, compotas e condimentos, atendendo a expectativa do público de adquirir alimentos mais saudáveis, respeitando a sazonalidade e potencial agrícola da região. (Informação adquirida através da entrevista).

Para os feirantes segundo Sr. Ney Rafael Viera, a oferta de produtos naturais e orgânicos não é suficiente para atrair uma demanda expressiva, em seu ponto de vista, a feira necessita de uma política de marketing mais incisiva para poder alcançar maiores faturamentos e até mesmo despertar interesses de novos produtores. A gestão ambiental está inserida na produção sem agrotóxico e manejo dentro da propriedade, elemento fundamental para participação, e no espaço da feira cada produtor é responsável pelos resíduos gerados no evento.

O poder público, precisamente a ITAIPU participa do evento cedendo o espaço para a realização do evento e instalação de barracas com energia. A secretaria da agricultura e fundação cultural, dão suporte técnico para o plantio e arrecimação para a participação da feira. Para o produtor participar da feira obrigatoriamente é necessário um cadastro via fundação cultural para regulamentar os produtores dentro da atividade e futuramente existe uma iniciativa de obtenção do registro SIM (Serviço de Informação Municipal), para garantir a procedência dos produtos manipulados pelos agricultores.

A Unioeste através de um programa de extensão universitário denominado FAES (Feira Agroecológica Economia Solidaria) tem por objetivo auxiliar na divulgação e organização da feira, com a criação de um site no formato de catálogo com todos os produtos e especificações de origens para divulgar a feira. Esta iniciativa dos produtores, fortalece a economia solidaria melhorando a qualidade de vida dos agricultores e dinamiza o consumo aumentando a oferta de produtos e a qualidade dos insumos.

Outro ponto importante da economia solidaria é que os produtores se revezam na participação da feira, com isso, para o produtor a presença não torna cansativa e obrigatória e para o consumidor aumenta a quantidade de produtos ofertados.

Com relação às ODS Sr. Ney Rafael Viera destacou a melhora e incremento na renda de todos os feirantes, que através dos cursos de formação oferecidos pelos parceiros melhorou a formação educacional do homem do campo, e destacou o sistema agroecológico como item fundamental para valorização dos produtos, e também pode constatar a preservação do meio ambiente e qualidade de vida no

meio rural (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 2 Fome Zero, ODS 3 Boa Saúde e Bem Estar, ODS 5 Igualdade de Gênero, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução da Desigualdade, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 Combate as Alterações Climáticas ODS 15 Vida sobre a Terra, ODS 16 Paz Justiça e Instituições Fortes).

Figura 11 - Feira do Produtor de Foz do Iguaçu



Fonte: O autor, (2019)

O município de Medianeira se estende por 328,7 km² e contava com 41 830 habitantes no último censo (IBGE,2019). A densidade demográfica é de 127,2 habitantes por km² vizinha dos municípios de São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Serranópolis do Iguaçu. Medianeira se situa a 55 km ao Norte-Leste de Foz do Iguaçu considerada a maior cidade nos arredores. Situada a 378 metros de altitude,

Medianeira tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 25° 17' 19" Sul, Longitude: 54° 7' 39" Oeste (CIDADE-BRASIL, 2019).

A casa do Produtor em Medianeira localiza-se em um Barracão cedido pela prefeitura na rua Santa Catarina no centro da cidade. A casa do produtor é organizada pela Associação dos Produtores Orgânicos de Medianeira (APROMED) é uma sociedade civil com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, com sede no município de Medianeira. A APROMED foi fundada em 24 de julho de 2002 em uma assembleia realizada na Associação Comercial Industrial de Medianeira (ACIME) (HINTERHOLZ; RIBEIRO, 2011).

A casa do produtor funciona em horário comercial abrindo das 08:00 até as 18:00 de segunda a sexta e nos sábados pela manhã e utiliza o sistema de economia solidaria para comercializar os insumos e produtos fornecidos pelos agricultores da região. Esse grupo de agricultores após vários cursos de formação e capacitação, fundaram a associação com o objetivo comum de abranger todo o campo da agricultura familiar, com ênfase, na Agroecologia, definida como métodos de produção agropecuários baseados em tecnologias alternativas, eliminando o uso de insumos ou práticas que venham a representar riscos à saúde e ao meio ambiente, ou desequilíbrios de ordem social, visando especialmente à conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo, a minimização das alterações climáticas globais, pelo estímulo à implantação de sistemas agroflorestais, como a segurança alimentar, agregação de valores, bem como, a permanência do homem no campo (HINTERHOLZ; RIBEIRO, 2011).

No dia 22 do mês de agosto de 2006 em assembleia extraordinária a APROMED esteve reunida com a Associação dos Pequenos Agricultores de Medianeira (APAM) para receber os bens desta associação que encerrou suas atividades, com a união dessas duas associações criou-se uma nova associação com o nome de Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira (AAFEMED). Inicialmente o grupo de associados era formado por 12 agricultores. Atualmente, este grupo já aumentou para 72 associados, dentre agricultores, desejosos de difundir a agroecologia em sua propriedade, e técnicos que prestam assessoria para que esta prática seja corretamente implementada. Atualmente, 24,2% dos agricultores associados aderiram ao processo de certificação de suas propriedades pela Certificadora Rede Ecovida de Agroecologia que objetiva desenvolver e multiplicar iniciativas, estimular o trabalho associativo na produção e

consumo de produtos ecológicos e ter uma marca e um selo como expressão de compromisso e qualidade (HINTERHOLZ; RIBEIRO, 2011).

Entre os principais produtos produzidos pelos sócios da AAFEMED estão: grãos (soja, milho, feijão, amendoim, pipoca, etc.), leites e seus derivados, frangos, ovos, hortaliças, frutas, derivados da cana-de-açúcar (melado, açúcar mascavo, aguardente) e panificados. A distribuição é feita sendo parte da produção comercializada na Casa do Produtor Rural do município de Medianeira, parte entregue as entidades beneficentes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), venda de produtos orgânicos na merenda escolar de escolas estaduais e municipais e creches do município, além da comercialização em feiras e eventos que são realizados em outros locais (HINTERHOLZ; RIBEIRO, 2011). A Feira do Produtor em Medianeira localiza-se no mesmo Barracão da casa do produtor, com box espalhados na lateral da estrutura onde o feirante circula pelo centro, a feira acontece nas quartas-feiras e nos sábados no período da manhã entre 06:30, até as 11:30.

A entrevista do Apêndice B foi realizada com o presidente em exercício da AFEMED Senhor José Bussolo onde afirma que o principal motivo da feira é a comercialização direta com o consumidor e agregação de valor, eliminando o atravessador, no qual, os agricultores perceberam que a grande fatia do lucro ficava na mão do atravessador e não realmente com quem trabalha a terra. A responsável pela gestão da feira é a APROMED, (Associação dos Produtores Orgânicos de Medianeira), e a feira acontece desde 1985, inicialmente na praça pública central da cidade. E somente em junho de 2009 com o auxílio da prefeitura e Itaipu surgiu a ideia de juntar as duas associações AFEMED e APROMED para dividirem um local único com intuito de comercialização de produtos da agricultura familiar sendo a AFEMED responsável pela gestão do mercado dentro da casa do produtor e APROMED para gestão da feira do produtor realizada nos dois dias da semana (segunda e sábado).

Comenta o presidente da associação que inicialmente houve uma certa rejeição pelos agricultores pela mudança de endereço da feira, porém como uma previsão divina comenta ele, choveu no dia da inauguração confirmando a importância de a feira ser realizada em um ambiente fechado. Atualmente a feira e mercado contam com as instituições parceiras da AAFEMED como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira, Instituto de Saúde Yantem, Itaipu Binacional,

Caopa, Capa, Emater, Fórum Oeste de Entidades da Agricultura Familiar, Instituto Maytenus, Prefeitura Municipal, Iapar, Gebana Brasil e Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. Importante ressaltar comenta o presidente, que as duas organizações saíram de dentro do sindicato dos trabalhadores rurais, estimando a importância enquanto esqueleto organizacional (o pai de todas as organizações) para as duas associações.

Atualmente 20 agricultores familiares participam da feira (APORMED) e 120 associados na AFEMED, em torno de 60 participam mais frequentemente. Os produtos que se comercializam na feira são: Hortifrúti, queijos e lácteos, carnes, peixes, ovos, sucos geleias, pimenta, mel, melado, cachaça, panificados, e os poucos produtos gastronômicos como: pastel, esfirra e pamonha. A expectativa do público gira em torno de 3.000 pessoas no sábado e o produto mais comercializado é a cachaça segundo os números apresentados pelos feirantes.

Os recursos utilizados na implementação do espaço da casa do agricultor, passou por uma aquisição do terreno feita pelos agricultores, e a prefeitura construiu o Barracão. Em relação da despesa e manutenção do espaço é dividido em 50% para cada associação mesmo a feira sendo realizado somente dois dias o volume de equipamentos dos feirantes é maior, e com isso se justifica a divisão das despesas como água e luz serem dívidas igualmente. E cada organização faz sua forma de arrecadação a AFEMED é em relação a venda dos produtos comercializados no mercado e a APROMED atribui uma taxa mensal para cada expositor.

Um problema comentado pelo entrevistado, é que no verão, pelas altas temperaturas do município as verduras não suportam o calor do barracão, e seria necessária uma obra para instalação de um forro térmico que auxiliaria na climatização do espaço. Para isso seria necessário um aporte financeiro de recurso público para construção e reforma do barracão. Não existe nenhum programa ambiental de resíduos sólidos, é feita separação de lixos em orgânicos e reciclável, existe um projeto junto a Itaipu para a criação de uma cisterna para a capacitação de água e um projeto com placas solares para a energia, porém segundo o presidente são projetos que dependem do aporte financeiro da Itaipu para saírem do papel.

Existe uma boa relação com o poder público federal, principalmente com o projeto do PNAE, compram até 60% dos produtos oriundos da agricultura familiar que são utilizados na merenda escolar, onde os agricultores da AFEMED e

COAFASO se responsabilizam na entrega desses alimentos nas escolas do município.

Comenta o presidente que a ausência de legalização de alguns produtos dos agricultores impede que esse número seja ainda maior, fator primordial para negociações institucionais exigido em lei. Em relação ao poder público local segundo o entrevistado, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) do município de Medianeira pressiona bastante os agricultores para a legalização e registro dos produtos manipulados fabricados para comercialização, o caso mais específico são os queijos e cárneos que necessitam um controle sanitário maior, em contra partida pela pressão popular legalizou-se a venda de leite litrão, (venda de leite de vaca em garrafas pets 2 litros) após discussão com a responsável do SIM (Serviço de Inspeção Municipal).

Comentou-se que os produtores da AFEMED dos 160 agricultores 100% fazem parte da agricultura familiar, e da APROMED dos 20 feirantes, 16 fazem parte da agricultura familiar e somente 4 residem na cidade, conseqüentemente não são caracterizados produtores rurais. Para a AFEMED a participação da feira em relação ao desenvolvimento rural representou o retorno e valorização do homem do campo, exemplo de associados que trabalhavam e residiam na cidade, com o crescimento e facilidade de comercialização (cadeia curta e direta) depois da criação do espaço do mercado, retornaram para o campo e restabeleceram suas produções familiares.

Na questão dos feirantes a feira proporcionou uma significativa melhora na qualidade de vida dos produtores, observa-se que existe uma sucessão familiar entre os feirantes, onde as novas gerações estão ganhando espaço dentro da feira com a criação de novos produtos e ideias de negócios.

Um ponto importante destacado pelo presidente é que o crescimento e desenvolvimento econômico-social do homem do campo não estão atrelado somente à comercialização no mercado ou feira, está também relacionado com as políticas públicas realizadas nos governos anteriores (caso do PENAE e PAA) que segundo ele, foi um ponto fundamental para o crescimento e promoção do desenvolvimento rural. No entanto, quando se faz a comparação das políticas públicas direcionadas ao agronegócio e agricultura família percebe-se um grande abismo em fundos de investimentos.

Em relação ao turismo de eventos percebeu-se por alguns feirantes um grande nicho de mercado, e atualmente existiu uma empresa especializada em café

colonial que surgiu dentro da feira, com a junção de produtores e seus produtos conseguem atender um grande volume de eventos no município e região. Porém ainda não existe por parte da secretaria de turismo de Medianeira nenhum programa que venda ou estimule a feira como um produto turístico, ou mesmo a criação de eventos festivos e culturais.

Em relação ao último bloco de perguntas entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a feira de Medianeira, Sr. José Bussolo alega que o fator que mais contribui com a diminuição da pobreza do homem do campo, e melhora da renda do produtor foi a relação com a venda direta entre o consumidor final e o agricultor sem canais de intermediações, e aumenta a pressão das entidades municipais para a legalização dos produtos comercializados na feira, porque naturalmente melhora a qualidade dos insumos e garante a segurança alimentar, mas também proporciona um melhor desempenho produtivo desse agricultor, com uso correto de maquinários que garantem a segurança e bem-estar do homem do campo (ODS 1 Erradicação da Pobreza, ODS 2 Fome Zero, ODS 3 Boa Saúde e Bem Estar, ODS 5 Igualdade de Gênero, ODS 8 Emprego Digno e Crescimento Econômico, ODS 10 Redução da Desigualdade, ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 Combate as Alterações Climáticas ODS 15 Vida sobre a Terra, ODS 16 Paz Justiça e Instituições Fortes).

Com essa adequação e busca por tecnologia o homem do campo está se profissionalizando e através da educação e formação encontra uma grande alternativa e fonte para aumentar seu conhecimento e rendimento, o próprio presidente informou que os três funcionários contratado pelo mercado que desempenham funções administrativas e gerenciais são graduados e pertencentes a agricultura familiar. No ponto de vista a feira contribui significativamente com a preservação do patrimônio cultural do medianeirense através de produtos como, o melado, torresmo, queijo colonial, frango caipira e principalmente o leite vendido no litrão fazem parte do acervo histórico-cultural do cidadão de Medianeira (ODS 4 Educação de Qualidade).

Um ponto importante salientado para garantir a sustentabilidade da comunidade rural, observou-se entre os feirantes, que a especialização produtiva vem demonstrado ser um carácter diferencial entre os feirantes, entre os que preferem os modelos tradicionais de produção, e o próprio presidente aponta, a

agroindústria como um dos fatores determinante para sustentabilidade econômica e garantia de crescimento (ODS 9 Indústria Inovação e Infraestrutura).

Figura 12 - Feira do produtor de Medianeira



Fonte: O autor (2019).

6.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Percebeu-se para a construção da caracterização dos municípios e descrição das feiras urbanas com a real participação da agricultura familiar foi fundamental a participação dos organizadores, gestores públicos e membros das referidas associações que prontamente responderam o questionário do Apêndice B, que colaboraram para a descrição do histórico de cada feira, as características específicas do desenvolvimento rural e por último a relação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para cada feira mencionada apresentou-se características específicas, como municípios menores com feiras suntuosas e com uma real participação da agricultura familiar como é o caso do município de Terra Roxa com mais de 20 (vinte) feirantes, em comparação com Foz do Iguaçu com apenas 8 (oito).

Outro dado relevante apresentado na discussão foi o compromisso que os agricultores têm com os produtos comercializados e a importância da feira para o desenvolvimento rural do município e região. No entanto, para os respondentes, é de vital importância o acompanhamento técnico e político para a manutenção das feiras, principalmente na relação pôr parte dos feirantes apresentarem mais variedades de insumos e produtos alimentícios e pelo poder público apresentar

soluções e melhorias nas instalações das feiras melhorando o bem-estar e oportunizando um volume ainda maior de negócio.

7 LIMITES E POSSIBILIDADES: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS FEIRAS LIVRES NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS

Após a explanação da metodologia, análise bibliográfica e caracterização do estudo empírico, esta seção aborda a análise e discussão dos dados recolhidos através dos questionários aplicados nas feiras, e entrevistas semiestruturada aos gestores e organizadores dos eventos.

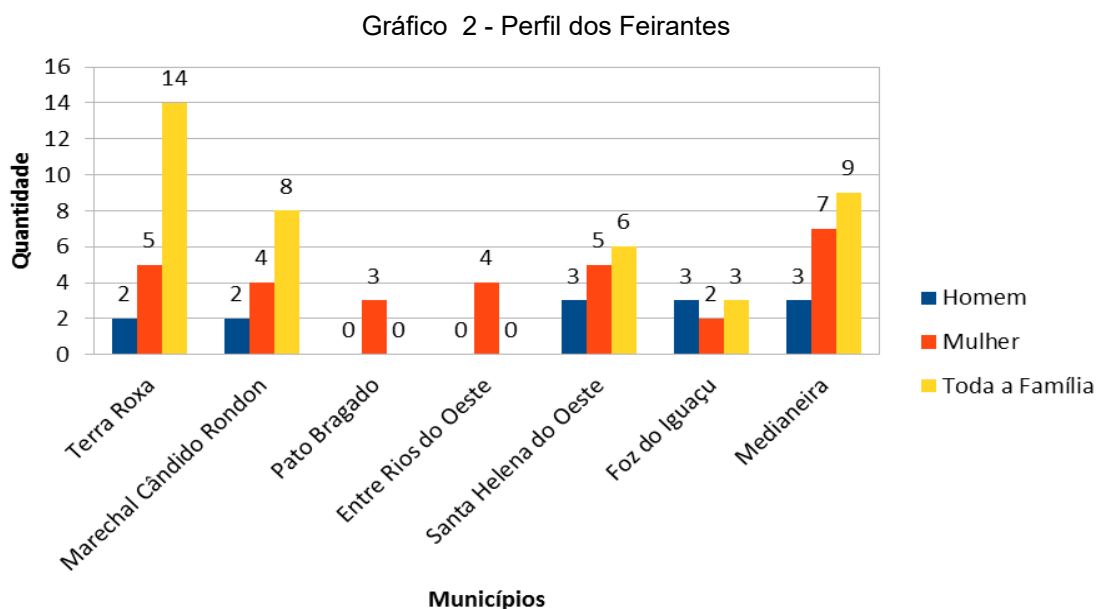
Neste capítulo tem-se a caracterização da amostra inquirida, bem como os produtos ofertados em cada feira, de acordo com os dados levantados com a aplicação do questionário. Na sequência, discute-se a participação da agricultura familiar nas feiras livres mais significativas dos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, e estabelecer a relação do desenvolvimento local. Também apresenta uma discussão sobre a percepção dos feirantes sobre as dimensões estabelecidas para análise. Estabelece-se ainda um comparativo entre a percepção dos feirantes pesquisados. Por fim, segue-se com uma discussão dos principais resultados encontrados, analisando cada constructo separadamente, bem como apresentando uma discussão sobre os ODS e as Feiras Livres.

Importante destacar que os itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4, a seguir tratam de responder ao segundo objetivo específico desta investigação e, o item 7.5, ao terceiro objetivo específico traçado para este estudo.

7.1 CARACTERIZAÇÕES DA AMOSTRA PESQUISADA

Este item vem descrever e colaborar com o perfil dos feirantes em relação ao gênero dos feirantes e sua importância dentro do contexto da agricultura familiar.

No Gráfico 2, a seguir, estão representados por municípios separadamente o gênero dos feirantes que estão ligados a comercialização dos produtos e atenção ao cliente.



Fonte: O autor, (2019)

Em relação ao Gráfico 2 as observações a seguir relatam a realidade das feiras dos municípios Lindeiros e sinalizam a importância do envolvimento de todos os integrantes da família neste contexto.

Percebe-se que a maior soma dos perfis dos feirantes um total de 40 entre os 83 totais, representa um 48% dos feirantes, onde, por sua vez, envolvem toda a família rural na comercialização de seus produtos, em seguida um total de 30 representando um 36% dos feirantes eram compostos por apenas mulheres que

comparecem na feira para a comercialização e somente uma soma de 13 representando um 15% das barracas nas feiras eram compostas por apenas Homens.

Neste sentido percebeu-se que na maioria das barracas dos feirantes que possuíam somente homens os produtos eram hortifrúti e derivados de cárneos, e quando nas barracas apresentavam somente mulheres, comprovou a existência de mais opções de produtos para comercialização como, panificados, geleias, produtos gastronômicos e artesanato. No entanto, quando toda a família está envolvida no processo percebe um mix de produtos ainda maior e o envolvimento dos filhos na venda direta dos produtos.

Outro destaque apresentado no Gráfico 2, foi a importância das mulheres na composição das feiras, com um número expressivo de 36% assume a relevância deste processo econômico e social e diagnosticado no empoderamento feminino essencial para manutenção e composição das feiras livres.

Na tabela a seguir apresenta-se a relação dos produtores rurais e seus produtos comercializados com intuito de traçar um diagnóstico do potencial agrícola e consumo de cada município.

Tabela 2 - Relação de produtos ofertados nas feiras

Município Lindeiro	Hortifrúti	Produtos gastronômicos	Panificados	Cárneos Embutidos	Laticínios	Conservas
1. Terra roxa	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
2. Marechal Cândido Rondon	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3. Pato Bragado	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
4. Entre Rios do Oeste	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
5. Santa Helena do Oeste	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
6. Foz do Iguaçu	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
7. Medianeira	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: O autor, (2019)

Na Tabela 03 apresentou-se o resumo dos principais produtos ofertados nas principais feiras de produtores rurais, no entanto algumas cidades com características distintas apresentam algumas especificações, como por exemplo:

- 1. Terra Roxa:** Apresentou uma grande quantidade e variedade de hortifrúti, variedade de panificados, com boas opções de produtos gastronômicos

(espetinhos, pastéis, esfirras, waffles), como diferencial uma feirante oferta produtos orientais (sushi, guiozas e massas de arroz), porém percebeu-se a ausência de produtos cárneos, embutidos e laticínios como comentaram os feirantes a vigilância sanitária do município não autorizou a venda de leite litrão interferindo no faturamento econômico da feira.

2. **Marechal Cândido Rondon:** apresentou uma grande quantidade de produtos panificados oriundos da influência germânica, variedade de produtos gastronômicos (pastéis, waffles, churros, espetinhos, esfirra), cárneos, embutidos, laticínios (leite, queijos, requeijão, manteiga e nata), como exclusividade venda de flores e orquídeas, porém apresenta pouca variedade de hortifrúti.
3. **Pato Bragado:** considerada a feira com maior venda destinada ao turismo por estar localizada na PR 495, com grande influência germânica apresenta grande variedade de panificados (pães, cucas, bolachas), produtos cárneos e embutidos e geleias, com presença de hortifrúti, sem variedade de produtos gastronômicos.
4. **Entre Rios:** também com presença de comércio destinado ao turismo por estar a margem da PR 495, com venda de hortifrúti, panificados e cárneos, lácteos e como diferencial venda de artesanato e souvenir, sem variedade de produtos gastronômicos.
5. **Santa Helena:** a feira também conta com a presença do turismo na temporada por característica do município, grande variedade de produtos gastronômicos (espetinho, fondue de chocolate, pastéis, esfirras), produtos cárneos (frango caipira e embutidos), hortifrúti, grande variedade de panificados e geleias, o grande diferencial é a presença de venda direta de pescados por pesque pague da região.
6. **Foz do Iguaçu:** feira considerada agroecológica com grande presença de hortifrúti, panificados e geleias, com pouca variedade de produtos gastronômicos apresentados pelos feirantes, no entanto, o local da feira conta com grande número de foodtrucks que suprem a necessidade dos clientes, porém com pouca divulgação a feira não conta com o potencial turístico da cidade.
7. **Medianeira:** feira com grande número de feirantes e com muitos anos de existência, conta com a venda variada de hortifrúti, cárneos (*in natura* como

cordeiro, frango, suíno e defumados), laticínio, panificados, geleias e conservas, como a feira está dentro de um centro de distribuição da agricultura familiar conta com venda direta de, fubá, mel e melado, rapadura, cachaça, massas (secas, congeladas e recheadas), no entanto, pouca variedade de produtos gastronômicos conta somente com a venda isolada de pastel.

Nesta seção percebe-se que tanto as feiras menores quanto as mais consolidadas os fatores limitantes e as possibilidades são de características muito parecidas. No momento da implementação das feiras a dependência das prefeituras, sindicatos e organizações são fundamentais para a construção e viabilização do espaço para a realização da feira e posteriormente o auxílio nas certificações dos produtos e formação tecnológica para criação e desenvolvimento de novos produtos.

Todas as informações deste item foram retiradas e percebidas do relatório desenvolvido pelo pesquisador pela observação direta nos dias referidos e destinado a cada feira em específico, neste sentido foi possível realizar a interpretação e características específicas dos feirantes e potenciais de cada município.

7.2 PARTICIPAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS FEIRAS LIVRES PESQUISADAS

Após a aplicação do questionário do Apêndice A, detectou a participação da agricultura familiar dentro das feiras urbanas, e esta relação organizacional produtiva familiar caracteriza e fomenta a sociedade rural.

A Tabela 3 a seguir vem demonstrar dentro do objeto de estudo a participação da agricultura familiar dentro do universo de feirantes que compõe as feiras pesquisadas.

Tabela 2 - Participação da Agricultura Familiar em relação ao número dos feirantes

Municípios lindeiros	Feirantes Totais	Agricultores Familiares	Moradores Urbanos participantes da Feira	Pesque Pague e Criadores de pescados
1. Terra Roxa	20	20	–	–
2. Marechal Cândido	18	14	4	–

Rondon				
3. Pato Bragado	3	3	–	–
4. Entre Rios do Oeste	4	3	1	–
5. Santa Helena do Oeste	14	8	4	2
6. Foz do Iguaçu	8	8	–	–
7. Medianeira	20	18	1	1
Total	87	74	10	3

Fonte: O autor, (2019)

Percebe-se, de acordo com a Tabela 2, que do total de 87 feirantes 74 pertence a agricultura familiar totalizando: 85% dos feirantes dos municípios analisados, corroborando com Lamarche (1993) que descreve a relação e participação da agricultura familiar nas feiras urbanas provoca a autonomia social, importância estrutural familiar, autarquia do sistema econômico, a inter-relação do homem do campo com o urbano e provoca o prestígio estabelecido por esta ligação ente as sociedades envolvidas.

Importante destacar o papel das feiras livres realizada pela agricultura familiar como impulsionadora do desenvolvimento local, pela qualidade produtiva, geradora de alimentos, cuidados com a natureza e propulsora de condições econômicas e sociais (ZANCO *et al.* 2017; SCHNEIDER, 2010).

A feira livre comprovou ser um excelente exemplo de atividade pluriativa, pela quantidade de produtos apresentados nas feiras focadas nos aspectos organizacionais do processo produtivo do campesinato alocando todos os integrantes da família, investimentos, relações de gênero e adaptação ao mercado (SCHNEIDER, 2003, SCHNEIDER, 2010; ABRAMOVAY, 1992).

7.1 PERCEPÇÕES SOBRE AS FEIRAS DOS PRODUTORES RURAIS DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU: IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES

Com intuito de analisar a percepção dos feirantes sobre as dimensões e indicadores de acordo com a indicação das técnicas utilizadas na metodologia da pesquisa faremos uma análise de todos os municípios na mesma ordem cronológica

apresentada e logo, um comparativo entre todos os municípios referentes a amostra.

7.3.1 Percepções sobre a feira de Terra Roxa

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontram-se as tabelas que se estendem da 4 a 8 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Terra Roxa.

A Tabela 04 (Apêndice D) refere-se às análises descritivas para a dimensão 'participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira' e seus respectivos indicadores, onde é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. Os indicadores com maior pontuação, sendo considerado como extremamente importante pelos entrevistados foi a participação da Secretaria da Agricultura, empatada com a participação da cooperativa no auxílio, gestão e organização da feira, enquanto que os tidos como menores importância, considerado como medianamente importante foi a participação do Sindicato Rural e entidades educacionais, na percepção dos entrevistados.

Ainda de acordo com a Tabela 4, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados como medianamente implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, inclusive no indicador que menor valor médio obteve para a importância a ele atribuída. Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas e privadas na organização do evento em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, associações e uma percepção ainda maior em relação as entidades educacionais. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas e privadas na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 5 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram

percepcionados como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que os indicadores que receberam maiores valores foram em relação ao local e adequação, a relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação e a limpeza do espaço onde é realizada a feira. No entanto, recebeu menor valor foi com relação a organização e bem-estar do local do evento.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 05, verifica-se que a maioria dos indicadores foi percebido como bastante implementado, ficando apenas dois indicadores com um índice mediano, qualidade e adequação do espaço, e a relação com o lixo produzido.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização desta.

De acordo com a Tabela 6 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde os indicadores relacionados à contribuição econômica da realização da Feira para o produtor rural, mas com um valor médio menor, o indicador relacionado ao consumo do produto pelo público em geral durante a feira, foi considerado como o menos importante dentro da 'dimensão econômica'.

Ainda de acordo com a Tabela 6, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como medianamente implementado, embora os indicadores relacionados a contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural e aos valores aplicados nos produtos na Feira serem condizentes com a realidade ter sido o melhor avaliado, quase alcançando o limite para ser considerado bastante implementado. Com relação ao indicador com menor valor médio de implementação, observa-se que um dos indicadores com maior valor médio de importância para os entrevistados é o que se encontra menos implementado, ou seja, o consumo oferecido durante a Feira e em seguida o ano todo.

Com base nos valores apresentados na Tabela é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e

consequentemente, o desenvolvimento rural sustentável. Porém, observa-se que sua efetiva implementação ainda está aquém do esperado pelos produtores rurais de Terra Roxa.

Com base na Tabela 7 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira, o constructo de destaque considerado bastante importante e medianamente implementado, foi a Importância da feira para a fixação do agricultor no campo. Embora a média para a implementação tenha alcançado o valor correspondente está medianamente implementado, um indicador teve sua média considerada como pouco implementado, sendo ele, a expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural com um percentual muito abaixo dos outros dados apresentados.

Analisando a Tabela 7 é possível afirmar que o produtor rural e agricultor familiar o reconhecem a importância da participação nas feiras rurais, pois consiste numa grande oportunidade para o desenvolvimento rural sustentável, colaborando com a proximidade do urbano com o rural, proporcionando oportunidades de realizações de negócios futuros. Ainda é possível verificar que para os produtores, a realização da Feira está contribuindo para a fixação do produtor no campo, como acreditam ser importante.

Analisando a Tabela 8 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância, é maior do que sua efetiva implementação na Feira do Produtor de Terra Roxa, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, a disponibilidade quantitativa do produto no evento apresenta a menor importância.

7.1.1 Percepções sobre a Feira de Marechal Cândido Rondon

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 9 a 13 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de

importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Marechal Cândido Rondon.

Pode ser observado na Tabela 9 que se encontra no Apêndice D a importância e implementação do constructo 'participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira' em Marechal Cândido Rondon.

Analisando a Tabela 9 é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. O indicador com maior pontuação, sendo considerado como extremamente importante pelos entrevistados foi a participação, organização e auxílio do sindicato rural, logo em seguida empatados a participação da prefeitura, cooperativas e entidades educacionais na gestão e organização da feira.

Ainda de acordo com a Tabela 9, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados muito baixos e pouco implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, inclusive no indicador com menor valor médio (o auxílio do sindicato rural) caracteriza-se uma grande importância e pouca implementação a ele atribuída. Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas e privadas na organização da feira em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, associações e entidades educacionais. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas e privadas na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 10 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que o indicador, que recebeu maior valor foi em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto na feira. No entanto, recebeu menor valor foi com relação ao local, qualidade, adequação, organização e bem-estar tanto do expositor quanto do público que frequenta a feira.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 10, verifica-se que a maioria dos indicadores foi percebido como bastante implementado, ficando apenas um indicador com um índice mediano, relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a ‘dimensão ambiental’ nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização desta.

De acordo com a Tabela 11 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo ‘dimensão econômica’ como bastante importante em todos os seus indicadores, onde os indicadores relacionados são de extrema importância para a contribuição econômica do produtor rural, no entanto o indicador considerado como o menos importante para os entrevistados dentro da ‘dimensão econômica’ está relacionado ao consumo de produtos pelo público durante a feira.

Ainda de acordo com a Tabela 11, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados entre a relação da importância e implementação dos constructos ficaram com pouca diferença, o indicador com maior destaque é a importância da feira como atividade econômica na vida do produtor rural e os produtos oferecidos condizentes com a realidade econômica do município de Marechal.

Com base nos valores apresentados na Tabela 11 é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável.

Com base na Tabela 12 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da ‘dimensão social’ em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira, o constructo de destaque considerado bastante importante e medianamente implementado, é a oportunidade de novos negócios para o produtor rural. Embora a média para a implementação tenha alcançado o valor correspondente a esta medianamente implementado, um indicador teve sua média considerada como pouco implementado, sendo ele, a expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural com um percentual muito a baixo dos outros dados apresentados.

Analisando a Tabela 12 é possível afirmar que o produtor rural e agricultor familiar o reconhecem a importância da participação nas feiras rurais, pois consiste numa grande oportunidade para o desenvolvimento rural sustentável, colaborando com a proximidade do urbano com o rural, proporcionando oportunidades de realizações de negócios futuros. Ainda é possível verificar que para os produtores, a

realização da Feira está contribuindo para a fixação do produtor no campo, e o impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos como fatores decisivos para continuidade e destaque da feira central de Marechal.

Analisando a Tabela 13 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, a disponibilidade quantitativa do produto no evento apresenta a maior importância.

Embora o valor médio para a implementação do constructo tenha sido considerado como bastante implementado, os indicadores relacionados à variedade e disponibilidade de produtos ofertados na feira foi considerado bastante implementado pelos entrevistados.

Ainda de acordo com a Tabela 13 é possível deduzir na visão do produtor, caberia mais produtos regionais, caracterizando como feira com fortes traços cultural e regional

7.1.2 Percepções sobre a Feira do município de Pato Bragado

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 14 a 18 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Pato Bragado.

Apresenta-se a seguir uma análise descritiva das tabulações referente ao grau de importância dado às dimensões e indicadores do estudo, de acordo 'participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras' em Pato Bragado, que pode ser observado na Tabela 14 que se encontra no Apêndice D.

Analisando a Tabela 14 é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. Os indicadores com maior pontuação, sendo considerado como extremamente importante pelos entrevistados foram a

participação, organização e auxílio da prefeitura (Secretaria da Agricultura) e sindicato rural, logo em seguida empatados encontram-se a participação das cooperativas e entidades educacionais na gestão e organização da feira.

Ainda de acordo com a Tabela 14, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que dois indicadores foram considerados muito baixos e pouco implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, o indicador com menor valor médio (o auxílio do sindicato rural) caracteriza-se uma grande importância e pouca implementação a ele atribuída.

Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas na organização da feira em destaque a secretaria da agricultura e o sindicato rural. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas maior apoio na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 15 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que todos os indicadores foram considerados de extrema importância para a realização da feira.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 15, verifica-se que existe uma disparidade na implementação dos indicadores, dois indicadores com um índice muito baixo, como adequação ao local da feira; qualidade, adequação e conseqüentemente interfere na limpeza, na segurança alimentar e bem-estar dos feirantes e consumidores.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização desta.

De acordo com a Tabela 16 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde os indicadores relacionados à contribuição econômica da realização da Feira para o produtor rural, a importância do lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor e os valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade destacam-se entre os demais, porém com um valor médio menor, o indicador relacionado ao

consumo do produto pelo público em geral durante a feira, foi considerado como o menos importante dentro da 'dimensão econômica'.

Ainda de acordo com a Tabela 16, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como medianamente implementado, embora os indicadores relacionados a contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural e aos valores aplicados nos produtos na Feira serem condizentes com a realidade ter sido o melhor avaliado, e implementados. Com relação aos indicadores com menor valor médio de implementação, observa-se a relação com o consumo oferecido durante a Feira e em seguida o ano todo.

Com base nos valores apresentados na Tabela 16 é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável. Porém, observa-se que sua efetiva implementação ainda está aquém do esperado pelos produtores rurais de Pato Bragado.

Com base na Tabela 17 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira, os constructos em destaques considerado bastante importante e bem implementado, são a expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural, a oportunidade de novos negócios para o produtor rural e Importância da feira para a fixação do agricultor no campo.

Analisando a Tabela 17 é possível afirmar que o produtor rural e agricultor familiar o reconhecem a importância da participação nas feiras rurais, e percebe-se a ausência de mais produtores como foi diagnosticado pela média apresentada e conseqüentemente o aparente impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo dos produtos oferecidos.

Analisando a Tabela 18 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, nota-se a relação do produto ofertado e seus registros competentes e a disponibilidade quantitativa de produtos como mais representativos.

Os valores médios entre importância e implementação dos constructos apresentaram uma disparidade significativa longe de uma situação desejada pelos produtores.

Ainda de acordo com a Tabela 18 é possível deduzir na visão do produtor, que o baixo consumo está relacionado com a baixa demanda de oferta.

7.1.3 Percepções sobre a feira de Entre Rios do Oeste

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 19 a 23 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Entre Rios do Oeste.

Analisando a Tabela 19 (Apêndice D) refere-se sobre a participação das organizações pública e privada é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. Todos os indicadores apresentaram pontuação máxima, considerado como extremamente importante pelos entrevistados.

Ainda de acordo com a Tabela 19, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados mais baixos, porém com certa implementação em relação aos outros municípios, ou seja, destaca-se importância atribuída para os mesmos, no entanto, identificou-se apenas a não participação do sindicato rural. Isto demonstra boa participação das organizações públicas e privadas no auxílio da organização, gestão e promoção da feira em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, prefeitura, associações e entidades educacionais.

De acordo com a Tabela 20 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 20, verifica-se que a maioria dos indicadores foi percebido como bastante implementado, ficando apenas dois indicadores com um índice mediano,

mais pratos gastronômicos e uma adequação maior do espaço para a realização da feira.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como um local com qualidade para a realização da feira.

De acordo com a Tabela 21 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde a contribuição econômica considera fator determinante para realização da Feira do produtor rural. Somente os indicadores relacionados ao consumo e valores e lucro dos produtos não alcançaram a máxima importância.

Ainda de acordo com a Tabela 21, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como satisfatoriamente implementado, embora os mesmos indicadores anteriores consumo, valores condicentes ao mercado e lucro detectou-se uma média mais baixa aos outros constructos.

Com base nos valores apresentados na Tabela 21 é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável. Porém, observa-se que sua efetiva implementação pode ser ainda maior dentro de todo potencial agrícola que o município representa.

Com base na Tabela 22 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira, os constructos em destaques considerados bastante importantes e bem implementados, são a expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural, a oportunidade de novos negócios para o produtor rural e importância da feira para a fixação do agricultor no campo.

Analisando a Tabela 22 é possível afirmar que o produtor rural e agricultor familiar o reconhecem a importância da participação nas feiras rurais, e percebe-se a ausência de mais produtores como foi diagnosticado pela média apresentada e conseqüentemente o aparente impacto da feira na sociedade e na cultura do

consumo dos produtos oferecidos e conseqüentemente a feira pode vir a tornar-se uma ótima oportunidade de novos negócios para os agricultores.

Analisando a Tabela 23 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, a disponibilidade de encontrar os produtos da agricultura familiar fora da feira e a obtenção de registros municipais para impulsionar a comercialização foram os mais sinalizados. Embora o valor médio para a implementação do constructo tenha sido considerado de média implementado, os indicadores relacionados ao registro dos produtos pelos órgãos competentes, variedade de produtos e disponibilidade quantitativa ficaram negativamente sinalizados.

Ainda de acordo com a Tabela 23 é possível deduzir na visão do produtor, que caberia mais produtores com produtos regionais, aumentando a oferta para atrair mais demanda.

7.1.4 Percepções sobre a Feira do Município de Santa Helena do Oeste

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 24 a 28 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Santa Helena do Oeste

Na sequência apresenta-se as tabulações e análises descritivas referentes ao grau de importância dado às dimensões e indicadores do estudo, de acordo com a participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras de Santa Helena do Oeste.

Analisando a Tabela 24 (Apêndice D) é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. O indicador com maior pontuação,

sendo considerado como extremamente importante pelos entrevistados foi a participação, organização e auxílio das associações e cooperativas de produtores, logo em seguida empatados as demais entidades.

Ainda de acordo com a Tabela 24, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados muito baixos e pouco implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, inclusive no indicador com menor valor médio (o auxílio das entidades educacionais) caracteriza-se uma grande importância e pouca implementação a ele atribuída. Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas e privadas na organização da feira em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, prefeitura, associações e entidades educacionais. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas e privadas na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 25 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que os indicadores que receberam maiores valores foram em relação ao local e adequação, a relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação e a limpeza do espaço onde é realizada a feira.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 25, verifica-se que a maioria dos indicadores foi percebido como bastante implementado, ficando apenas três indicadores com um índice mediano, qualidade e adequação do espaço, bem-estar e a relação com o lixo produzido.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização desta.

De acordo com a Tabela 26 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde destacou a importância que a feira tem na vida do pequeno produtor rural.

Ainda de acordo com a Tabela 26, observa-se que o valor médio

percepcionado pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como bastante implementado, embora o indicador relacionado ao consumo do produto pelo público em geral durante a feira apresenta um menor valor médio de implementação, no entanto, com grande importância para os entrevistados.

Com base nos valores apresentados na Tabela 26 é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável.

Com base na Tabela 27 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira, os constructos em destaques considerado bastante importante e bem implementado são a relação da feira como uma grande oportunidade de negócio para o produtor rural e a efetiva participação.

Analisando a Tabela 27 é possível afirmar que o produtor rural e agricultor familiar o reconhecem a importância da participação nas feiras rurais, e percebe-se a ausência de mais produtores como foi diagnosticado pela média apresentada e conseqüentemente uma grande necessidade de planejamento para o desenvolvimento da feira como alternativa do turismo rural.

Analisando a Tabela 28 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, e a variedade produtos ofertados no evento apresenta a maior importância.

Embora o valor médio para a implementação do constructo tenha sido considerado como bastante implementado, os indicadores de destaque foram a relação da certificação e os produtos regionais da agricultura familiar.

Ainda de acordo com a Tabela 28 é possível deduzir que na visão do produtor, caberia mais variedade e disponibilidade quantitativa de produtos para o evento.

7.1.5 Percepção sobre a Feira do Município de Foz do Iguaçu

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 29 a 33 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Foz do Iguaçu.

Na sequência apresenta-se as tabulações e análises descritivas referentes ao grau de importância dado às dimensões e indicadores do estudo, de acordo com a participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras no Município de Foz do Iguaçu.

Analisando a Tabela 29 (Apêndice D) é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação à implementação. Todos os indicadores apresentaram pontuação similar sendo considerados extremamente importantes pelos entrevistados.

Ainda de acordo com a Tabela 29, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados muito baixos e pouco implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, inclusive no indicador com menor valor médio (o auxílio do sindicato rural) caracteriza-se uma grande importância e pouca implementação a ele atribuída. Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas e privadas na organização da feira em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, associações e entidades educacionais. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas e privadas na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 30 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que o indicador que recebeu maior valor foi a relação ao tipo de produto com qualidade oferecido pelo produtor rural, ainda mais se tratando de uma feira agroecológica. No entanto, receberam menor valor em relação à importância do local da feira na relação à organização e limpeza.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 30, verifica-se que há uma grande variação dos indicadores referente a

implementado, detectou-se um indicador como bastante implementado que é a relação com os cuidados com o lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.

No entanto, dois indicadores com índices relativos bem abaixo das medias apresentadas, qualidade e adequação do espaço, e a relação ao bem-estar do feirante e consumidor.

Este resultado demonstra a certa importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização da feira, ainda mais por ser uma feira 100% agroecológica.

De acordo com a Tabela 31 (Apêndice D) verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde o indicador relacionado à contribuição econômica da realização da Feira para o produtor rural, foi considerado como o mais importante dentro da 'dimensão econômica'.

Ainda de acordo com a Tabela 31, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como medianamente implementado, embora os indicadores relacionados a contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural, os valores aplicados nos produtos na Feira e o lucro obtido pelos agricultores serem condizentes com a realidade ter sido o melhor avaliado, quase alcançando o limite para ser considerado bastante implementado. No entanto, a relação ao indicador com menor valor médio de implementação, observa-se que um dos indicadores com menor valor médio de importância para os entrevistados é o que se encontra menos implementado, ou seja, o consumo oferecido durante a feira e em seguida o ano todo.

Com base nos valores apresentados na Tabela 31 é possível afirmar que a feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável. Porém, observa-se que sua efetiva implementação ainda está aquém do esperado pelos produtores rurais de Foz do Iguaçu.

Com base na Tabela 32 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira.

Com relação aos valores médios atribuídos para a importância e implementação do constructo 'relação da importância da feira para a fixação do homem no campo e a criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor apresentaram maiores índices de importância. No entanto, a relação entre a feira e o potencial turístico de Foz do Iguaçu apresentou a média mais baixa na percepção do produtor rural.

Em relação ao índice que se destaca como mais implementado é a criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural, e a menor média e valores médios atribuídos para a importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' e seus respectivos indicadores, os mesmos encontram-se descritos na Tabela 33, a seguir no município de Foz do Iguaçu. Com relação ao item expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural, coincidindo com a menor média de importância.

Analisando a Tabela 33 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, e a variedade de produtos ofertados pelos feirantes apresenta a maior importância, no entanto, a disponibilidade de encontrar os produtos ofertados fora do evento e os registros nos órgãos competentes apresentaram as menores médias.

O valor médio para a implementação do constructo foi considerado como satisfatoriamente implementado, o indicador relacionado à variedade de produtos ofertados na feira foi considerado bastante implementado pelos entrevistados. Porém a menor média está relacionada com disponibilidade quantitativa do produto no evento impactando na relação de consumo e promoção da feira.

Ainda de acordo com a Tabela 33 é possível deduzir na visão do produtor, que caberia mais produtores que venham oferecer mais produtos agroecológicos, fortalecendo os laços entre o rural e urbano que atenda esta exigência do mercado consumidor.

7.1.6 Percepções sobre a feira do Município de Medianeira

Neste item apresenta-se as análises descritivas dado às dimensões e indicadores do estudo. No Apêndice D encontra-se as tabelas que se estendem da 34 a 38 com as médias descritas referente a pesquisa, bem como o grau de importância e implementação percebido, de acordo com os constructos analisados sobre o município de Medianeira

Na sequência apresentam-se as tabulações e análises descritivas referentes ao grau de importância dado às dimensões e indicadores do estudo, de acordo com a participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras de Medianeira.

Analisando a Tabela 34 (Apêndice D) é possível verificar que o valor médio para todos os indicadores com relação à importância percebida ficou maior que para as médias em relação a implementação. O indicador com maior pontuação, sendo a participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais, logo em seguida a participação das entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras. No entanto, o índice com menor pontuação em destaque foi a participação do sindicato rural.

Ainda de acordo com a Tabela 34, com relação aos valores médios atribuídos para a implementação deste constructo, observa-se que todos os indicadores foram considerados muito baixos e pouco implementados, ou seja, aquém da importância atribuída para os mesmos, inclusive no indicador com maior valor médio, o auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais está aquém de uma implementação satisfatória.

Isto demonstra uma insatisfação dos produtores quanto ao auxílio das organizações públicas e privadas na organização da feira em todos os níveis questionados: secretaria da agricultura, associações e entidades educacionais. Considera-se após a análise da média final do constructo que os produtores esperam uma maior participação das organizações públicas e privadas na organização e gestão do evento.

De acordo com a Tabela 35 (Apêndice D) é possível observar que todos os indicadores, assim como a média do constructo 'dimensão ambiental' foram percebidos como bastante importantes pelos entrevistados, sendo que os indicadores que receberam maiores valores foram à relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto e cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente. No entanto, apresentou a menor

média a relação ao local da feira: qualidade e adequação.

Já com relação à implementação do constructo, ainda de acordo com a Tabela 35, verifica-se que a maioria dos indicadores foi percebido como medianamente implementado, detectou-se o indicador cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente com a maior média, e a relação aos pratos gastronômicos: qualidade como menor média de implementação.

Este resultado demonstra a importância atribuída para a 'dimensão ambiental' nos indicadores questionados indicando que o produtor rural reconhece a importância dos cuidados ambientais, tanto na questão da produção, abate, comercialização e manipulação dos produtos oferecidos na feira, bem como o local para a realização desta.

De acordo com a Tabela 36 (Apêndice D), verifica-se que os entrevistados consideraram o constructo 'dimensão econômica' como bastante importante em todos os seus indicadores, onde o consumo do produto no decorrer do ano pelo público em geral apresentou a maior média, no entanto, o consumo atual dos produtos na feira apresentou a menor média em virtude da crise econômica que assola o país.

Ainda de acordo com a Tabela 36, observa-se que o valor médio percebido pelos entrevistados com relação à implementação do constructo ficou como medianamente implementado, embora os indicadores relacionados a contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural e conseqüentemente o lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor terem sido os melhores avaliados, quase alcançando o limite para ser considerado bastante implementado. Com relação ao indicador com menor valor médio de implementação, observa-se que um dos indicadores com menor valor médio de importância para os entrevistados é o que se encontra menos implementado, ou seja, o consumo oferecido durante a Feira e em seguida os valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.

Com base nos valores apresentados na Tabela 36 é possível afirmar que a Feira é de grande importância para a economia e lucratividade do produtor rural e conseqüentemente, o desenvolvimento rural sustentável. Porém, observa-se que sua efetiva implementação e venda ainda está aquém do esperado pelos produtores rurais de Medianeira.

Com base na Tabela 37 (Apêndice D) é possível observar que os valores atribuídos para a importância da 'dimensão social' em todos os seus indicadores são maiores que a efetiva implementação dos mesmos na Feira.

Com relação aos valores médios atribuídos para a importância a efetiva participação do produtor rural na feira destacou-se com maior índice de importância. No entanto, a relação entre a feira e o potencial turístico apresentou a média mais baixa na percepção do produtor rural.

Em relação ao índice e que destaca como mais implementado é a Importância da feira para a fixação do agricultor no campo, e a menor média a expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural, coincidindo com a menor média de importância.

Analisando a Tabela 38 (Apêndice D) observa-se que igualmente às demais dimensões, os valores médios atribuídos para a importância do constructo 'relação dos produtos comercializados' é maior do que sua efetiva implementação na Feira, sendo que todos os indicadores do constructo foram considerados como bastante importantes, a variedade dos produtos ofertados na feira apresenta a maior importância.

Embora o valor médio para a implementação do constructo tenha sido considerado como mediamente implementado, os indicadores relacionados ao produto regional com a agricultura familiar e variedade de produtos ofertados na feira apresentaram as maiores médias de implementado pelos entrevistados.

Ainda de acordo com a Tabela 38 é possível deduzir na visão do produtor, caberia a possibilidade de encontrar os produtos ofertados pelos agricultores fora da feira, uma relação melhor com os órgãos reguladores e uma disponibilidade quantitativa de produtos, no entanto a feira de Medianeira caracteriza-se uma feira com fortes traços cultural e regional.

7.2 COMPARATIVO ENTRE A PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Esta seção tem o objetivo de contrastar e discutir os dados apresentados na seção anterior e propor uma visão geral de todas as feiras e todos os constructos analisados através da Tabela 39 e do Gráfico 3, sendo possível relacionar para cada

município suas médias com sua linha de importância e implementação.

Tabela 39 - Síntese das médias de importância e implementação dos constructos analisados nas feiras objeto de estudo

Feira / Município	Constructos									
	Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira		Dimensão Ambiental		Dimensão Econômica		Dimensão Social		Relação dos produtos comercializados	
	Impor.	Imple.	Impor.	Impor.	Impor.	Impor.	Imple.	Imple.	Imple.	Imple.
Terra Roxa	4,78	3,06	4,88	3,95	4,67	3,71	4,56	3,78	4,49	3,75
Marechal Cândido Rondon	4,31	2,36	4,67	3,93	4,73	4,22	4,56	3,65	4,51	3,84
Pato Bragado	4,83	3,17	4,96	3,63	4,67	3,33	4,78	4,28	4,33	2,47
Entre Rios do Oeste	5	3,67	5	4,04	4,8	4,07	4,89	3,44	4,53	3,6
Santa Helena do Oeste	4,86	3,03	4,92	4,06	4,80	4,02	4,70	3,59	4,73	3,93
Foz do Iguaçu	4,05	2,85	4,48	3,45	4,64	3,36	4,23	3,87	4,28	3,92
Medianeira	4,02	3,12	4,12	3,6	4,27	3,75	4,01	3,39	4,07	3,48

Fonte: O autor, (2019)

Percebe-se ao analisar os valores em comparativo entre todos os municípios pesquisados, constatou-se que não possuíram uma grande variação pelas notas atribuídas, outro ponto percebido, que as notas atribuídas a expectativa superaram as notas relacionadas à implementação assegurando o entendimento dos feirantes em relação à pesquisa aplicada e certificando o método utilizado para o diagnóstico pretendido.

Em relação aos constructos; **a participação das organizações na gestão das feiras**, Marechal Candido Rondon destacou-se com a maior variação seguida por Foz do Iguaçu, pois se percebe em entrevista com os gestores das duas feiras, que os produtores esperam políticas públicas que assegurem seus interesses particulares, no caso de Marechal Candido Rondon um apoio para certificações e apoio tecnológico para desenvolvimento de novos produtos, e Foz do Iguaçu espera apoio nas condições estruturais para a realização da feira.

Dimensão ambiental, este item os municípios apresentaram números muitos parecidos com pouca variação, porem em entrevista com os gestores de Terra Roxa, Pato Bragado e Santa Helena relataram uma grande preocupação com os altos índices de agrotóxicos na região, impactando diretamente na produção de frutas, fator percebido pelo pesquisador, pela pouca opção de oferta nas barracas.

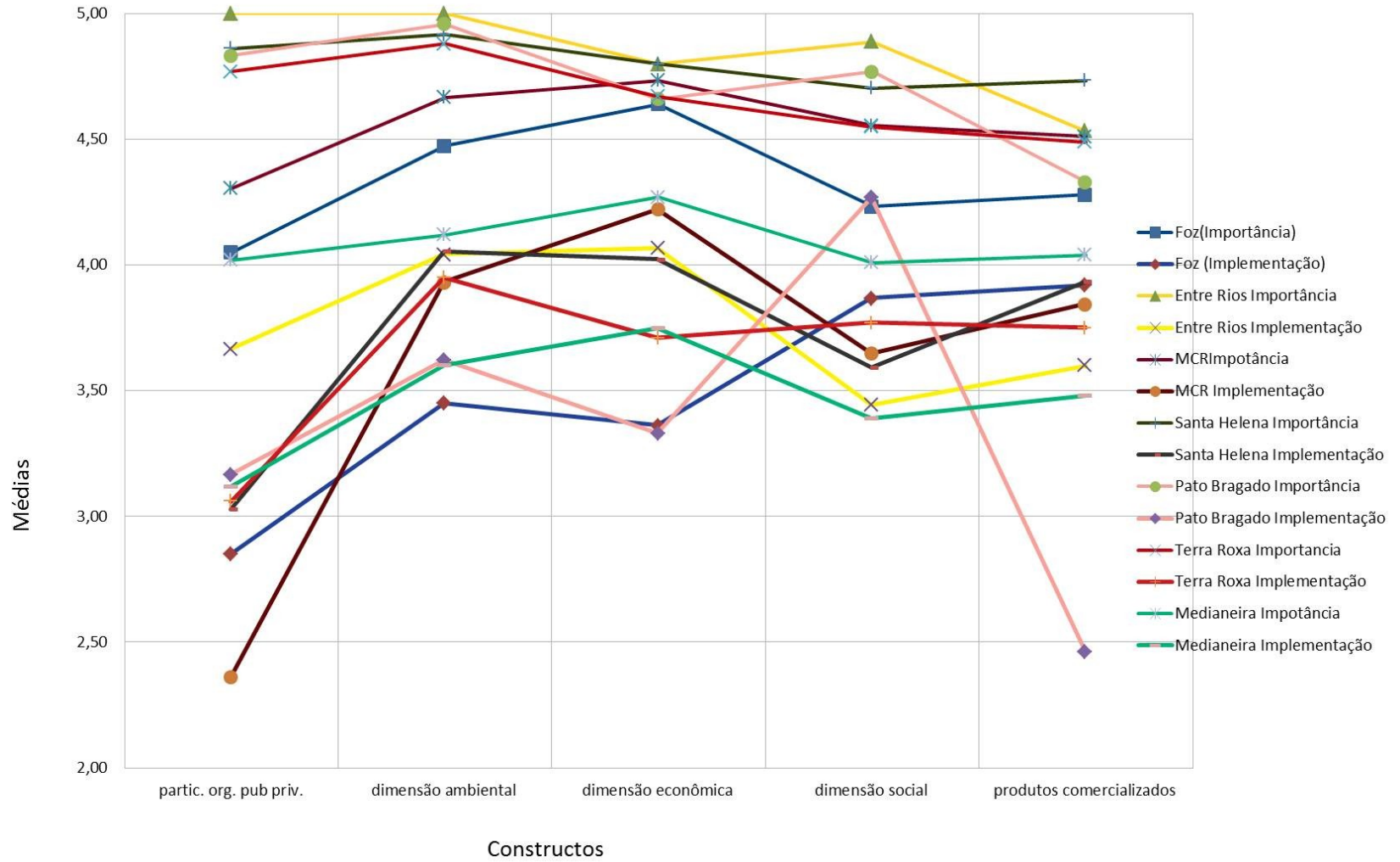
Dimensão econômica, o município de Pato Bragado e Foz do Iguaçu apresentaram a maior Variação entre importância e implementação, e esta percepção pode estar relacionada com a grande expectativa do potencial atribuído a venda destas duas feiras e a relação com o turismo que envolve particularmente estes dois municípios.

Dimensão social todos os municípios apresentaram medias muito similares porem o município de Pato Bragado apresentou a maior variação, pode estar relacionado à importância da feira para o empoderamento feminino e a relação de reconhecimento pessoal que as feirantes recebem dos turistas-consumidores.

Relação dos **produtos comercializados**, o município de Pato Bragado se destacou por apresentar a maior variação percebida, pode estar relacionado com o grande potencial reconhecido pelas feirantes e a consequência de pouca oferta de produtos apresentada na feira.

O gráfico 3 a seguir propõe uma visualização gráfica de todas as medias em relação aos constructos e logo uma discussão das principais características individualiza de cada feira.

Gráfico 3 - Visualização de todas as medias em comparação os constructos sua importância, implementação e as feiras pesquisadas.



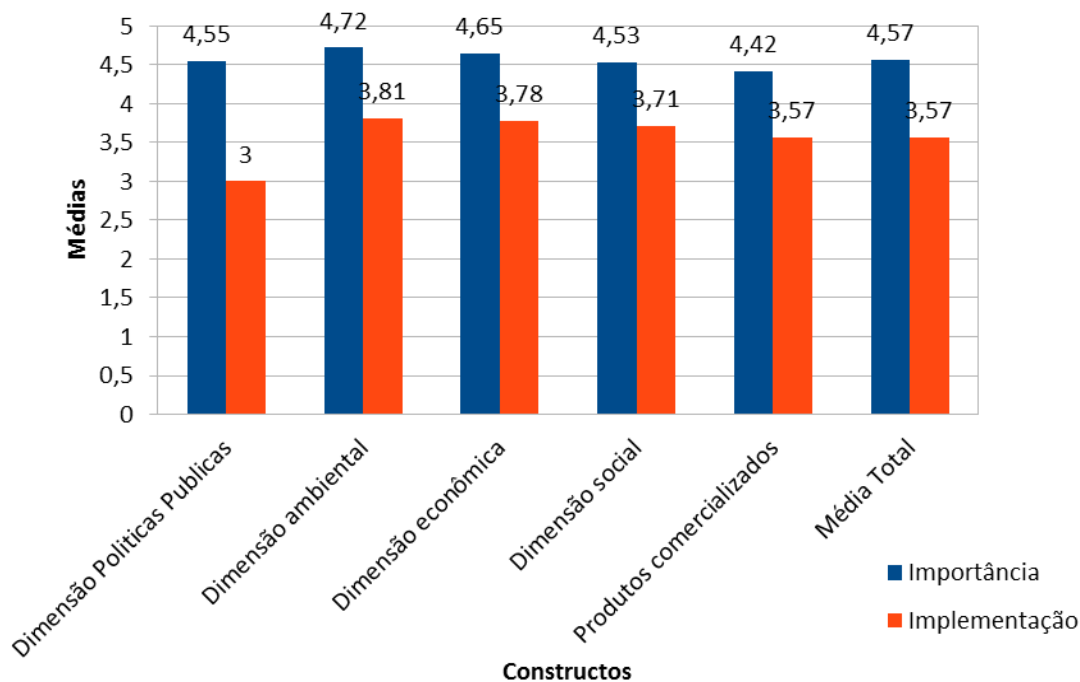
Fonte: O autor, (2019)

Percebe-se após a análise no Gráfico 3, os municípios que destacaram nas menores e maiores média dos constructos relacionados:

- Município de Entre Rios do Oeste: Destaca-se dentro das feiras rurais dos municípios Lindeiros quando se propõe um comparativo entre todas as médias gerais relacionadas a importância e apresentou pouca variação entre os constructos relacionados. Isso pode estar relacionado com a influência da prefeitura dentro da organização e realização da feira. Na relação de comparação da implementação dos constructos, o Município de Entre Rios obteve a maior média em relação ao poder público para a gestão da feira, porém apresenta uma queda significativa na dimensão social, provavelmente pela pouca oferta de produtores e produtos.
- Município de Medianeira: Apresenta menor média em relação a participação das organizações públicas, isto pode estar relacionado com a não dependência do poder público para a realização da feira ou uma política de uma gestão independente, como é o caso da feira mais antiga e consolidada da região.
- Município de Marechal Cândido Rondon: Apresentou a média mais baixa em relação ao constructo em relação com o poder público, por ser considerada uma feira mais antiga e consolidada, porém, uma média alta em relação ao constructo econômico, sugere-se a grande satisfação, reconhecimento e importância que a feira tem na vida do produtor rural da cidade mencionada.
- Município de Pato Bragado: Apresenta a maior média no constructo social pela grande relação com o turismo, porém a menor média em relação aos produtos comercializados, isto pode estar representado pela demanda e oferta da feira, a presença de mais produtores atrairia um maior número de turistas.
- Município de Terra Roxa: Destacou-se em relação à média da implementação pela linearidade de todos os constructos apresentados mantendo uma boa média em todos os quesitos avaliados.

No Gráfico 4, a seguir, a ideia é propor uma análise geral de todas as médias dos constructos e sua relação com a importância e implementação das feiras relacionadas.

Gráfico 4 – Análise das médias gerais de todos os constructos relacionando a Importância e Implementação de todas as feiras.



Fonte: O autor, (2019).

No Gráfico 4 é possível observar na visão de todos os feirantes a relação das médias gerais de importância e implementação para todos os constructos analisados. Neste estudo a dimensão das Políticas Públicas apresentou a maior variação com a média da implementação bem inferior da importância. Em seguida a média da dimensão ambiental e dimensão econômica são as que mais se aproximam sugere-se que para os feirantes tanto a importância quanto a implementação destes constructos estão cobertos.

7.5 DISCUSSÕES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS

Com base nas análises realizadas no item anterior, os principais resultados observados na presente investigação são discutidos a seguir.

7.5.1 CONSTRUCTO POLÍTICAS PÚBLICAS

Após as análises dos dados gerais do constructo da organização das políticas públicas direcionada ao meio rural, detectou-se a feira livre como promotora para o desenvolvimento local. Neste sentido é fundamental fomentar uma gestão das políticas governamentais, participativa e descentralizada que combate à pobreza, promoção a segurança alimentar, apoio a infraestrutura, disponibilização de serviços básicos, redução dos impactos ambientais, inclusão de novas atividades e ocupações, (pluriatividade) agro industrialização, artesanato e turismo rural (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

E nesta perspectiva municípios com feiras mais recentes e em desenvolvimento dependem das organizações públicas, inicialmente no auxílio a criação, aquisição, implementação e infraestrutura que proporcionem condições para comercialização de seus produtos e ambiente favorável estimulando o consumo. No entanto municípios com feiras mais consolidadas recorrem ao poder público para a legalização de suas transações, apoio técnico para aumentar a produção e apoio tecnológico para desenvolvimento de novos produtos.

É necessária uma organização de diretivas voltadas para a agricultura familiar com política de segurança alimentar e nutricional pela compra de produtos diretamente dos agricultores com soluções que adequam os processos e viabilizam as feiras rurais, representando uma ação direta de grande importância para as redes agroalimentares ((MÜLLER, 2007; SAMBUICHI, 2014).

Percebe-se que para a adequação e reestruturação de uma política pública focada no desenvolvimento regional é importante a participação de todos os setores do município e suas Secretarias como; Agricultura, Turismo, Industria e Comercio, Cultura, Saúde e Assistência Social, correlacionarem de forma sistêmica para de forma conjunta construir ações que venham a fortalecer e consolidar as feiras livres com a participação da agricultura familiar

7.3 . 2 CONSTRUCTO AMBIENTAL

A necessidade de consciência sobre o cuidado com a Casa Comum, ou seja,

com a Terra, e com seus recursos naturais, provoca uma estrutura de um desenvolvimento sustentável que aponte para a necessidade de criar mecanismos e instrumentos de gestão ambiental, sendo capaz de coordenar o contexto social, econômico e agroecológico nas feiras livres. Neste sentido, as orientações de desenvolvimento sustentável devem guiar os sujeitos envolvidos e toda a sociedade para inovações tecnológicas que respeitem os valores fundamentais de sustentabilidade, isto conduz a emergência de novas instituições sociais que tenham como função assegurar a qualidade dos alimentos e relações do humano cultural e principalmente do meio ambiente (BOFF, 2012; FRANCISCO, 2016; NEUMANN; LOCK, 2002; SACHS, 1998; LEFF, 2003).

Detectou após as análises que as feiras livres não possuem uma política ambiental estruturada e funcional, ficando muito individualizada por cada produtor sem a presença de uma gestão integrada e formalizada pelo município. No entanto com o crescimento da procura por alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos os produtores mostraram preocupação com o entorno de suas propriedades pelos altos índices de agrotóxicos utilizados pelo agronegócio que influencia diretamente em seu processo produtivo.

7.3.1 CONSTRUCTO ECONÔMICO

Com a transformação do trabalho e da terra o pequeno agricultor obrigou-se a adaptar para este contexto de modernidade, sua mão de obra e trabalho estabeleceu-se o salário e o uso da terra denominou-se renda para o trabalhador rural. Sendo assim o desenvolvimento econômico inicialmente se baseou em uma sociedade tradicional com suas funções de produção limitada e conforme as turbulências sociais e políticas e principalmente o bom estado das vias de comunicação estabeleceu-se o comércio (POLANY, 1978; ROSTOW, 1974).

Neste ponto de vista, coloca-se em evidência o uso de diversos adjetivos que acompanham questões ligadas ao econômico, social, político, cultural, durável, viável e humano. Constroem-se a ideia de onde o social está no comando, o ecológico possui algumas restrições assumidas e busca-se recolocar o econômico em seu papel instrumental, procurando harmonizar todos esses fenômenos (SACHS, 1998).

Para esta análise levou-se em consideração a contribuição econômica e importância das feiras para o produtor rural, o lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual, o real valor dos produtos comercializados e o consumo dos produtos na feira.

Neste sentido identificou a importância econômica em todas as feiras livres pesquisadas, promovendo o reconhecimento profissional e melhoria na qualidade de vida de todos os sujeitos envolvidos.

7.3.2 CONSTRUCTO SOCIAL

A relação da melhoria da qualidade de vida da população, ou mesmo as características apresentadas do desenvolvimento social com liberdade intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento econômico observa-se a condicionante de sustentabilidade, nota-se a crescente demanda urbana por alimentos saudáveis, preservação das paisagens, do solo, da água e da biodiversidade emana a necessidade de caracterizar o desenvolvimento ambiental ou ecológico (SEN, 2000).

Para esta pesquisa buscou-se a relação com o turismo rural como forma de pluriatividade para o agricultor familiar, a relação de oportunidade de novos negócios para o produtor rural, o impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo dos produtos artesanais, a criação de novos produtos e, por fim, a importância da feira para a fixação do agricultor no campo.

No entanto, percebeu-se que somente os municípios de Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Santa Helena na temporada de verão, utilizam-se do turismo como alternativa de potencializar sua comercialização de seus produtos.

Outro ponto em destaque foi o grande número de feirantes mulheres comprovando ser um sistema altamente inclusivo que potencia o empoderamento feminino, aumentando as possibilidades econômicas e sociais de toda agricultura familiar.

7.3.3 CONSTRUCTO PRODUTOS COMERCIALIZADOS

No contexto das feiras livres como forma de comércio alternativo destacou-se

potencial tradicional dos produtos artesanais e saudáveis, por intermédio das cadeias curta como alternativa de distribuição, onde prioriza as relações de sociabilidades entre produtores e consumidores. São essas relações mercantis concretizadas nesses espaços que proporcionam as relações de confiança e diferenciação dos produtos ofertados. Esta venda direta de produtos comercializados entre agricultores e consumidores segundo Gazolla e Schneider (2017), é o principal canal de distribuição dos alimentos da agricultura familiar, neste sentido esta pesquisa buscou fortalecer a relação do regionalismo a variedade e alternativa para o produtor e consumidor, e por intermédio as políticas públicas buscar soluções que certifiquem a garantia e qualidade destes produtos.

As Feiras dos municípios como Terra Roxa, Marechal Candido Rondon, Santa Helena e Medianeira, destacaram-se pela quantidade de produtos ofertados, dando opções orgânicas, produtos artesanais e gastronômicos estabelecidos pelo maior número de feirantes que os outros municípios relacionados.

7.4 APLICABILIDADE DOS ODS EM RELAÇÃO ÀS FEIRAS LIVRES E O TURISMO RURAL

Os ODS foram desenhadas para focalizar e coordenar as políticas públicas em uma visão para o futuro da humanidade incluindo os pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), esses objetivos impulsionam as mudanças, de modo, em que nos aproximamos dos problemas globais, nacionais e locais, ajudando a ultrapassar as barreiras entre o trabalho dos diferentes atores e geografias gerando espaço e oportunidade para o surgimento de novas formas de colaboração em torno da agenda e problemas específicos.

Nesta abordagem percebeu-se que os ODS em conjuntura com as feiras urbanas com a participação da agricultura familiar, podem auxiliar as estratégias na construção de políticas públicas adequadas com objetivo de fortalecer o desenvolvimento local, os agricultores e principalmente a continuidade das feiras.

A implementação dos objetivos para um desenvolvimento sustentável justifica-se por algumas conclusões que no entender da pesquisa são fundamentais porque:

- a) Promovem um espaço de articulação conjunta para segmentar a política para lograr uma eficaz gestão dos recursos financeiros e naturais;

- b) Fortalecem as instituições do estado, para uma gestão aberta, moderna e eficiente;
- c) Permitem que as políticas públicas possam ser avaliadas da melhor forma para determinar seu êxito ou fracasso;
- d) Demarcam os objetivos e ordens das muitas coisas que o Estado está fazendo e enquadrá-las em uma linguagem com reconhecimento internacional;
- e) Representam uma oportunidade de estabelecer uma visão a longo prazo e coordenar os esforços sobre a conjuntura e seus desafios.
- f) E por ser uma agenda universal oportuniza uma implementação nacional, provincial e local muito mais benéfica.

Na próxima seção vamos contestar e responder o último objetivo específico, o qual propõe-se uma discussão em relação aos ODS e as feiras rurais, em específico as feiras do objeto em estudo.

7.6.1 AS ODS E AS FEIRAS RURAIS SUSTENTÁVEIS

Dentro dos 17 ODS identificou-se que em sua totalidade direta ou indiretamente todos os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável contribuem ou interferem com o propósito do objeto de estudo e promovem o desenvolvimento sustentável da região Lindeira ao Lago de Itaipu.

As ODS foram desenhadas para focalizar e coordenar as políticas pública para uma visão futurística da humanidade, o qual os pilares, econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, são metas obrigatórias dos governos que tenham assumido o compromisso moral de aplica-las em função das particularidades dos territórios, por esta razão esta pesquisa propõe este campo de estudo e analise.

Neste sentido dentro dos 17 ODS e as feiras analisadas, estabeleceu-se um diálogo por blocos temáticos que compõem um entendimento de interpretação e posicionamento semelhante facilitando para o entendimento e apoio estratégico para as políticas pública. Os seguintes eixos temáticos são:

- a) Fim da Pobreza, Fome Zero, Saúde e Bem-Estar.

- b) Educação de Qualidade.
- c) Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades.
- d) Água Limpa, Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis.
- e) Energia Limpa e Acessível e Ações Climáticas.
- f) Trabalho Decente, Crescimento Econômico, Indústria, inovação, Infraestrutura, Produção e Consumo Responsável.
- g) Vida Submarina e Vida em Ecossistemas Terrestres
- h) Paz, Justiça, Instituições Solidas e Alianças para Alcançar os Objetivos.

Fim da Pobreza, Fome Zero, Saúde e Bem-Estar.

ODS 1: Erradicação da pobreza: Não podemos pensar no desenvolvimento mundial com pobreza extrema, neste sentido, estratégias que incluam proteção social, cobertura social acesso a serviços básicos, direitos a recursos econômicos, controle da terra, acesso aos serviços financeiros, redução de vulnerabilidade e fenômenos extremos, redução e exposição a desastres econômicos, sociais e ambientais, recursos para países em via de desenvolvimento, são consideradas normativas sólida contra a pobreza. No caso do agricultor familiar que participa direta ou indiretamente das feiras rurais percebeu com a pesquisa que todos os feirantes sinalizaram uma significativa melhora na renda familiar e acreditam que com a venda direta de seus produtos eliminando atravessadores e a oportunidade de conhecer seus clientes contribua com o desenvolvimento rural do município.

ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável: trabalha especificamente agricultura familiar, alimentação nutritiva, saudável e suficiente, mal nutrição e necessidade básicas de nutrição, produção agrícola, aumento de ingressos de produtores alimentares, produção em baixa escala, acesso seguro e equitativo a terra, mercado e oportunidade, prática agrícolas resilientes, melhora na qualidade de terra e solo, diversidade genética de sementes, conhecimentos tradicionais de produção agrícola, investimento em estruturas rurais, serviços de extensão agrícola, restrição e distorções comerciais, mercados de produção básica de alimentos, acesso à informação sobre os mercados.

ODS 3: Saúde e Bem-estar: trabalha a questão da mortalidade em geral,

principais doenças, prevenções de acidentes, acesso universal aos serviços de saúde, cobertura sanitária, acesso aos medicamentos, vacinas, poluição e contaminação do ar, água e solo, e no caso dos agricultores mais especificamente a contaminação pelo uso de agrotóxico.

Uma das grandes justificativas da manutenção das feiras rurais dentro dos centros urbanos é a promoção dos alimentos de qualidade sem uso de agrotóxicos como são exemplo das feiras agroecológicas e orgânicas presente na região e com uma acedente busca pelos consumidores urbanos mais conscientes e neste sentido abre caminho para o próximo ODS.

Educação de Qualidade.

ODS 4: Educação de qualidade; A feira livre explora o econômico e social, porem somente com uma educação de qualidade, os produtores rurais conseguiram se manter no mercado, e com a missão de contribuir na construção educacional e formação cultural de toda a família rural.

Recomenda-se uma educação inclusiva equitativa de qualidade para promover oportunidade de aprendizagem no decorrer da vida deste produtor rural, principalmente no auxílio na absorção das novas tecnologias que favorecem o desenvolvimento produtivo e pessoal.

Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades.

ODS 5: Igualdade de Gênero e ODS 10, neste desenho da ONU em não deixar ninguém para atrás, onde revoga a importância das políticas públicas enfoque nos Direitos Humanos, buscando uma universidade de direitos, igualdade sem discriminação com exigibilidade.

Neste sentido a pesquisa comprovou que as feiras livres, logram a igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e familiares feirantes que em sua maioria sustentam esta estrutura organizacional, a feira comprovou ser um evento não discriminatório e estimula o reconhecimento laboral proporcionando independência financeira e social, eliminando todas as práticas nocivas, reconhecendo e valorizando a mulher rural. Assim a feira assegura o acesso universal étnico promovendo a igualdade de direitos e recursos econômicos, acesso

a políticas públicas e controle da propriedade.

A feira rural reduz progressivamente a desigualdade econômica e social, promove a inclusão política de todos sujeitos envolvidos, independente de idade, sexo, capacidade física, raça, etnia, origem, religião ou outra condição, garantindo a igualdade de oportunidades.

Água Limpa, Saneamento, Cidades e Comunidades Sustentáveis.

ODS 6 Água limpa e Saneamento, esta ODS está diretamente ligada as questões produtivas e na manipulação correta e devida dos alimentos fornecidos nas feiras livres. A escassez dos recursos hídricos, junto com a má qualidade da água ou contaminantes provenientes de defensivos agrícolas que contaminam os rios ou lençol freático, que tem o papel de irrigação repercutem diretamente na segurança alimentar e produtiva do pequeno agricultor, interferindo na qualidade de vida de todos os sujeitos envolvidos.

ODS 11: Cidades: comunidades sustentáveis, um marco recente nos acordos globais entre vários governos o comprometimento com um modelo desenvolvimento urbano e territorial sustentável e integrado com a agenda 2030, uma grande oportunidade para impulsionar uma transformação dos modelos de desenvolvimento local, neste sentido as feiras rurais tem o papel de proteção e composição do patrimônio cultural e natural de uma localidade, reduz o impacto ambiental negativo das cidades prestando maior atenção a qualidade dos alimentos, água, terra e ar e tem como maior objetivo de apoiar os vínculos entre as zonas urbanas, e rurais que se encontram no perímetro dos municípios fortalecendo a planificação e o desenvolvimento regional.

Energia Limpa e Acessível e Ações Climáticas.

ODS 7 Energia Limpa e Acessível e ODS 13: Ação climática: dentro dos Objetivos Globais que dizem respeito ao cuidado com o Planeta, o ODS 7 e 13 aborda o que seja talvez uma das questões mais discutidas atualmente, pois, as mudanças climáticas são uma realidade em todo o planeta e combater esse fenômeno elevam e promovem os agricultores familiares a um patamar fundamental com responsabilidade e alternativas já praticadas como a produção agroecológica

(Foz do Iguaçu, Marechal, Entre Rios, Medianeira, Pato Bragado e Santa Helena) e aproveitamento de rejeitos transformando em uma alternativa energética como o biogás (Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste), ações presentes que destacam no território dos municípios Lindeiros.

Considerando que o homem do campo depende da terra e da natureza, a proposta de diferentes maneiras em consonância com o meio ambiente transforma as interferências ao território. Neste sentido, questões fundamentais como crescimento econômico, fornecimento de alimento saudável, equidade social e equilíbrio ecológico fazem parte de um planejamento essencial para um desenvolvimento sustentável.

Trabalho Decente, Crescimento Econômico, Indústria, inovação, Infraestrutura, Produção e Consumo Responsável.

ODS 8 Trabalho decente e Crescimento Econômico: fomenta a junção do crescimento econômico através do trabalho decente valorizando o social e utilizando de forma sustentável os recursos tecnológicos sem agredir ao meio ambiente e sem perder a essência cultural implicada nas feiras.

A pesquisa comprovou que as feiras oportunizam a diversificação de renda do produtor rural, dignificando seu trabalho perante a sociedade, estimulando o crescimento e desenvolvimento territorial e com o auxílio das entidades e políticas públicas garantindo condições de infraestrutura para que as feiras aconteçam

ODS 12: Consumo e produção responsável: estabelece um dos objetivos do consumo e produção sustentável, fazendo mais e melhor com menos recursos, incrementando a lucratividade no bem-estar das atividades econômicas, mediante a redução e utilização dos recursos que degradam e contaminam todo o ciclo da vida, contribuindo ao mesmo tempo uma melhor qualidade de vida.

Neste sentido as feiras rurais com suas cadeias agroalimentares que promovem a hortifrúti, a apicultura, o laticínio, a pecuária, hortas urbanas, agro floresta, agro turismo, polos gastronômicos que valorizam os produtos da agroindústria, artesanais, desencadeando ações que buscam a sustentabilidade econômica ambiental e social de todo um território envolvido em prol da racionalidade sustentável.

Vida Submarina e Vida em Ecossistemas Terrestres.

Este bloco dentro dos objetivos é o que menos interfere diretamente com o estudo, porém se considerarmos que nossa amostra está localizada na Bacia do Rio Paraná que diretamente está conectada com a Bacia de la Plata que desagua no Oceano Atlântico, indiretamente toda política de conservação e ações contaminantes que estão as margens do Lago de Itaipu, vão impactar na vida submarina deste meridiano. E outro dado importante que alguns municípios desta amostra são Lindeiros ao Parque Nacional do Iguaçu, (caso específico de Foz do Iguaçu e Medianeira), que obrigatoriamente necessitam de uma política intensa de conservação e respeito a flora e fauna que pela sua proximidade estão em constante simbiose.

Paz, Justiça, Instituições Solidas e Alianças para Alcançar os Objetivos.

Este item aborda as ODS 16 e 17, onde resumidamente estabelecem a Paz, estabilidade os direitos humanos e uma governabilidade efetiva baseada no Estado de direito projetando o desenvolvimento sustentável e a prosperidade das organizações. Neste sentido para uma efetiva organização das feiras livres é importante estabelecer uma construção participativa e concretas com todos sujeitos, agricultores, consumidores e organizações que possam de maneira estratégica construir políticas públicas específicas e individuais para cada feira livre e suas especificações.

Em relação em alcançar os objetivos, sem dúvida para que proponham ações de impacto efetivas é necessário entender as atividades em toda sua complexidade.

Esta pesquisa vai além de identificar qual ODS se encaixa ou qual fica de fora do contexto das feiras rurais, buscou num âmbito geral identificar princípios fundamentais que de alguma forma venham colaborar com o desenvolvimento sustentável.

No contexto dos municípios Lindeiros, após a pesquisa realizada no Apêndice - B Bloco3, identificou-se que as feiras sustentáveis devem dar um uso eficiente e equilibrado aos recursos patrimoniais do território em destaque, respeitando a autenticidade sociocultural das comunidades da agricultura familiar, assegurando uma atividade econômica viável e permanente.

Assim sendo, estabeleceu-se 07 (sete) princípios fundamentais que cobrem

amplamente os componentes e constructo econômico, social, e ambientais dos produtores rurais e dos consumidores:

1. Contribuição da feira ao entendimento e respeito mútuo entre o homem rural e a sociedade;
2. A feira como instrumento de fator do desenvolvimento individual do homem do campo e do território;
3. A feira como fator de desenvolvimento sustentável;
4. A feira como fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural e humano;
5. A feira como indutor de alimentação saudável e boas práticas;
6. A feira como propulsora do desenvolvimento educacional;
7. A feira como promotora na criação de novos produtos e diversificação de renda para o agricultor.

Especificamente para o meio rural, devido às tendências e exigências criadas para cada ODS e o meio ambiente, novas metodologias têm sido criadas e constantemente elaboradas. Afirma-se a importância de elaboração de políticas públicas em consonância com o setor rural que consigam agregar todos os interesses setoriais e coletivos adequados para um desenvolvimento sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação veio com o intuito de realizar um estudo mais aprofundado sobre a participação da agricultura familiar nas feiras livres dos municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Nesta nova forma de economia global, os centros urbanos concentram parte da população e as principais atividades econômicas, o desenvolvimento rural sustentável, e seu principal sujeito - o pequeno agricultor -, necessita de alternativas e condições que o tornem competitivo e presente neste contexto.

De acordo com a discussão realizada na contextualização do tema - Capítulos 3, 4 e 5 -, as feiras livres no contexto da agricultura familiar como alternativa pluriatividade adotaram estratégias e diretrizes para desenvolver um território rural viável envolvendo aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, considerados como pilares do desenvolvimento e sustentabilidade rural.

Ao retratarmos a organização do trabalho familiar e sua pluriatividade este estudo demonstrou que a feira livre representa uma fonte econômica e social capaz de explorar alternativas que fortalecem as práticas sustentáveis entre o meio rural e urbano.

Em um contexto generalista o formato de feira avaliado representou e aprovou a venda direta de alimentos dentro deste universo participativo da agricultura familiar e a satisfação do agricultor em mostrar o seu trabalho com a garantia de reconhecimento social pela prática de exposição de alimentos saudáveis e manutenção cultural deste território.

Em relação ao objetivo geral e os específicos desta pesquisa as Feiras livres dos municípios Lindeiros que serviram como objetos desse estudo vêm se apresentando no presente histórico como uma fonte de distribuição e alternativa de negócio para a agricultura familiar principalmente frente aos anos de crise que assola o país. Apresentou-se uma estratégia alternativa de distribuição alimentar que incrementam a renda e representam uma parcela significativa dos ganhos anuais destes pequenos produtores.

A metodologia utilizada contemplou a base teórica referente ao tema da dissertação, por meio de levantamento bibliográfico, o qual definiu o

desenvolvimento (econômico, social, ambiental), a agricultura Familiar (políticas públicas) e as feiras livres (comercialização de produtos), formando a base teórica e adaptada em constructos de avaliação para os questionários aplicados, possibilitando o desenvolvimento da investigação e análise do papel da agricultura familiar dentro das feiras livres analisadas.

Com base na caracterização do estudo empírico foi possível responder ao **primeiro objetivo específico** apresentar o perfil histórico das feiras dos municípios que fazem parte desta investigação e estabelecer suas características coletivas e individuais, contribuindo significativamente para as análises apresentadas, neste item importante ressaltar a feira dos produtores de Medianeira, por ser um exemplo de gestão e consolidação, onde atualmente no mesmo espaço da feira diariamente existe um mercado livre, que com o suporte da cooperativa Coafaso atua na manutenção e oferta de seus produtos.

Tendo como **segundo objetivo específico** discutir e analisar a participação dos atores nas feiras livres mais significativas dos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, percebeu-se que o estudo das Feiras livres e seus principais atores os pequenos agricultores, demonstrou ser este, um evento já consolidado nos diversos municípios relacionados. Porém, para que estas feiras sigam com números expressivos de participação de produtores, comercialização e principalmente adesão do público em geral, é necessário um esforço conjunto das entidades públicas e privadas organizadoras, como a Itaipu, Secretaria Municipal da Agricultura e Instituições de Ensino, realizando um planejamento estruturado anual com apoio ao pequeno produtor, desde o momento do manejo produtivo, com qualidade, inovação e tecnologia na criação de novos produtos e condições adequadas de comercialização para o produtor e consumidor terem as condições de fornecerem e consumirem os produtos ofertados no decorrer do ano, em outros mercados do mesmo porte ou novos locais apropriados, sem perderem a identidade que de certa maneira os diferem de outros mercados.

Em relação ao **terceiro objetivo específico**, identificar dentre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), quais se enquadram ao objeto de estudo e promovem o desenvolvimento sustentável da região Lindeira ao Lago de Itaipu, esta pesquisa diagnosticou as possíveis colaborações com o desenvolvimento sustentável da região lindeira ao lago de Itaipu e justamente foi possível identificar a aplicabilidade direta ou indiretamente dos 17 (ODS) Objetivos da Agenda de Paris

para 2030, caracterizando a feira livre com a participação da agricultura familiar como um modelo de desenvolvimento sustentável individual e coletivo da família em especial da mulher, com incremento econômico cultural e social, fortalecimento da cadeia produtiva local e valorização das boas práticas agrícolas e de consumo.

No entanto, em relação aos constructos analisados e observados, a participação da gestão pública deflagrada pela pesquisa provocou dois pontos analíticos, em primeiro plano o agricultor solicita e reconhece a importância do auxílio e apoio dos órgãos públicos relacionados, inicialmente na cedência do espaço físico e condições estruturais da feira, em segundo momento com a feira mais estruturada e solidificada, as solicitações perpassam para o apoio tecnológico, produtivo e certificações que assegurem a qualidade e homologação de seus produtos.

Outro ponto percebido que as associações decorrentes deste processo necessitam de um acompanhamento administrativo e um plano integrado com o município que aumente a visibilidade e dialogue com outras secretarias como indústria e comércio, turismo, social e cultura para de fato entrar no calendário de eventos festivo do município.

Em relação ao constructo ambiental o pequeno agricultor reconhece e aprova as questões que envolvem a conservação do meio natural e produtivo e a necessidade de oferecer produtos com qualidade e manutenção do espaço utilizado na comercialização de seus insumos e produtos. Neste sentido não foi identificado nenhum programa de gestão ambiental ou tratamento de resíduos produzido nas feiras.

Porém esta pesquisa não foi a fundo nas questões ambientais nem estabeleceu medições técnicas de boas práticas de produção, por não ser o foco do estudo, no entanto ao produzir a análise final, identificou-se que na maioria das feiras livres constatou uma baixa oferta de frutas e verduras decorrentes do grande número de propriedades vizinhas, aos produtores da agricultura familiar, que dedicam-se ao uso indiscriminado de agrotóxicos nocivos à saúde que interferem diretamente na produção desta prática agrícola.

As dimensões econômica e social são claramente, as que mais interferem e estabelecem o desenvolvimento regional destes municípios relacionados.

A pesquisa constatou, segundo respostas dos gestores das feiras, a significativa melhora da qualidade de vida destes agricultores e aumento de renda

proveniente desta prática, fenômeno este que inclusive atrai moradores urbanos que se submetem a este modelo de negócio.

Na grande maioria dos respondentes, a feira livre ultrapassa mais da metade do lucro anual deste agricultor e sem exceção todos afirmaram o interesse e esforço na manutenção desta e motivação coletiva para ampliação e estruturação deste modelo.

Outro ponto observado, que algumas feiras se destacaram por praticar uma economia solidaria, onde os agricultores se alternam na comercialização de seus produtos na feira, diminuindo o custo logístico e melhorando o mix de produtos ofertados; esta prática facilita a vida do agricultor fortalecendo os laços entre os produtores locais e promove um crescimento igualitário desenvolvendo de forma conjunta e sustentável toda a comunidade envolvida.

A análise do constructo social identificou ser uma excelente oportunidade de reconhecimento para toda a família rural, um meio operante para a fixação do agricultor no campo e uma estratégia criativa para novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável da região em estudo.

A pesquisa identificou que o perfil dos feirantes, em sua maioria mulheres, representa uma excelente oportunidade e fortalecimento do empoderamento feminino, onde as produtoras exibem seus produtos e compartilham receitas e experiências intensificando e diversificando a renda e cultura familiar.

Com a feira livre, a família toda ganha prestígio e fortalecimento social, os jovens, muito presentes nas feiras, identificam mais com a cultura urbana e conseqüentemente são peças fundamentais para a fidelização e manutenção entre esses dois meios rural e urbano.

Sendo assim, esta pesquisa que teve como **objetivo geral** analisar as feiras livres em relação ao desenvolvimento sustentável, utilizando-se de informações documentais e entrevistas em forma de questionário junto aos expositores e organizadores, obteve êxito nos resultados encontrados, observando que a feira livre composta de expositores e na sua maioria produtores rurais e agricultores familiares, pode ser considerada como uma alternativa de negócio para a agricultura familiar e o turismo rural, agindo como propulsora para o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que gera renda e amplia a oportunidade de oferta dos produtos comercializados, trazendo não somente retorno financeiro, como também social e ambiental para o pequeno produtor rural.

Esta pesquisa detectou nas feiras livres relacionadas à grande dependência das prefeituras e organizações públicas e privadas tanto no momento de criação das feiras como também no momento de apoio para continuidade através das certificações e apoio para a obtenção de créditos.

No entanto, fatores limitantes para uma análise mais precisa e concisa como: não retratar a opinião sobre a racionalidade do público das feiras e não ter visitado as propriedades dos produtores, sem dúvida, auxiliaria em outra estética e horizontes, para uma análise mais conclusiva das feiras livres.

Entretanto este trabalho adotou como característica metodológica um viés interdisciplinar que abordou e dialogou com autores que retratam e descrevem o desenvolvimento, a sustentabilidade, agricultura familiar, o turismo rural e as feiras livres fragilizando-se em questões mais específicas e sem aprofundamentos.

E finalmente, este trabalho, veio contribuir com a academia através da pesquisa multidisciplinar e extensionista, (nas áreas do desenvolvimento rural, agricultura familiar e turismo rural) na qual, estabelece alternativas econômicas, sociais, ambientais e mercadológicas para os diversos produtores e feirantes envolvidos. Por conseguinte abre caminho para novas pesquisas que, por sua vez, busquem criar estratégias para a sustentabilidade e permanência do homem no campo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. **Receita de mineralidade**: a cozinha e a construção da imagem do mineiro. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Ed. HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, São Paulo, 1992.
- ANDRADE, S.R. **Agenda 2030** : ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável, Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>, acesso 24 de jan. 2019.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BASSO, D., SILVA, N. DAVID, **A estratégias dos agricultores familiares modernos com racionalidade em transição que vivenciaram o programa de extensão rural da Cresol Baser** , Revista Orbis Latina PPGPPD Unila V9 N1 2019.
- BECK, U. Risk society- towards a new modernity. Londres: Sage publications, 1992.
- BERTOLINI, G.; BRANDALISEL, T.; NAZZARI, R. K. (Orgs). **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar**: Uma experiência no Oeste do Paraná. 2 ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.
- BOFF, L. **A Carta da Terra**. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Edição do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Ministério do Meio Ambiente e Itaipu Binacional. Petrópolis, 2004.
- _____. **O cuidado necessário**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2012.
- BURNETT, A. **As raízes rurais da feira da Sulanca no agreste pernambucano**. Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.
- CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. in Organizadores: ALMEIDA, J.A. RIEDL, M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento, Bauru, SP: EDUCS 2000, cap.6 p. 145-179.
- CANTON, A. M. Eventos. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar, vol 2. 3. ed. São Paulo: SENAC-São Paulo, 2001. 305-330.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.
- CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- CASSOL A. ; SCHNEIDER, S., **Contruindo a confiança nas cadeias curtas**:

Interações sociais, valores e qualidade na feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS, in **Cadeias Curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar/ Organizadores Mario Gazolla e Sergio Schneider- Porto Alegre editora da UFRGS, 2017.**

CAVALI, A. P. F, **Tecendo Relações: A Feira Da Agricultura Familiar Como Espaço Para Além Da Comercialização De Alimentos** Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná 2018.

CRUZ, R. M. M; FONTANA, R. F. Feira do Peixe Vivo: Feiras Rurais enquanto Alternativa para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Applied Tourism**, v. 3, n.3, 37- 53, 2018.

CRUZ, R; CURY, M. A Origem Gastronômica Do Oeste Paranaense e sua representação Territorial e Cultural. **X Fórum Internacional De Turismo Do Iguassu**. Foz Do Iguazu – Paraná – Brasil 2016.

DAMASCENO, N.P.; KHAN, A.S.; LIMA,P.V.P. **O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará**. RESER- Revista de Economia e Sociologia Rural, vol 49, ISS:1 p. 129-156, 2011.

DELGADO,G.C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**, Estud. av. vol.15 no.43 S. P. Sept./Dec. 2001

DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**, 1ªedição. São Paulo: Martins, 2008.

FASUL. Faculdades Sul Brasil - Fasul Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros Itaipu Binacional Sebrae / Paraná .**Guia de Pesca esportiva: pesca esportiva no lago de Itaipu- Paraná / Osmar Antonio Conte (Coord.) – Toledo: Fasul Editora, 2005.**

FLORES, M. Assistência técnica e agricultura familiar. In: Lima, D. M. A.; Wilkinson, J. (Orgs). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília Cnpq,/Paralelo, 2002, p.347-360.

FONTANA, R. F.; DENCKER, A. F. M. Turismo Rural: desencontros de uma realidade. *In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL* . Caxias do Sul, RS, Brasil, 2006.

FORTIN, M. F. **O processo de investigação, da concepção à realização**. Montreal: Ed. Decarié, 1996.

FRANCISCO, P. **Carta Encíclica LaudatoSi'– louvado sejas – sobre o cuidado com a casa comum**. Editora Canção Nova. São Paulo, 2016.

FROEHLICH, J. M.; DIESEL. V. (Orgs). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed Unijui, 2006.

GAZOLLA M. ;SCHNEIDER S.**Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GEORGIN, J.;SCHERER, C. B. **Festas Rurais: Mídia, Dimensão festiva e Impacto Social em duas Pequenas Comunidades do Rio Grande do Sul** Revista Monografias Ambientais - REMOA v.14, n.1, Santa Maria,UFSM, 2015, p.115-122.

- GERMER, C. A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola. In: **Anais do Workshop Teórico da Economia Política da Agricultura**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Econômica, 09 e 10 de dezembro de 1996, p. 331-366.
- GETZ, D. **O Evento Turístico e o Dilema da Autenticidade**. In: THEOBALD, W. F. Global. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 423-440.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Edição Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, Olmária. **O Papel das feiras-livre no abastecimento da cidade de São Paulo**. In.: Série Teses e Monografias no 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.
- GUGLIELMO, R. de; FITTIPALDI, C. **Feiras e mercados brasileiros**. São Paulo: Editora Fólio, 2005
- GRAZIANO DA SILVA, J. et al. **Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo v.10, n.2, p.60-72 1996;
- GRAZIANO SILVA et al, 1998 SILVA, J. Grazianoda., VILARINHO,C., DALE,PJ..Turismo em areas ruarais:suas possibilidades e limitações no Brasil in ALMEIDA, J. A, RIELDL,M.,FROEHLICH,JM..(ed). **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: departamento de Extensão rural /UFSM, 1998 p.11-47
- GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI,M.E. **Evolução da renda das famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997**. São Paulo: (s.n.), 1999 1997
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O rural brasileiro**. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1,p.43-81, 1997
- _____ **O novo rural brasileiro**. Campinas UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisa, 1).
- GRISA, C. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. Revista desenvolvimento em Debate, v.1, n.2, p.83-109, janeiro–abril e maio–agosto 2010.
- HINTERHOLZ, Bruna; RIBEIRO, Vandjore de Mattos. **Feira Agroecológica: Uma Alternativa Para Comercialização De Produtos Oriundos Da Agricultura Familiar Orgânica No Município De Medianeira – Pr:- O Caso Da Aafemed**. Disponível em:<<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1379>>Acesso em: 05 mar. 2019.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acessado em: maio 2019.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Agenda 2030 .: ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**, Brasil.,2018.<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>>.Acesso 24 Jan. 2019
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 2019 **Bens registrados**. 2019 .Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17743&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 05 mar. 2019
- KERLINGER, F.N. **Foudations of behavioral reserach**, 2 ed, New York: Mcgraw-

Hill, 1973.

IAP, INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ. Disponível em:
<http://www.aguasparana.pr.gov.br>. Acessado em: maio 2019.

KUNSCH, M.M.K., **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Volume I. Campinas: UNICAMP, 1993. (Introdução Geral, p 13-33).

LEAL, A. B. **Mercados de ferro do Brasil**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2011.

LEITE, D. C. B., Feiras Como Espaços De Hospitalidade E Identidade Coletiva: Feira Permanente Da Ceilândia/DF.,2018. **Dissertação de Mestrado**.Universidade de Brasília Centro de Excelência em Turismo Mestrado Profissional em Turismo. Disponível em :

file:///C:/Users/Raphael/Desktop/Artigos%20dissertação%202018/feiras%20como%20espaço%20hospitl%202015%20dissert.pdf. Acesso em:03 fev. 2019.

LEFF, E. **A complexidade Ambiental: Tradução de Elite Wolff-** São Paulo: Cortez. 2003.

LIMA, D. A.; ILKINSON, J. (Orgs). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília CNPq/ Paralelo, 2002.

MACHADO, R. ; COELHO, J. ; BRÁZIO, M. **Planear o turismo localmente: O caso do monte de Santa Luzia em Viana do Castelo**. 2nd International Tourism Congress, Polytechnic Institute of Cávado-Ave, Barcelos, Portugal, 2011.

MAGALHÃES FILHO; Francisco de B. B. de. **História econômica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Sugestões Literárias S/A, 1978.

MALUF, R.S. **Políticas agrícolas e desenvolvimento rural e a segurança alimentar**. In Leite, S.P> (Org). Políticas públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: ed da Universidade, 2001,p 145-168.

MARSDEN,T. K. et al. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development**. Sociologia Ruralis, v . 40, p. 424-438,2000.

MATIAS, M. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. São Paulo: Manole, 2001.

MATTEI,L. **Considerações Acerca de Teses recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro**. RESER-Revista de Economia e Sociologia Rural,Vol.52, Supl , p S105-S124, Piracicaba_SP fevereiro de 2014.

MASCARENHAS, G. **Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MELO NETO, F. P. de. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 53-66.

MOTT, L. R. B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil**. In.: Revista de História, USP. Nº 105, 1976. Disponível em:

<<http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/163-rh-105>>. Acesso em 01 mar. 2019.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NAGILDO, F.; FONTANA, R. F. Captação de Eventos: Estratégia Fortalecedora de Destinos Turísticos. *In: Anais Ciclo Internacional de Atividades Hoteleiras*, VII CIAH. Foz do Iguaçu, 2016.

NEUMANN, P.S.; LOCH C. Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas Ciência Rural. Santa Maria, v.32, n.2, p.243-249, 2002

PIERRE, M. C. Q M. **Um recorte em territórios artificializados: agricultura familiar e comercialização na feira dos goianos – Gama/DF**. In.: Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2010.

PIERRI; Ana, L. E. F. V. **A FEIRA LIVRE COMO CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR** Apresentação Oral- Desenvolvimento Rural, Territorial e regional . UNB, BRASILIA - DF – BRASIL acesso: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf> , outubro. 2019

POLANYI, K. **Nossa obsoleta mentalidade mercantil**. Revista trimestral de histórias e ideias. N. 1. Edições Afrontamento, 1978.

PLAMSAN. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e nutricional do Município de Terra Roxa**. Plamsan, 2018 Disponível em : <http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/PLANSAN_TERRAROXA.pdf > Acesso em : 05 mar. 2019.

PLOEG, J.D.V.D; RENTING, H.; BRUNORI, G; KNICKEL, K.; MANNION, J; MARSDEN, T; DE ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. **Rural development: from practices and policies towards theory** . Social. Rural 40(4), p. 391-408, 2000

RAU, V. **Feiras medievais portuguesas: subsídio para o seu estudo**. Lisboa: Editora Presença, 1982.

RATTNER, H. **Sustentabilidade - uma visão humanista**. Revista Ambiente e sociedade nº.5 Campinas July/Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 02 fev. 2019

REIS, P. **Desenvolvimento local: O binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local**. Coimbra: Exedra. Resolução do Conselho de Ministros nº. 24/2013, de 16 de Abril, 2012.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social, método e técnicas / colaboradores José Augusto de Souza Peres.. (et al.). 3. ed. - 16. reimp.- São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, A. B., **Turismo Rural no Brasil ensaio de uma tipologia** in ALMEIDA, L.A., RIEDI, M. Organizadores, Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento Bauru, SP EDUCS, 2000

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Quinta edição editora Zahar, Rio de Janeiro, 1974.

SACHS, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P.F; et al.

(ORG), **Desenvolvimento sustentável e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis : APED, 1998. p.161-180.

SAMBUICHI, R.H.R. et al. **Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar**: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) in Políticas agroambientais e sustentabilidade : desafios, oportunidade e lições aprendidas/organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2014,.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J.G. **O Novo rural brasileiro**. Instituto de Economia. São Paulo: UNICAMP, 1999. 153p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, Vol. 30, N. 3, São Paulo, Jul./Set. 2010.

SCHNEIDER, S., CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M., (2004). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.21-49.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. Atividades não Agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.A., RIEDL, M.(Org.) **Turismo Rural**: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p. 14-50.

SMAFI, Secretaria Municipal da Agricultura. Entrevista e consulta documental realizada pelos autores em maio de 2018.

SMITH, Adam, 1723-1790. A riqueza das nações (recurso eletrônico) uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2017.

SOUZA, M.; ELESBÃO I. (Orgs). **Turismo Rural**: Iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

TASSIS, B.A. **Eventos Culturais e Sua Interface com o Desenvolvimento Sustentável**. Trabalho de Conclusão de Curso realizado para obtenção do título de especialista em Gestão do Território e Patrimônio Cultural da Universidade Vale do Rio Doce. 2009.

TUDE, J.M. **Conceitos Gerais de Políticas Públicas**. In: TUDE, J. M., FERRO, D. SANTANA, F. P. Políticas Públicas. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo/SP: Aleph, 2003 (coleção ABC do turismo).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

VIEIRA, J. M. **Planeamento e ordenamento territorial do turismo** - Uma perspectiva estratégica. Lisboa: Verbo, 2007.

WATT, D. C. **Gestão de Eventos em Lazer e Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

WESZ J. ;Valdemar J. **Políticas públicas de agregação de valor e as cadeias curtas um olhar sobre o Pronaf- Agroindústria**. Organizadores Mario Gazolla e Sergio Schneider- Porto Alegre editora da UFRGS, 2017

WANDERLEY, M. N. B. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Sabourin E.; Teixeira, O. A. (ed.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conflitos, controvérsias e experiências. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília: 2002, p. 39-52.
Wilkinson (2003)

ZANCO, A. M.; EGGERS, A.; KLESENER, H. M.; HORT J. V.; NANDI, T. F. A. (2017) **Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar**. In: Ahlert, A.; Neukirchen, L. C. **Ética e Bioética do Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba-PR. CRV. Cap. VI, p. 177-212.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO FEIRANTES

Este questionário tem como objetivo desenvolver uma pesquisa sobre a importância das feiras livres para o desenvolvimento rural sustentável da região dos municípios limieiros ao lago de Itaipu. Trata-se de uma pesquisa voltada para os produtores rurais pertencentes a agricultura familiar, que participam destas feiras como alternativa de comercialização de seus produtos. Este recurso metodológico está sendo utilizado para a construção da dissertação sobre Turismo Rural como alternativa de desenvolvimento para a Agricultura Familiar realizada pelo pesquisador Raphael Miranda Medeiros Cruz, Professor do Instituto Federal Paraná (Foz do Iguaçu)- docente no Curso Técnico em Cozinha e; aluno do programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon), orientado pela professora Dra Rosislene de Fátima Fontana.

BLOCO 1: Perfil do Entrevistado

1) Assinale a alternativa correspondente.

<input type="checkbox"/> Produtor rural
<input type="checkbox"/> Pesque pague
<input type="checkbox"/> Artesão
<input type="checkbox"/> Outro: _____

BLOCO 2: Dimensões de análise

Para as questões a seguir, assinale X de acordo com a descrição abaixo, sendo:

Escala do Grau de Importância	Escala do Grau de Implementação
1= nada importante	1= nada implementado
2= pouco importante	2= pouco implementado
3= medianamente importante	3= medianamente implementado
4= bastante importante	4= bastante implementado
5= extremamente importante	5= totalmente implementado

Para as questões a seguir, informe que **importância** atribui aos seguintes aspectos e como percebe a sua **implementação** enquanto propulsor do desenvolvimento rural sustentável.

1) Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira:

	GRAU DE IMPORTÂNCIA					GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO				
a) Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)										
b) Participação do sindicato rural										
c) Participação da cooperativa de produtores rurais.										
d) Participação das entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.										

2) Dimensão Ambiental:

	GRAU DE IMPORTÂNCIA					GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO				
						1	2	3	4	5
a) Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.										
b) Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.										
c) Em relação aos pratos gastronômicos: higiene de manipulação.										
d) Em relação ao local da feira: limpeza.										
e) Em relação ao local da feira: organização.										
f) Em relação ao local da feira: qualidade e adequação.										
g) Em relação ao local da feira: bem estar.										
h) Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.										

3) Dimensão Econômica:

	GRAU DE IMPORTÂNCIA					GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO				
a) Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.										
b) O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.										
c) Valores aplicados nos preços dos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.										
d) Consumo do produto pelo público em geral durante a feira										
e) Consumo do produto oferecido na feira durante o ano inteiro.										

4) Dimensão Social.

GRAU DE IMPORTÂNCIA					GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO				

a) Extensão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.												
b) Relação da feira e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.												
c) Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.												
d) Efetiva participação do produtor rural na feira.												
e) Importância da feira para a fixação do agricultor no campo.												
f) Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.												

5) Em relação aos produtos comercializados.

	GRAU DE IMPORTÂNCIA					GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO				
a) Disponibilidade de encontrar o produto fora da feira.										
b) Existência de relação do produto regional com a agricultura familiar.										
c) Existência de produtos ofertados com registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.										
d) Disponibilidade (quantitativa) do produto na feira.										
e) Variedade de produtos ofertados na feira.										

Obrigado!!!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ORGANIZADORES DAS FEIRAS

Este questionário tem como objetivo desenvolver uma pesquisa sobre a importância

dos eventos rurais para o desenvolvimento rural sustentável da região dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Trata-se de uma pesquisa voltada para os organizadores dos eventos rurais. Este recurso metodológico está sendo utilizado para a construção da dissertação sobre Turismo Rural como alternativa de desenvolvimento para a Agricultura Familiar realizada pelo pesquisador Raphael Miranda Medeiros Cruz, Professor do Instituto Federal Paraná (Foz do Iguaçu)-docente no Curso Técnico em Cozinha e; aluno do programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon), orientado pela professora Dra Rosislene de Fátima Fontana.

QUESTIONÁRIO PARA OS ORGANIZADORES DAS FEIRAS LIVRES

NOME DA FEIRA:

DATA / PERIODICIDADE DA FEIRA:

LOCAL DE REALIZAÇÃO (município/distrito):

Bloco – Histórico:

Quem ou qual entidade é responsável pela feira?

1. Qual o principal motivo da feira?
2. Quanta edições já foram realizadas?
3. Quais são os parceiros envolvidos para a realização da feira?
4. Quantos produtores rurais (agricultura familiar) participam da feira?
5. Quais são os produtos comercializados na feira?
6. Qual é a expectativa de público na feira?
7. Qual é a expectativa de volume comercializado na feira?

Bloco 2 - Desenvolvimento Rural:

1. Existe algum programa de gestão ambiental para a feira?

2. Como o poder público está envolvido na atividade, de que forma (financiamento, capacitação, etc.)?
3. Qual a origem do recurso para a realização da feira?
4. Qual é a participação da agricultura familiar na feira?
5. O que a feira representa para o desenvolvimento rural do município?
6. A feira faz parte do programa de turismo rural do município?
7. Existe um calendário das feiras livres do município?
8. A feira enquanto evento está inserido num calendário de festas e eventos rurais da região?

Bloco 3 -ODS (Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável)

1. Como a feira colabora para a diminuição da pobreza na área rural do município?
2. Como a feira colabora com a erradicação da fome na área rural do município?
3. Como a feira contribui para a qualidade de vida local?
4. Como a feira melhora a formação educacional do homem do campo?
5. O alimento comercializado na feira corresponde com o potencial agrícola da região?
6. Como a feira preserva o patrimônio cultural?
7. Como a feira promove a diversificação de renda do agricultor familiar?
8. Como a feira contribui para a sustentabilidade da comunidade urbana e rural?
9. Quais são as parcerias para o desenvolvimento (instituições públicas e privadas) identificadas para a realização da feira?

APÊNDICE C: CHECK-LIST REALIZADO PELO PESQUISADOR (OBSERVAÇÃO DIRETA)

DESCRIÇÃO DA FEIRA:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

ALIMENTAÇÃO E GASTRONOMIA:

ATRAÇÕES CULTURAIS:

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

APÊNDICE D: TABELAS REFERENTES AS PERCEPÇÕES DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS

Percepções sobre a feira do município de Terra Roxa.

Tabela 3 - Média de importância e implementação do constructo 'participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão da feira' (Terra Roxa)

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	19	4,9	3,2
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	19	4,65	3,05
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	19	4,9	3,25
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	19	4,65	2,75
Valor Médio do constructo	19	4,78	3,06

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 4 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' – Terra Roxa

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	19	4,85	4
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	19	4,9	4,1
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	19	4,95	4,2
Em relação ao local da feira: limpeza.	19	4,95	3,55
Em relação ao local da feira: organização.	19	4,8	4,05
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	19	4,95	3,8
Em relação ao local da feira: bem-estar.	19	4,8	4,1
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	19	4,85	3,8
Valor Médio do constructo	19	4,88	3,95

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 5 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' – Terra Roxa

Indicadores	N	Importância	Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	19	4,95	3,95
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	19	4,9	3,9
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	19	4,65	3,95
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	19	4,55	3,4
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro	19	4,3	3,35
Valor médio do constructo	19	4,67	3,71

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 6 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' – Terra Roxa

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	19	4,25	2,8
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	19	4,6	3,85
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	19	4,55	3,7
Efetiva participação do produtor rural na feira.	19	4,55	3,8
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	19	4,9	4,4
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	19	4,5	4,1
Valor médio do constructo	19	4,56	3,78

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 7 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' – Terra Roxa

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	19	4,45	3,4
Relação do produto regional com a agricultura familiar	19	4,6	4,1
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	19	4,75	3,55
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	19	3,95	3,65
Variedade produtos ofertados no evento.	19	4,7	4,05
Valor médio do constructo	19	4,49	3,75

Fonte: O autor, (2019)

Percepções sobre a Feira do Município de Marechal Cândido Rondon

Tabela 8 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras em Marechal Cândido Rondon

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	9	4,22	2,78
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	9	4,56	2
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	9	4,22	2,56
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	9	4,22	2,11
Valor Médio do constructo	9	4,31	2,36

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 9 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' em Marechal Cândido Rondon

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	9	5	4,44
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	9	4,78	4
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	9	4,89	3,22
Em relação ao local da feira: limpeza.	9	4,67	4
Em relação ao local da feira: organização.	9	4,67	3,78
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	9	4,33	4
Em relação ao local da feira: bem-estar.	9	4,33	4
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	19	4,67	4
Valor Médio do constructo	19	4,67	3,93

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 10 - Média de Importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' em Marechal Cândido Rondon

Indicadores	N	Importância	Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	9	4,89	4,44
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	9	4,78	4,11
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	9	4,89	4,22
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	9	4,67	4,11
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro	9	4,44	4,22
Valor médio do constructo	9	4,73	4,22

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 11 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' Marechal Cândido Rondon

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	9	4	2,44
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	9	4,89	3,22
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	9	4,56	4
Efetiva participação do produtor rural na feira.	9	4,56	4
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	9	4,89	4,33
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	9	4,44	3,89
Valor médio do constructo	9	4,56	3,65

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 12 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' em Marechal Cândido Rondon

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	9	4,33	3,89
Relação do produto regional com a agricultura familiar	9	4,22	3,33
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	9	4,67	3,78
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	9	4,56	4,11
Variedade produtos ofertados no evento.	9	4,78	4,11
Valor médio do constructo	9	4,51	3,84

Fonte: O autor, (2019)

Percepções do município de Pato Bragado

Tabela 13 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras de Pato Bragado

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	3	5	3
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	3	5	1
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	3	4,33	4,33
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	3	4,33	4,33
Valor Médio do constructo	3	4,83	3,17

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 14 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' no município de Pato Bragado

Indicadores	N	Média importância	Média implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	3	5	5
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	3	4,67	4
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	3	5	3,33
Em relação ao local da feira: limpeza.	3	5	3,33
Em relação ao local da feira: organização.	3	5	2,67
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	3	5	2,67
Em relação ao local da feira: bem-estar.	3	5	3,67
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	3	5	4,33
Valor Médio do constructo	3	4,96	3,63

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 15 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' no município de Pato Bragado

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	3	5	3,67
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	3	5	3,33
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	3	5	3,33
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	3	4,33	2,33
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro.	3	4	4
Valor médio do constructo	3	4,67	3,33

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 16 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' no município de Pato Bragado

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	3	5	4,67
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	3	5	4
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	3	4,67	3,67
Efetiva participação do produtor rural na feira.	3	4,33	3,67
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	3	5	5
Criação de novos produtos gastronômicos	3	4,67	4,67

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.			
Valor médio do constructo	3	4,78	4,28

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 17 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' no município de Pato Bragado

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	3	3,33	2
Relação do produto regional com a agricultura familiar	3	4	3,67
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	3	4,67	1
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	3	4,67	3
Variedade produtos ofertados no evento.	3	5	2,67
Valor médio do constructo	3	4,33	2,47

Fonte: O autor, (2019)

Percepções do Município de Entre Rios do Oeste

Tabela 18 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras no município de Entre Rios do Oeste

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	3	5	4,67
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	3	5	2,33
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	3	5	3,67
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	3	5	4
Valor Médio do constructo	3	5	3,67

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 19 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' no município de Entre Rios do Oeste

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	3	5	4,67
Em relação aos pratos gastronômicos:			3,33

qualidade.	3	5	
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	3	5	4,33
Em relação ao local da feira: limpeza.	3	5	4,33
Em relação ao local da feira: organização	3		4,33
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	3	5	3
Em relação ao local da feira: bem-estar.	3	5	4,33
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	3	5	4
Valor Médio do constructo	3	5	4,04

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 20 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' no município de Entre Rios do Oeste

Indicadores	N	Importância	Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	3	5	5
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	3	5	3,67
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	3	4,33	3,67
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	3	5	3,67
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro.	3	4,67	4,33
Valor médio do constructo	3	4,8	4,07

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 21 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' no município de Entre Rios do Oeste

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	3	5	2,33
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	3	5	3,33
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	3	4,67	3,33
Efetiva participação do produtor rural na feira.	3	4,67	4
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	3	5	4,67
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	3	5	3
Valor médio do constructo	3	4,89	3,44

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 22 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' no município de Entre Rios do Oeste

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	3	4,67	4
Relação do produto regional com a agricultura familiar	3	4,67	4,33
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	3	4,67	2,33
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	3	4,33	3,67
Variedade produtos ofertados no evento.	3	4,33	3,67
Valor médio do constructo	3	4,53	3,6

Fonte: O autor, (2019)

Percepção do Município de Santa Helena do Oeste

Tabela 23 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras o município de Santa Helena do Oeste.

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	9	4,89	3,78
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	9	4,67	2,44
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	9	5	3,89
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	9	4,89	2
Valor Médio do constructo	9	4,86	3,03

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 24 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' no município de Santa Helena do Oeste.

Indicadores	N	Média importância	Média implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	9	4,89	4,56
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	9	5	4,44
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	9	4,89	4,33
Em relação ao local da feira: limpeza.	9	5	4
Em relação ao local da feira: organização.	9	4,89	4,11
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	9	4,89	3,56
Em relação ao local da feira: bem-estar.	9	4,89	3,78
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	9	4,89	3,67
Valor Médio do constructo	9	4,92	4,06

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 25 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica no município de Santa Helena do Oeste

Indicadores	N	Importância	Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	9	5	4,33
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	9	4,78	4
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	9	4,89	4,22
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	9	4,89	3,56
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro.	9	4,44	4
Valor médio do constructo	9	4,80	4,02

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 26 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' no município de Santa Helena do Oeste.

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	9	4,78	2,22
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	9	4,89	4
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	9	4,67	3,67
Efetiva participação do produtor rural na feira.	9	4,89	3,87
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	9	4,56	3,78
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	9	4,44	4,11
Valor médio do constructo	9	4,70	3,59

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 27 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' no município de Santa Helena do Oeste

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	9	4,78	3,67
Relação do produto regional com a agricultura familiar	9	4,67	4,11
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	9	4,67	4,11
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	9	4,67	3,89
Variedade produtos ofertados no evento.	9	4,89	3,89
Valor médio do constructo	9	4,73	3,93

Fonte: O autor, (2019)

Percepções do Município de Foz do Iguaçu

Tabela 28 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras no município de Foz do Iguaçu.

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	5	4,8	3,6
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	5	3,20	1,4
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	5	3,80	2,8
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	5	4,40	3,6
Valor Médio do constructo	5	4,05	2,85

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 29 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' no município de Foz do Iguaçu

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	5	4,8	3,4
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	5	4,6	3,2
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	5	4,4	3,6
Em relação ao local da feira: limpeza.	5	4	4,2
Em relação ao local da feira organização	5	4	3,6
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	5	4,6	2,6
Em relação ao local da feira: bem-estar.	5	4,6	2,6
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	5	4,8	4,4
Valor Médio do constructo	5	4,48	3,45

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 30 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' no município de Foz do Iguaçu

Indicadores	N	Importância	Implementação
--------------------	----------	--------------------	----------------------

Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	5	5	3,4
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	5	4,6	3,8
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	5	4,6	3,6
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	5	4,4	2,6
Consumo do produto pelo público em geral durante o ano inteiro.	5	4,6	3,4
Valor médio do constructo	5	4,64	3,36

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 31 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' no município de Foz do Iguaçu

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	5	3,4	2,6
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	5	4	3,4
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	5	4,4	3,8
Efetiva participação do produtor rural na feira.	5	4,4	4,4
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	5	4,6	4,4
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	5	4,6	4,6
Valor médio do constructo	5	4,23	3,87

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 32 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' no município de Foz do Iguaçu

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	5	4	4
Relação do produto regional com a agricultura familiar	5	4,4	4
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	5	4,2	3,8
Disponibilidade quantitativa do produto no evento	5	4,2	3,6
Variedade produtos ofertados no evento.	5	4,6	4,2
Valor médio do constructo	5	4,28	3,92

Fonte: O autor, (2019)

Percepções do Município de Medianeira

Tabela 33 - Participação das organizações públicas e privadas no auxílio e gestão das feiras no município de Medianeira.

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Participação da prefeitura (secretaria da agricultura)	15	3,93	3,13
Participação, organização e auxílio do sindicato rural	15	3,67	2,8
Participação, organização e auxílio da associação ou cooperativa de produtores rurais.	15	4,47	3,6
Participação, organização e auxílio do evento enquanto as entidades educacionais, universidade, escola técnica entre outras.	15	4	2,93
Valor Médio do constructo	15	4,02	3,12

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 34 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão ambiental' no município de Medianeira

Indicadores	N	Média Importância	Média Implementação
Em relação ao tipo de produto oferecido pelo produtor rural: qualidade do produto.	15	4,33	3,93
Em relação aos pratos gastronômicos: qualidade.	15	4,2	3,13
Em relação aos pratos gastronômicos: higiene e manipulação	15	4,2	3,6
Em relação ao local da feira: limpeza.	15	4,27	3,4
Em relação ao local da feira: organização	15	4,2	3,67
Em relação ao local da feira: qualidade e adequação	15	3,93	3,4
Em relação ao local da feira: bem-estar.	15	3,47	3,6
Cuidados em relação ao lixo produzido e contaminação ao meio ambiente.	15	4,33	4
Valor Médio do constructo	15	4,12	3,6

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 35 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão econômica' no município de Medianeira

Indicadores	N	Importância	Implementação
Contribuição econômica da realização da feira para o produtor rural.	15	4,4	4,27
O lucro obtido na feira em relação ao faturamento anual do agricultor.	15	4,27	4
Valores aplicados nos produtos oferecidos durante a feira condizentes com a realidade.	15	4,2	3,4
Consumo do produto pelo público em geral durante a feira.	15	4	3,27
Consumo do produto pelo público em geral	15	4,47	3,8

durante o ano inteiro.			
Valor médio do constructo	15	4,27	3,75

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 36 - Média de importância e implementação do constructo 'dimensão social' no município de Medianeira

Indicadores	N	Importância	Implementação
Expansão desta feira para o desenvolvimento do turismo rural.	15	3,27	2,6
Relação do evento e oportunidade de novos negócios para o produtor rural.	15	4,27	3,33
Impacto da feira na sociedade e na cultura do consumo destes produtos.	15	3,8	3,8
Efetiva participação do produtor rural na feira.	15	4,47	3,67
Importância da feira para a fixação do agricultor no campo	15	4,33	3,93
Criação de novos produtos gastronômicos para o desenvolvimento sustentável do produtor rural.	15	3,93	3
Valor médio do constructo	15	4,01	3,39

Fonte: O autor, (2019)

Tabela 37 - Média de importância e implementação do constructo 'relação dos produtos comercializados' no município de Medianeira.

Indicadores	N	Importância	Implementação
Disponibilidade de encontrar o produto fora do evento.	15	3,8	3,27
Relação do produto regional com a agricultura familiar	15	4,27	3,87
Relação do produto ofertado e registro nos órgãos competentes, CIF, vigilância.	15	3,93	3,33
Disponibilidade quantitativa do produto na feira	15	3,93	3,33
Variedade produtos ofertados na feira.	15	4,4	3,6
Valor médio do constructo	15	4,07	3,48

Fonte: O autor, (2019)